



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

MONIQUE COSTA DE LIMA

**PRÁTICAS DE NEGÓCIOS SOCIAIS E DE IMPACTO COMO FERRAMENTAS DE
LOCALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

RIO DE JANEIRO
2025





MONIQUE COSTA DE LIMA

PRÁTICAS DE NEGÓCIOS SOCIAIS E DE IMPACTO
COMO FERRAMENTAS DE LOCALIZAÇÃO DOS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador(a): Prof. Dr. André Felipe Nunes-Freitas

Coorientador(a): Profa. Dra. Flávia Souza Rocha

RIO DE JANEIRO
2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732p Lima, Monique Costa de, 1988-
Práticas de negócios sociais e de impacto como
ferramentas de localização dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável / Monique Costa de Lima.
Rio de Janeiro, 2025.
97 f.

Orientador: André Felipe Nunes-Freitas.
Coorientadora: Flávia Souza Rocha.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2025.

1. impacto socioambiental. 2. sustentabil
empresarial. 3. práticas de sustentabilidade. 4.
territorialização. 5. ods. I. Nunes-Freitas, André
Felipe , 1972-, orient. II. Souza Rocha, Flávia,
1975-, coorient. III Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Práticas
em Desenvolvimento Sustentável. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Dissertação, desde que seja citada a fonte

**O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de aperfeiçoamento de
pessoal de nível superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

MONIQUE COSTA LIMA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12/12/2025.

Documento assinado digitalmente
 **ANDRE FELIPPE NUNES DE FREITAS**
Data: 12/12/2025 17:25:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Felipe Nunes-Freitas. Prof. Dr. – UFRRJ
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **RUTH ESPINOLA SORIANO DE MELLO**
Data: 15/12/2025 15:47:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ruth Espínola Soriano de Mello. Prof.^a Dr.^a – PUC-RJ
(Membro Externo)

Documento assinado digitalmente
 **MICHELLE CRISTINA SAMPAIO**
Data: 16/12/2025 22:53:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Michelle Cristina Sampaio. Prof.^a Dr.^a - UNIRIO
(Membro Externo)

Às grandes mulheres da minha vida
que me inspiraram e continuam
me dando forças até aqui.

AGRADECIMENTOS

Foi um longo e árduo caminho aqui, com mudanças de trajetória, desafios materiais, questões de saúde e um constante medo de falhar. Por isso, agradeço enormemente a quem esteve do meu lado nesse período, pessoas fundamentais para que eu seguisse em frente. Aos guias espirituais que me orientaram e cuidaram até aqui. À minha psicóloga, Keilane Paes, que me acompanhou na maior parte do processo.

Aos meus pais, Tania e José Marcos, e à toda família pelo apoio incondicional. À minha pequena Helena, sobrinha e afilhada, que me enche de alegria e de vontade de ser a melhor tia do mundo.

Ao André Nunes de Freitas e à Flávia Souza Rocha, professores e pessoas incríveis que o mestrado me presenteou. Agradeço por confiarem mais em mim do que eu mesma nesse processo, pelo incentivo e pela orientação acolhedora.

Às melhores companheiras de turma e de vida, as quais eu tenho profunda admiração tanto pelas pessoas quanto pelas profissionais que são. Adrienne Campelo, Ana Carolina Barbosa, Ingrid Cicca e Mariana Bernal, não teria a menor graça passar por tudo isso sem vocês.

Meu obrigada à Inês Rocha, parceira e mestre em conexões, por indicar o nome certo da professora Ruth Mello, que trouxe recomendações valiosas desde o projeto de pesquisa e abriu portas importantes do ecossistema do Rio de Janeiro. Agradeço à professora, especialmente, pela oportunidade do curso de Negócios de Impacto Social do CCE PUC-Rio, que me proporcionou conhecimentos fundamentais sobre o campo.

Não posso deixar de mencionar as pessoas que me ajudaram em momentos decisivos no fazer da dissertação: Emanuel Araújo, Héter Ribeiro, Camilla Nunes, Julia Morse Horowicz, Camila Costa e Kwan Yin. Agradeço a eles nominalmente e estendo, com o mesmo amor, à bolha vermelha que o Senta me presenteou desde 2020.

Agradeço também às amigas de longa data – que continuam a uma mensagem de distância, como se ainda fosse 2005 e estivéssemos percorrendo a cidade no 284 – Débora e Amina, também a Laila, pelo incentivo constante. E às melhores amigas, que o trabalho trouxe e seguem me amparando, acompanhando e alegrando sempre, Carol Lopez, Danielle Velasco e Vinicius Araújo.

A gente não faz nada sozinho, obrigada por estarem comigo.

“Eu não posso mudar o mundo, mas eu
balanço o mundo” (Juliana Linhares)

RESUMO

LIMA, Monique Costa de. **Práticas de negócios sociais e de impacto como ferramentas de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2025. 96p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

Ao entender os Negócios Sociais e de Impacto como um novo modelo organizacional de atuação empresarial – que se apresenta como uma alternativa ao objetivo prioritário de lucro empresarial e pode ser representativo na transformação de realidades sociais, esta pesquisa exploratória-descritiva teve como objetivo compreender se as práticas de sustentabilidade adotadas por negócios sociais e de impacto (NSI) podem contribuir com o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como analisar o perfil socioeconômico dos negócios e das lideranças. Localização refere-se ao processo de transformar os objetivos globais em ações tangíveis em contextos locais. A metodologia adotada incluiu a coleta de dados por meio de questionário estruturado disponibilizado online, com uma lista de boas práticas de sustentabilidade relacionadas aos ODS 5, 8, 9, 10, 12 e 16. A amostra foi composta por pequenos negócios e revelou conhecimento e intenção de alinhamento com os ODS. No entanto, verificou-se pouca adesão às práticas mais robustas em termos de estrutura ou monitoramento. Como produto técnico do mestrado profissional, foi elaborada uma cartilha de divulgação para fomentar novos negócios de impacto e apoiar empreendedores na adoção de práticas com impacto socioambiental positivo.

Palavras-chave: impacto socioambiental; sustentabilidade empresarial; práticas de sustentabilidade; territorialização; ods.

ABSTRACT

LIMA, Monique Costa de. **Social and Impact Business Practices as Tools for Localizing the Sustainable Development Goals**. 2025. 96p. Dissertation (Master's in Sustainable Development Practices) – Institute of Forests, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

By understanding social and impact businesses as a new organizational model of entrepreneurial activity which can play an alternative role to the traditional profit-driven approach, transforming social realities, this exploratory-descriptive research aimed to investigate the contribution of social and impact businesses (NSI) to the localization of the Sustainable Development Goals (SDGs), as well to analyze the socioeconomic profile of these business and their leadership. Localization refers to the process of transforming the global goals into tangible actions in local contexts. The methodology included data collection through a structured online questionnaire to investigate a list of best sustainability practices related to SDGs 5, 8, 9, 10, 12 and 16. The sample consisted of small businesses and revealed both awareness of and intention to align with the SDGs. However, there was limited adoption of more robust practices that require structure or monitoring. As a technical product of the professional master's program, the author developed a dissemination guide to foster new impact business and help small entrepreneurs in adoption practices that generate positive social and environmental impact.

Keywords: social and environmental impact; corporate sustainability; Sustainability practices; territorialization; sdg.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A transgressão dos limites planetários ao longo do tempo.....	18
Figura 2 - Esquema "The SDGs wedding cake" ou Bolo de Casamento demonstra como a biosfera sustenta a sociedade, assim como a economia.....	23
Figura 3 - Painel de acompanhamento do progresso brasileiro dos ODS	24
Figura 4 - Gráfico de localização das sedes dos Negócios Sociais de Impacto nos municípios do Rio de Janeiro	43
Figura 5 - Gráfico de tempo de existência dos Negócios Sociais e de Impacto.....	44
Figura 6 - Gráfico de número de funcionários dos Negócios Sociais e de Impacto.....	45
Figura 7 - Gráfico de tipo de contratação prioritária dos Negócios Sociais e de Impacto	45
Figura 8 - Gráfico do tipo de natureza jurídica dos Negócios Sociais e de Impacto.....	46
Figura 9 - Gráfico de nomenclaturas dos Negócios Sociais e de Impacto	47
Figura 10 - Gráfico de orientação ao lucro dos Negócios Sociais e de Impacto.....	49
Figura 11 - Perfil demográfico das lideranças dos Negócios Sociais e de Impacto: gênero, cor, escolaridade e faixa etária.....	50
Figura 12 - Gráfico da principal motivação para criação dos Negócios Sociais e de Impacto	50
Figura 13 - Gráfico de intervenções-chave indicadas como atuação prioritária pelos negócios sociais e de impacto	51
Figura 14 - Gráfico de adesão às práticas de sustentabilidade consolidadas por tema	52
Figura 15 - Gráfico de adesão às práticas de Monitoramento de Impacto dos Negócios Sociais e de Impacto.....	53
Figura 16 - Gráfico de adesão às práticas de Gestão de Colaboradores dos Negócios Sociais e de Impacto	54
Figura 17- Gráfico de adesão às práticas de Governança e Compliance dos Negócios Sociais e de Impacto	55
Figura 18 - Gráfico de adesão às práticas de Gestão Ambiental: Recursos Naturais e Clima dos Negócios Sociais e de Impacto	56
Figura 19 - Gráfico de adesão às práticas de Gestão Ambiental - Resíduos e Cadeia de Suprimentos dos Negócios Sociais e de Impacto	57
Figura 20 - Gráfico dos ODS mais impactados pelas práticas adotadas pelos Negócios Sociais e de Impacto.....	58
Figura 21 - Gráfico de resultado da avaliação do questionário da pesquisa.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Recomendações do Relatório Luz da Sociedade Civil aplicáveis a modelos de negócio.....	21
Quadro 2 - Descrição dos princípios da Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil.....	32
Quadro 3 - Descrição dos quatro critérios para identificação de um negócio de impacto	33
Quadro 4 - Compromissos dos negócios de impacto de acordo com o estágio do negócio	34
Quadro 5 - Estratégias Subnacionais de Investimentos e Negócios de Impacto	36
Quadro 6 - Quadro adaptado das seis transformações para alcançar os ODS	40
Quadro 7 - Quantidade de práticas pesquisadas por área	41
Quadro 8 - Relação entre as nomenclaturas adotadas e as atividades	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agenda 2030	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
Aliança	Aliança pelos Investimento e Negócios de Impacto
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COP	Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Indexes</i>
Enimpecto	Estratégia Nacional de Economia de Impacto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GSG	<i>Global Steering Group on Impact Investing</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Cidadania Empresarial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
NI	Negócio de Impacto
NS	Negócio Social
NIS	Negócios de Impacto Social
NSI	Negócios Sociais e de Impacto
MEI	Microempreendedor Individual
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONISA	Observatório dos Negócios de Impacto Social e Ambiental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
	Relatório Luz Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável
RI	Rio de Impacto
SROI	<i>Social Return on Investment</i>
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	16
3 REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1 DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS GLOBAIS.....	17
3.2 LOCALIZAÇÃO DOS ODS	24
3.3 NEGÓCIOS SOCIAIS E DE IMPACTO	26
3.4 ECOSSISTEMA BRASILEIRO DE IMPACTO.....	31
4 MATERIAIS E MÉTODOS.....	38
4.1 COLETA DE DADOS	39
4.2 ANÁLISE DOS DADOS	41
5 RESULTADOS.....	43
5.1 NOTA SOBRE A AMOSTRA ANALISADA	43
5.2 PERFIL DOS NEGÓCIOS SOCIAIS E DE IMPACTO	43
5.3 PERFIL DEMOGRÁFICO DAS LIDERANÇAS.....	49
5.4 INTERVENÇÕES-CHAVE PARA ALCANÇAR OS ODS.....	51
5.5 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE ADOTADAS PELOS NEGÓCIOS	52
5.6 CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS PESQUISADOS.....	57
5.7 PERCEPÇÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA	58
6 PRODUTO TÉCNICO: Cartilha	60
7 DISCUSSÃO	61
7.1 LIMITAÇÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS	70
8 CONCLUSÕES	72
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS DE NEGÓCIOS SOCIAIS	80
APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS PRÁTICAS COM OS ODS E SUAS METAS.....	84
ANEXO A – MEMORIAL DA PESQUISA	89
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	91
ANEXO C – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	94

1 INTRODUÇÃO

A motivação deste estudo partiu do desejo da autora em atuar profissionalmente em organizações ou empresas que fizessem a “tal” diferença no mundo. Em 2018, descobriu o Sistema B, participou da formação de Multiplicadores B e conheceu o Rio de Impacto (RI), organização coletiva que impulsiona o ecossistema de impacto no Estado do Rio de Janeiro.

O interesse em pesquisar o campo dos negócios sociais foi amadurecido com o ingresso neste mestrado profissional, em 2019. O percurso até aqui contou com um hiato entre 2022 e 2023, a partir de quando a pesquisa foi retomada. O Anexo A apresenta um memorial da pesquisa, que registra toda a trajetória até aqui, incluindo a elaboração do Guia de Instituições de Apoio a Negócios de Impacto Socioambiental da iniciativa Rio de Impacto.

Um dos primeiros projetos de lei sobre Negócios de Impacto Socioambiental (NIS) foi aprovado no Rio de Janeiro, fruto da articulação do Rio de Impacto, com participação ativa do grupo de trabalho jurídico do Sistema B¹. A Lei no 8.571/2019 instituiu a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social, definindo os principais conceitos abordados no ecossistema de impacto, e serviu de referência para o Decreto que instituiu a Política Nacional. A lei ainda não havia sido regulamentada até maio de 2025, quando foi promulgado o Decreto nº 49.635. Essa conquista exemplifica como a mobilização em rede tem ajudado a formatar o campo dos NIS no cenário Brasileiro. A seção **Ecossistema Brasileiro de Impacto** traz um olhar sobre a construção e configuração desse cenário.

O ponto de partida para definir o objeto deste estudo foi a ferramenta *SDG Action Manager*², desenvolvida pelo B Lab e Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que relaciona métricas de impacto empresariais com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A ferramenta, disponibilizada online e gratuitamente, pode ser aplicada por empresas para medição do impacto em cinco áreas: governança, trabalhadores, comunidade, meio ambiente e clientes.

Os ODS representam um plano de ação ambicioso para abordar os principais desafios sociais e ambientais da humanidade (ONU, 2015). Contudo, às vésperas do “prazo” para lidar com as questões da Agenda 2030, a sociedade ainda enfrenta o aumento das desigualdades

¹ O Sistema B Brasil é uma organização parceira do B Lab, organização estadunidense que atua na certificação de impacto de empresas. Atua no engajamento, divulgação e promoção do Movimento B, que tem o objetivo de redefinir o sucesso na economia para que sejam considerados o bem-estar da sociedade e do planeta, além do êxito financeiro. Fonte: <https://sistemabbrasil.org/sobre-o-movimento-b/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

² Disponível em: <https://app.bimpactassessment.net/get-started/partner/ungc>

sociais – “a fortuna dos cinco bilionários mais ricos do mundo mais do que dobrou desde o início desta década, enquanto 60% da humanidade ficou mais pobre” (Oxfam Internacional, 2024) – e os entraves para um caminho sustentável diante de um cenário climático intimidador e da lógica do sistema capitalista. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla do termo em inglês), afirma que

ocorreram mudanças generalizadas e rápidas na atmosfera, criosfera e biosfera. A mudança climática causada pelo homem já está causando muitos extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões do mundo. Isso levou a impactos adversos generalizados e perdas e danos relacionados à natureza e às pessoas. Comunidades vulneráveis, que historicamente contribuíram menos para a atual mudança climática, são desproporcionalmente afetadas (IPCC, 2023).

Ao considerar a importância de todos os setores na implementação dos ODS, em torno dessa agenda global comum, o papel do setor privado, representado pelas empresas, é fundamental. De acordo com o **Guia dos ODS para as Empresas**, as metas globais em si já reconhecem o papel que os negócios podem ter dentro do seu alcance e os desafios do desenvolvimento sustentável apresentam oportunidades de mercado com tecnologias inovadoras e verdes. O guia destaca, ainda, a “responsabilidade de todas as empresas - independentemente do porte, setor ou de onde operam, para cumprir toda a legislação relevante, manter os padrões mínimos reconhecidos internacionalmente e respeitar os direitos universais” (GRI; United Nations Global Compact; WBCSD, 2014).

Por sua vez, os NIS representam uma forma de atuação empresarial que, embora atue por meio dos mecanismos de mercado, sob a ótica capitalista, subverte a lógica de maximização do lucro ao priorizar a geração de impacto socioambiental positivo.

O conceito de Negócio Social (NS) na visão de Muhammad Yunus destaca-se pela característica de negação à acumulação do lucro. O autor define esse tipo de negócio pela característica de ter como objetivo resolver um problema social por meio de uma atividade de mercado, com a prerrogativa de ampliar o impacto com o reinvestimento do lucro gerado no próprio negócio, ou seja, sem a distribuição de dividendos aos acionistas (Yunus, 2008).

Neste trabalho, adotou-se a nomenclatura Negócios Sociais e de Impacto (NSI) como forma de abarcar e diferenciar o conceito de Negócio Social, proposto por Yunus, e o de Negócio de Impacto, amplamente difundido no Brasil, conforme será aprofundado a seguir. Desta forma, o objeto deste estudo compreende modelos de negócios de empresas com fins lucrativos que adotem uma das seguintes nomenclaturas: negócio social; negócio de impacto; negócio de impacto social; negócio de impacto socioambiental; negócio inclusivo; ou negócio B.

2 OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo compreender se as práticas adotadas pelos Negócios Sociais e de Impacto (NSI) poderiam servir como ferramentas de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, com base nos resultados, propor uma cartilha para orientar outros negócios na adequação de suas práticas, como produto técnico do Mestrado Profissional. Para tanto, buscou-se alcançar os seguintes objetivos:

- a) Avaliar as características gerais dos NSI participantes da pesquisa;
- b) Avaliar a percepção dos NSI quanto às suas práticas e ações alinhadas às metas e indicadores nacionais dos ODS;
- c) Propor uma cartilha que oriente ações e práticas voltadas para os objetivos, metas e indicadores dos ODS.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS GLOBAIS

A ação humana e o crescimento da população, bem como da economia desde a década de 1950, a partir da Grande Aceleração³, afetam o funcionamento do sistema terrestre (Steffen *et al.*, 2015) e evidenciando a importância de desenvolver e aplicar novos modelos de consumo e de uso dos recursos naturais. No cenário de crise global – climática, social e ambiental – em que vivemos hoje, o modelo socioeconômico vigente não consegue resolver os problemas socioambientais, e continua ampliando desigualdades, ao passo que contribui para a perda de biodiversidade e para o aquecimento global.

O conceito de desenvolvimento sustentável expresso no documento *Our common future* (Nosso futuro comum, em português), também conhecido como Relatório Brundtland, definido como aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991), trouxe ao debate econômico as limitações do meio ambiente no atendimento das necessidades humanas. Contudo, apesar das discussões realizadas em diferentes esferas desde então, observa-se que a lógica capitalista continua a prevalecer.

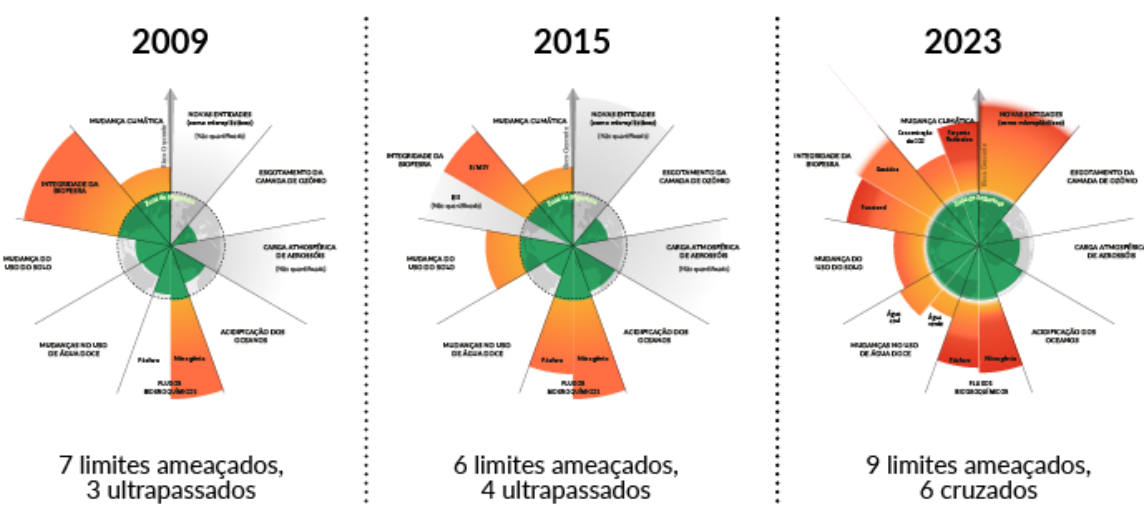
Segundo Lander, “as negociações internacionais para estabelecer promessas conjuntas de redução desse impacto nos sistemas de vida têm sido, até o momento, um estrepitoso fracasso. A lógica mercantil tem condicionado todas as decisões” (Lander, 2016).

Recentemente, na COP29 – Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, constatou-se que o financiamento climático necessário para melhorar o enfrentamento às mudanças climáticas não foi priorizado pelos países mais ricos (Brasil, 2024) apesar dos alertas de cientistas e do aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos. A Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG, sigla do termo em inglês) de financiamento climático acordada para pagamento dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento foi de US\$ 300 bilhões anuais até 2035, ao passo que “estudos apontam que as necessidades dos países em desenvolvimento no enfrentamento à crise climática superam a casa dos trilhões de dólares anuais” (Brasil, 2024).

³ O termo Grande Aceleração é utilizado para demonstrar as mudanças socioeconômicas ocorridas após 1950, que tem relação com os impactos no meio ambiente.

Os estudos sobre os limites planetários evidenciam as alterações ocasionadas pela ação humana nos processos de mudanças climáticas, perda de biodiversidade, esgotamento da camada de ozônio estratosférico, acidificação oceânica, fluxos biogeoquímicos (Fósforo e Nitrogênio), mudanças no uso do solo, mudanças no uso de água doce, carga atmosférica de aerossóis, poluição química (Rockström *et al.*, 2009). Como observado na Figura 1, a última atualização do estudo, em 2023, estima que seis dos nove limites já foram cruzados, proporcionando danos ao meio ambiente e riscos evidentes à vida humana (Richardson *et al.*, 2023).

Figura 1 - A transgressão dos limites planetários ao longo do tempo



Fonte: *Stockholm Resilience Centre*, Universidade de Estocolmo. Baseado em Richardson *et al.* 2023, Steffen *et al.* 2015 e Rockström *et al.* 2009. Tradução nossa.

A Agenda 2030, publicada em 2015, funciona como um plano global, com 169 metas para 17 objetivos integrados, que devem ser implementados em todo o mundo até 2030, sem deixar ninguém para trás, observando medidas urgentes para conter as mudanças climáticas (ONU, 2015).

A capacidade de alterar a rota de desenvolvimento para caminhos alternativos depende do esforço de muitos atores e da amplificação de boas práticas em todos os níveis. Assim, a implementação desta agenda está em evidência, especialmente desde a adoção do Acordo de Paris para o Clima, em 2016, quando a ONU reconheceu as mudanças climáticas como uma “ameaça urgente e potencialmente irreversível para as sociedades humanas e para o planeta”

(ONU, 2015b), contando com a cooperação de todos os setores para manter o aquecimento global abaixo dos 2°C, com esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

No artigo *A safe and just space for humanity* (2012), Raworth indicou as dimensões sociais que deveriam ser prioridades dos governos na Rio+20, argumentando que:

O plano de ação para alcançar o desenvolvimento sustentável, acordado há mais de duas décadas, não foi colocado em prática. O relatório de 1987 da Comissão Brundtland, *Nosso Futuro Comum*, abriu caminho para compromissos internacionais de longo alcance, estabelecidos na Declaração do Rio de 1992 e na Agenda 21. No entanto, esses compromissos não foram cumpridos e hoje as preocupações ambientais, sociais e econômicas são frequentemente tratadas de forma paralela (Raworth, 2012).

O documento *SDG Impact Standards – Glossary*, afirma que:

contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável e os ODS não pode ser alcançado sem demonstrar respeito pelos direitos humanos, limites planetários e outras práticas empresariais responsáveis, e concretiza-se através de uma gestão de impacto e tomada de decisões eficazes (UNDP, 2023)

Observa-se que os diversos tratados e conferências entre as partes (COPs) não conseguem avançar em negociações ou mudanças de paradigma que sejam capazes de frear o aumento das desigualdades e o evidente colapso climático. O último relatório síntese do IPCC afirma que:

as emissões globais de gases de efeito estufa continuaram a aumentar, com contribuições históricas e contínuas desiguais decorrentes do uso insustentável de energia, do uso da terra e da mudança no uso da terra, dos estilos de vida e dos padrões de consumo e produção entre regiões, entre países e dentro deles, e entre indivíduos (IPCC, 2023).

O IPCC (2023) aponta que os impactos da mudança do clima causada pelo homem estão avançando rapidamente causando extremos climáticos em todas as regiões do mundo com perdas e danos para a natureza e as pessoas. A tendência é que essa situação se intensifique nos próximos anos, colocando em maior risco as populações historicamente mais vulneráveis.

A Agenda 2030 reconheceu a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões como “o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Todavia, a seis anos do prazo final, a Oxfam (2024) aponta que uma das formas pelas quais grandes empresas alimentam as desigualdades é pelo seu poder de forçar a redução de salários ao mesmo tempo que direciona os lucros para os super-ricos, visto que o objetivo principal é aumentar os retornos para seus acionistas.

Observa-se também o aumento de iniciativas de precarização dos direitos trabalhistas. No Brasil, por exemplo, “a tecnologia digital e o afrouxamento das leis trabalhistas em 2017 têm ampliado o contingente de trabalhadoras e trabalhadores sem direitos – principalmente com

a ascensão significativa do ‘trabalho por aplicativo’” (GTSC A2030, 2024), fenômeno conhecido pelo termo “uberização do trabalho”. Segundo o IBGE, “os trabalhadores plataformizados⁴ trabalhavam habitualmente, em média, 46 horas por semana no trabalho principal, uma jornada 6,5 horas mais extensa que a dos demais ocupados” (IBGE, 2023).

A oitava edição do **Relatório luz da sociedade civil da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável** (2024), que avalia qualitativamente os dados sobre tema relacionados à Agenda 2030 no contexto político brasileiro, observou que a série histórica do relatório tem registrado retrocessos no desenvolvimento sustentável, “principalmente em decorrência de um sistema político controlado por grupos que se alimentam das desigualdades e se beneficiam dos privilégios por elas gerados” (GTSC A2030, 2024), representados no governo pelas bancadas ruralista, armamentista e fundamentalistas religiosas, entre outras.

Os dados de 2024 indicam que, passada a pandemia e o governo de extrema-direita no Brasil, o progresso significou apenas voltar aos índices de 2015 ou 2020: “40 metas retrocederam ou se mantiveram em retrocesso (23,8%), que 43 (25,59%) seguiram estagnadas; com dez (5,95%) delas ameaçadas e com quatro (2,38%) sem dados para avaliação” (GTSC A2030, 2024).

Das recomendações apontadas no relatório, embora a maioria seja direcionada às esferas de governo, destacam-se algumas ações que podem obter a colaboração de iniciativas empresariais em seus modelos de negócio⁵, conforme o Quadro 1.

No entanto, Elkington propôs uma revisão do TBL, argumentando que este foi adotado apenas com uma mentalidade de equilíbrio e *trade-off*, sem que fosse considerada a provocação para um pensamento mais profundo sobre o futuro do capitalismo. Assim, o autor defende o retorno da concepção original do termo: ser um código genético para o capitalismo de amanhã, que estimula a regeneração de nossas economias, sociedades e biosfera. Ele também alerta que nenhuma das estruturas de sustentabilidade será suficiente se não possuírem a intenção radical necessária para impedir a ultrapassagem dos limites planetários (Elkington, 2019).

Raworth afirma que “o conceito de limites planetários fornece um ponto de partida sólido para compreender os recursos naturais e os processos nos quais a humanidade depende

⁴ Por trabalhadores plataformizados, entende-se as pessoas que trabalham por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços.

⁵ Modelo de negócio é a forma como uma empresa está estruturada e como desenvolve as suas atividades.

para o desenvolvimento sustentável” (Raworth, 2012). O *framework doughnut*, de sua autoria, correlaciona o estudo sobre limites planetários com 11 dimensões sociais.

Quadro 1 - Recomendações do Relatório Luz da Sociedade Civil aplicáveis a modelos de negócio

ODS	Recomendação
ODS 2	Promover ações de transformação dos métodos de produção de alimentos com o fortalecimento da biodiversidade, apoiado no Pacto de Proteção Florestal assinado pelo Brasil, Indonésia e Congo para incentivar práticas agrícolas regenerativas;
ODS 3	Adotar e fortalecer políticas públicas intersetoriais, com ampla proteção social, educação em saúde, acesso a saneamento básico, vacinação e segurança alimentar; prevenção ao suicídio que inclua a capacitação de profissionais, especialmente da atenção primária;
ODS 5	Implementar a lei 14.611/23 sobre igualdade salarial entre mulheres e homens;
ODS 6	Promover ações para diminuir a deposição em aterros, ampliar a compostagem, reciclagem e biodigestão, conforme a Lei de Saneamento Básico;
ODS 7	Diversificar a matriz econômica do país com maior investimento público em educação, ciência e tecnologia para impulsionar um período de reindustrialização sustentável;
ODS 8	Promover o uso de recursos renováveis e a adoção generalizada de tecnologias e práticas industriais de baixo impacto ambiental, inclusive com políticas públicas que estimulem as empresas a adotar práticas ecoeficientes;
ODS 9	Implementar e reforçar políticas que promovam a igualdade salarial por gênero e raça, e para pessoas com deficiência, assegurando equidade de oportunidades de contratação e maior diversidade representativa no ambiente corporativo, e encorajar políticas que promovam aumentos reais, particularmente em setores com baixos salários, para assegurar que a participação dos salários no PIB continue a crescer;
ODS 12	Desenvolver estratégias interministeriais para implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), avançar com o Programa Nacional de Logística Reversa e aprovar o Projeto de Lei 572/2022, que obriga as empresas a publicarem relatórios de responsabilidade social, ambiental e climática e de direitos humanos, com informações comprováveis;
ODS 15	Investir em Programas e Projetos de Bioeconomia, Biotecnologia, Tecnologia e Ciência para a agricultura e meio ambiente, financiar pesquisas sobre práticas de uso sustentável dos ecossistemas e novas áreas direcionadas a projetos e ações multi e interdisciplinares, criar um Programa Nacional de Soluções Ambientais baseado na natureza e em evidências.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de GTSC A2030 (2024).\

É sabido que desde os anos 1990, as empresas fazem uso do *triple bottom line* (TBL), conhecido como tripé da sustentabilidade. O tripé busca examinar os impactos social, ambiental e econômico no contexto empresarial sob uma ótica de compensação. O conceito representou um ponto de virada e se tornou indissociável do campo da sustentabilidade, que cresceu de forma considerável nos anos 1990, influenciando a estratégia dos negócios e impulsionando a

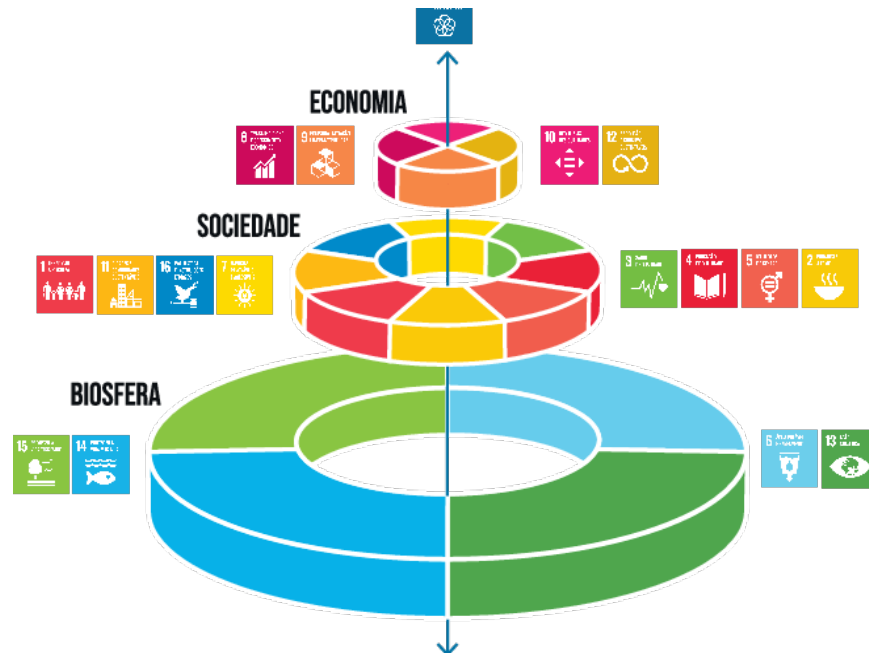
criação de uma série de índices e relatórios de monitoramento de sustentabilidade, tais como o *Global Reporting Initiative* (GRI), o *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), o *Social Return on Investment* (SROI), entre outros (Elkington, 2019).

Ademais, o esquema *The SDGs wedding cake* descreve como as economias e sociedades integram e dependem da biosfera, representada pelos ODS 6, 13, 14 e 15. Da mesma forma que a economia – ODS 8, 9, 10, 12 – depende e deveria estar baseada nas dimensões sociais – ODS 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16. Os três níveis são atravessados pelo ODS 17, que busca o fortalecimento dos meios de implementação e a parceria global para o desenvolvimento sustentável no âmbito das finanças, tecnologia, capacitação, comércio global e questões sistêmicas – este último inclui: coerência de políticas e institucional; parcerias multissetoriais; e dados, monitoramento e prestação de contas. As empresas podem contribuir com o ODS 17 nas metas a respeito das parcerias multissetoriais, seja na promoção de parcerias público-privadas ou no compartilhamento de *expertise*, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos ODS nos países, inclusive em nível local.

A visualidade do *wedding cake*⁶, apresentada na Figura 2, assim como o *framework doughnut*, demonstram uma abordagem integrada do desenvolvimento econômico (nível *Economy*), social (nível *Society*) e ecológico (nível *Biosphere*), onde a sociedade e a economia dependem da biosfera, assim como a economia é a ferramenta da sociedade para alcançar o bem-estar.

⁶ Ver animação disponível em: <https://stockholmuniversity.app.box.com/s/g28oorypbvj13vs7mu6we7ccgcty50pz>

Figura 2 - Esquema "The SDGs wedding cake" ou Bolo de Casamento demonstra como a biosfera sustenta a sociedade, assim como a economia



Fonte: Folke, C., R. Biggs, A. V. Norström, B. Reyers, and J. Rockström. 2016. Social-ecological resilience and biosphere-based Sustainability. Tradução nossa.

Ferreira e Tavares (2017) afirmam que as questões ligadas à natureza, que antes eram reduzidas a um empecilho para o crescimento econômico, passam a fazer parte da rotina mercadológica. Com isso, os autores apontam que há uma ascensão das ferramentas de marketing como instrumentos estratégicos de construção de imagem das corporações junto aos *stakeholders* – agora mais informados e críticos, cobrando uma postura ambiental mais séria e comprometida das corporações –, com foco no chamado marketing verde ou ambiental, que ao vender um apelo ecológico enganoso caracterizam o *greenwashing* (Ferreira e Tavares, 2017).

Quanto ao termo impacto, entende-se:

Alterações nos aspectos do bem-estar, tal como experienciados pelas pessoas e/ou pelo planeta, causadas pela organização através das suas decisões e ações nas suas próprias operações e através das suas cadeias de abastecimento e de valor e das suas relações comerciais. Os impactos podem ser positivos ou negativos, intencionais ou não intencionais, diretos ou indiretos (UNDP, 2023).

Os negócios sociais vão de encontro à essa lógica do mercado capitalista. Apesar de se valerem de uma estrutura organizacional empresarial, possuem uma forma de atuação distinta, na qual buscam resolver problemas sociais por meio do seu modelo de negócio, priorizando a promoção do bem-estar social, a redução do impacto ambiental negativo e resultados de impacto positivo.

3.2 LOCALIZAÇÃO DOS ODS

A localização refere-se ao processo de transformar os objetivos globais de desenvolvimento sustentável em ações implementadas em contextos locais, que contribuam para as metas.

A implementação Agenda 2030 apresenta desafios significativos. De acordo com o último relatório de acompanhamento de ODS, o Brasil ocupa a posição 54 no ranking de 167 países, com pontuação 73,8 de 100 pontos, tendo apenas um dos ODS atingido. O documento sinaliza quem com base no ritmo de progresso, nenhum dos 17 Objetivos será atingido até 2030. Em nível global, os ODS com maiores desafios de implementação são os ODS 2 (Fome Zero), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 14 (Vida na Água), 15 (Vida Terrestre) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) (Sachs *et al.*, 2025).

Figura 3 - Painel de acompanhamento do progresso brasileiro dos ODS

Painel dos ODS e tendências



Fonte: Sachs *et al.* 2025. Tradução nossa.

Nesse sentido, os processos de “localização” ou “territorialização” são relevantes tanto pela sua contribuição de baixo para cima para o atingimento das metas globais, quanto pelo fato de ser no âmbito local os problemas são vivenciados e soluções podem ser construídas (PNUD, 2021). Frey *et. al* afirma que:

A necessidade de acelerar a implementação dos ODS tem sido amplamente promovida em escala global. No entanto, nota-se que é no nível local em que estão surgindo estratégias de implementação desses objetivos. Isto mostra que a contextualização dos ODS na escala local é não só crescente, mas também e, principalmente, necessária. Localizar os ODS é, portanto, um passo importante na

implementação das metas globais, levando-se em conta o contexto das mais diversas comunidades urbanas e rurais (Frey *et al.*, 2020).

O Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável indica que “a realização dos ODS depende, mais do que nunca, da capacidade dos governos locais e regionais em promover o desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável” (ONU, 2016). Eberhardt e Mantovaneli (2025) destacam a importância do engajamento, cooperação e parcerias de diferentes atores do território no processo de implementação dos ODS.

Pelo termo “Localização” entende-se:

o processo de transformar os ODS em realidade no nível local, em coerência com os frameworks nacionais e alinhados com as prioridades das comunidades. Localização significa colaboração entre todas as partes interessadas e coordenação entre todos os setores e esferas de governança. É um processo de mão-dupla onde as necessidades locais e globais se encontram e vice-versa (ONU-Habitat, 2024).

Por sua vez, a territorialização abarca um olhar mais amplo, pois um território pode ser maior do que um município e agregar vários municípios, como é o caso da RMRJ.

O território é a base do trabalho, da residência, das trocas, das relações sociais, das relações de poder. Assim, a abordagem territorial permite também olhar um conjunto de municípios com realidades e problemas em comum. Isso possibilita que as soluções também sejam pensadas de forma microrregional, gerando racionalização dos recursos investidos e ampliação do alcance das ações realizadas (PNUD, 2021).

No Brasil, a partir da publicação da Agenda 2030, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revisou as metas dos objetivos, considerando a realidade nacional e adicionando oito novas metas, de modo que o país dispõe de um instrumento que orienta a territorialização dos ODS mantendo a abrangência e a ambição da proposta original (IPEA, 2018).

O documento contempla, para cada meta, as justificativas para adequação, conceitos importantes relacionados a elas, órgão governamentais cujas ações contribuem para o alcance das metas, outros ODS e metas correlacionados, além de subsídios para a construção dos indicadores nacionais, estes posteriormente desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente, o IBGE possui e monitora 246 Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁷, dos quais 132 foram produzidos, 58 estão em

⁷ Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>

análise/construção, 56 não possuem dados para avaliação. Ainda existem dez indicadores globais que não se aplicam ao Brasil.

Os ODS servem como um *framework* que assumiu um papel de bússola das ações prioritárias para transformar a sociedade atual. No nível das unidades da federação e dos municípios, é necessária a adequação e integração dos ODS para o contexto regional, passando pelos planos de governo, como planos plurianuais, entre outros, além da participação do terceiro setor e das empresas (PNUD, 2021; Eberhardt e Júnior, 2025). Como exemplo, o Brasil propôs à ONU e adotou voluntariamente o ODS 18 para promover a igualdade étnico-racial no Brasil (Brasil, 2025).

3.3 NEGÓCIOS SOCIAIS E DE IMPACTO

Negócios sociais são empresas que, a partir de mecanismos de mercado, buscam prioritariamente gerar impacto social positivo e reduzir impactos negativos ao meio ambiente em suas operações, seja para prestação de serviços ou produção de itens para consumo. Apresentam, portanto, uma atuação alternativa às empresas que visam a maximização do lucro no capitalismo tradicional,

uma vez que mesmo funcionando de acordo com a lógica de mercado, por serem modelos de negócio que buscam retornos financeiros, diferenciam-se dos negócios tradicionais, pois o propósito é ir além do lucro e do acúmulo de riquezas, à medida que o produto ou serviço oferecido, imprescindivelmente deve ser responsável por oferecer soluções inovadoras para problemas enfrentados pela sociedade e/ou pelo meio ambiente (Oliveira *et al.*, 2023).

Uma empresa social é projetada para atender uma questão social, precisa ter produtos ou serviços que façam dela um negócio autossustentável e não deve distribuir lucros aos seus investidores na forma de dividendo, de forma que seu lucro seja utilizado para “financiar sua expansão, criar novos produtos ou serviços e trazer o bem ao mundo” (Yunus, 2008).

Essas empresas podem contribuir para a implementação de metas relacionadas aos objetivos de igualdade de gênero, trabalho decente, consumo responsável, entre outros, pois se valem de uma estrutura organizacional empresarial, mas atuam de forma distinta, buscando resolver problemas sociais e gerando benefícios socioambientais com seus produtos e serviços. Segundo Comini,

empresas sociais (*social enterprise*), negócios inclusivos (*inclusive business*) e negócios sociais (*social business*) são alguns dos termos usados atualmente para explicar as organizações que visam solucionar problemas sociais com eficiência e sustentabilidade financeira por meio de mecanismos de mercado (Comini, 2016).

O campo dos NSI é recente. O termo *social business* – empresa social ou negócio social, em português – foi amplamente difundido internacionalmente por Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, junto ao *Grameen Bank*.

O *Grameen Bank* (Banco da Aldeia, na tradução literal) foi a primeira instituição de microcrédito a fornecer pequenos empréstimos sem caução para populações carentes, principalmente às mulheres, com base na confiança. A iniciativa começou como um projeto na Universidade de Chittagong, em Bangladesh, onde Yunus era chefe do Departamento de Economia, que se tornou um banco experimental, entre 1977 e 1979. Posteriormente, a convite do Banco Central de Bangladesh, a aplicabilidade da metodologia financeira foi comprovada em escala nacional. O banco tornou-se um instrumento importante na luta contra a pobreza em Bangladesh, sul da Ásia.

Singer descreve o funcionamento da garantia de pagamento por aval solidário, que garante ao *Grameen* uma taxa de inadimplência de 2%, bem menor do que nos bancos convencionais:

o Grameen só aceita como membros grupos de cinco mulheres, dispostas a se responsabilizar coletivamente pelos empréstimos feitos a cada uma. O grupo se reúne regularmente e aprova os pedidos de empréstimo de cada membro. Se a devedora deixar de reembolsar o empréstimo nos prazos devidos, os demais membros a ajudam ou o fazem em seu lugar. Em caso de falta de reembolso, todas as cinco mulheres do grupo são eliminadas do Banco da Aldeia (Singer, 2002).

A partir desse reconhecimento, Yunus criou o primeiro **negócio social** do mundo, uma *Joint Venture*⁸ entre o *Grameen* e a multinacional Danone. A *Grameen Danone* foi criada em 2006 para resolver as altas taxas de desnutrição em crianças de Bangladesh, fornecendo um iogurte fortificado com nutrientes essenciais que estão ausentes na dieta da população. O modelo de negócio segue em operação, privilegiando fornecedores locais e gerando empregabilidade (Grameen Danone, 2023).

Ao abordar esse novo jeito de fazer negócios, Yunus defendeu a necessidade de tornar a estrutura de capitalismo completa a partir da introdução de um outro tipo de empresa, que reconhecesse a natureza multidimensional do ser humano, trazendo o sentido de que outras coisas importam além do lucro (Yunus, 2008). Observa-se que não há por parte de Yunus uma crítica direta ao modo de atuação do capitalismo, mas sim a sugestão de uma nova abordagem capitalista para atender as questões sociais.

⁸ É o mesmo que um empreendimento conjunto, em português.

Nesse contexto, soluções mais inclusivas, que não dependam exclusivamente da ação governamental, tornam-se necessárias (Barki, 2015). Considerando que as organizações empresariais têm um papel de grande relevância na economia mundial, elas possuem também o potencial de colaborar para a mitigação dos problemas em questão (Pires, Santos e Mostagi, 2019).

Retomando o conceito apresentado por Yunus, uma empresa social é um empreendimento autossustentável por meio da comercialização de seus produtos e serviços, projetado para atender uma questão social, e utiliza o lucro “financiar sua expansão, criar novos produtos ou serviços e trazer o bem ao mundo” (Yunus, 2008).

Em **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**, o autor sugeriu dois tipos de empresa social possíveis: o primeiro de foco primordial na geração de benefício social, suprimindo a maximização dos lucros já que os “investidores estão atrás de satisfação emocional e espiritual, em vez de apenas recompensas financeiras” (Yunus, 2008). Já o segundo é composto por empresas pertencentes a pessoas pobres e que, nesse caso, poderiam ou não criar um benefício social e visar a maximização de lucros, já que os benefícios financeiros ajudariam seus proprietários a reduzir ou sair completamente da pobreza.

Os NSI se aproximam do conceito de Economia Solidária, proposto por Singer, caracterizada por um modo de produção oposta ao capitalismo, “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada ao capital” (Singer, 2002) em oposição ao direito de propriedade individual aplicado ao capital, que divide a sociedade entre a classe possuidora do capital e a que vende sua força de trabalho à outra classe. Nas empresas solidárias – cooperativas, o “lucro” é gerido com base em práticas de governança em assembleia de sócios cooperados. Existe também um fundo indivisível que pertence à cooperativa como um todo e “preserva a cooperativa da descapitalização se parte dos sócios retirar-se dela” (Singer, 2002).

Por outro lado, o campo dos investimentos de impacto encontra-se mais próximo do ASG – Ambiental, Social e Governança, ou ESG, na sigla do termo em inglês. A sigla é utilizada para se referir à integração de aspectos ambientais, sociais e de governança nas empresas visando investimentos sustentáveis. Telésforo resgata

quando em 2019, houve um momento importante para a emergência dos investimentos ESG, quando Larry Fink, chefe da maior gestora de ativos do planeta, a BlackRock, priorizou o tema em sua carta anual aos altos executivos do mercado [...] [e] conclamou os CEOs do mundo, então, a se unirem para enfrentar questões sociais e políticas sensíveis, especialmente quando os governos falham em fazê-lo efetivamente (Telésforo, 2025).

O autor tem uma visão crítica sobre o ASG e o considera “um discurso e um projeto de *greenwashing* sistêmico, de construção de uma imagem verde para o capitalismo global, sobretudo para o mercado financeiro” (Telésforo, 2025), este controlado por poucos agentes. Telésforo argumenta que os relatórios de sustentabilidade servem para ranquear os empreendimentos mais sustentáveis e que estariam menos expostos a riscos climáticos, para que os investidores apliquem seus recursos. Em nossa análise, cabe entender se esse campo inclui pequenos negócios e empreendedores.

Yunus aponta caminhos, mas não delimita o conceito de forma definitiva. O autor deixa em aberto qual seria a estrutura de empresa social perfeita, afirmando que ela ainda não existiria nem mesmo de forma idealizada. Assim, a premissa básica é que a natureza de seus produtos e serviços ou sistemas operacionais cria um benefício social (Yunus, 2008). Desta forma, o conceito negócios sociais está em construção e possui um referencial teórico incipiente; ainda não existe um consenso em relação ao que define e delimita este fenômeno social, e a diversidade de nomenclaturas pode ser explicada pela variedade de realidades em que esses empreendimentos sociais se estabelecem, em termos econômicos, sociais e políticos de cada região (Mello, 2018; Rosolen, Tiscoski e Comini, 2014; Walchhütter e Iizuka, 2019)

Em relação aos negócios de impacto, “sua conceituação não é precisa e vários termos são usados para denominar esse tipo de organização: negócios sociais, negócios inclusivos, organizações híbridas, setor 2,5” (Barki, Comini e Torres, 2019). O ponto em comum entre as nomenclaturas é o propósito de impacto socioambiental positivo e o retorno financeiro.

Comini (2016) expõe que há três principais perspectivas para explicar os negócios sociais: a perspectiva europeia, nascida da tradição de economia social (associativismo e cooperativismo), que enfatiza o modelo de governança aberta e participativa e possui formato jurídico reconhecido para empresas sociais na maioria dos países; a perspectiva estadunidense que utiliza o termo *social venture* e que inclui qualquer ação empreendedora de mercado que tenha impacto social com sua ação comercial, possuindo pelo menos dois formatos jurídicos (*L3C* e *Benefit Corporation*); e a perspectiva dos países em desenvolvimento, caso da *Grameen Danone*, onde a caracterização está relacionada com a intencionalidade do negócio e não ao formato jurídico.

Mello (2018) posiciona os negócios de impacto como uma evolução do empreendedorismo social, um conceito mais abrangente que o acolhe. Segundo a Ashoka, instituição pioneira no apoio ao empreendedorismo social, os empreendedores(as) sociais “são indivíduos que possuem soluções inovadoras para os maiores desafios, culturais e ambientais

de atualidade” e “abordam questões sociais importantes, oferecendo novas ideias para mudanças no nível sistêmico” (Ashoka, 2024).

As diferentes perspectivas apontadas para os NSI dão origem a diferentes nomenclaturas tais como empresa social, negócios sociais, negócios inclusivos e negócios de impacto, que se debruçam sobre o mesmo propósito: resolver problemas sociais por meio de negócios. Apesar da produção sobre o tema ter aumentado com o passar dos anos, a produção ainda é pouco expressiva por se tratar de um tema relativamente novo no Brasil que necessita de base conceitual mais consistente (Aguilar e Moreira, 2019).

Barki *et al.* observa que “a ausência de consenso e a amplitude de definições dos negócios de impacto já são amplamente conhecidos e debatidos no campo acadêmico e da prática” (Barki, 2020) e defende que negócios de impacto são um conceito polissêmico, que parte de uma perspectiva de hibridismo organizacional, sendo incompatível com uma única terminologia.

A ideia de hibridismo para caracterizar os negócios de impacto, remete à formação de um novo setor, denominado Setor 2,5, que atuaria entre o segundo setor (empresas com fins lucrativos) e o terceiro setor (organizações sem fins lucrativos). Mello conclui que

os negócios de impacto social diferem de organizações não governamentais porque não dependem de recursos de filantropia ou de doações; não se enquadram como empresas tradicionais porque têm como medida principal de sucesso o impacto social de suas ações inovadoras, e não apenas o lucro; e destoam das ações de responsabilidade social empresarial já que os resultados de negócios de impacto social não advêm de uma externalidade negativa ou de uma iniciativa desassociada do core business (objetivo principal) empresarial. Assim, os negócios de impacto social buscam ter suas receitas advindas de comercialização de produtos e serviços, sendo pouco ou nada dependentes de capital filantrópico ou subsidiados (Mello, 2018).

Do ponto de vista de Brandão, Cruz e Arida (2014), o fator da distribuição de dividendos distingue duas definições de negócios sociais. A primeiro segue a proposta de Yunnus, com o reinvestimento dos lucros na organização. A segunda é guiada pelo segmento dos fundos de investimento de impacto, onde os dividendos podem ser distribuídos para os responsáveis pela iniciativa. Os autores defendem que o mais importante para a identidade do campo é conhecer os retornos sociais, pois “a diferença entre os negócios tradicionais e os negócios sociais é justamente a associação entre retorno financeiro e impacto social positivo” (Brandão, Cruz e Arida, 2014).

3.4 ECOSSISTEMA BRASILEIRO DE IMPACTO

Um dos principais atores para o impulsionamento do cenário brasileiro de impacto foi a criação da Força Tarefa de Finanças Sociais, atualmente conhecida como Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, uma iniciativa do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) com suporte da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que visava a ampliação do fluxo de capital para os Negócios de Impacto no Brasil.

A Aliança “representa o Brasil no *Global Steering Group on Impact Investing* (GSG), que é uma organização com sede no Reino Unido que tem como missão fomentar o ecossistema global de investimentos e negócios de impacto” (Aliança, 2023).

Publicada em 2015, a **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil** define negócios de impactos como aqueles que têm “a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável” (Aliança, 2015). A Carta foi fruto de uma consulta aberta realizada junto a um grupo de lideranças, especialistas e organizações do setor, gerando um marco para a caracterização dos negócios de impacto no contexto brasileiro.

A Carta da Aliança teve o objetivo de conceituar e definir as principais características dos negócios de impacto, apoiar o crescimento do campo e ser referência para regulamentações e políticas públicas sobre o tema. Apresentou quatro princípios para nortear os negócios de impacto, conforme apresentado no Quadro 2, além de premissas éticas e de responsabilidade. Ressalta também a inexistência de uma estrutura jurídica exclusiva, assim “qualquer formato legal de organização (com ou sem fins lucrativos) é passível de ser um Negócio de Impacto” (Aliança, 2015).

Quanto à distribuição de lucros por dividendos, a Carta defende que, a depender do formato legal ou da Missão, as organizações podem ou não distribuir dividendos. Por exemplo, organizações da sociedade civil podem ter atividades que geram receitas, mas não podem distribuir lucros, enquanto negócios com formato jurídico de empresa que visam lucro podem reinvestir os recursos inteiramente nos negócios ou distribuir a seus investidores.

Quadro 2 - Descrição dos princípios da Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil

Princípio	Descrição
Compromisso com a missão social e ambiental	Explicitar o compromisso com sua missão social e ambiental nos documentos legais (contrato social) e de comunicação (missão, visão e valores), além de evidenciar como suas operações e serviços irão gerar impacto social e/ou ambiental positivo.
Compromisso com o Impacto Social e Ambiental Monitorado	Ter sua Teoria de Mudança explícita, monitorada e reportada periodicamente, ou seja, que transformação socioambiental pretende gerar e quais métricas serão monitoradas e divulgadas de forma transparente e acessível.
Compromisso com a Lógica Econômica	Atuar com base num modelo de operação comercial voltado à sustentabilidade financeira (por meio de receitas oriundas dos produtos e serviços). Tem relação com os níveis estipulados (de 1 a 4) de dependência de capital filantrópico.
Compromisso com a Governança Efetiva	Para a evolução das estratégias e para implementação de ações que possibilitem o atingimento dos objetivos institucionais. Tem relação com o legado socioambiental superior ao valor econômico extraído e com a transparência na tomada de decisões junto aos públicos de interesse, considerando a participação da comunidade.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Aliança pelo Impacto (2015).

Em 2019, A Aliança publicou o documento **O que são negócios de impacto** para atualizar a Carta de Princípios. O conceito de Negócio de Impacto, adotado desde então, diz que:

Os negócios de impacto são empreendimentos que têm a intenção clara de endereçar um problema socioambiental por meio de sua atividade principal (seja seu produto/serviço e/ou sua forma de operação). Atuam de acordo com a lógica de mercado, como um modelo de negócio que busca retornos financeiros, e se comprometem a medir o impacto que geram (Aliança, 2019).

Este documento, mais amadurecido, conclui que não há uma característica específica que defina se o empreendimento é um negócio de impacto ou não, mas define um conjunto de quatro critérios – conforme o Quadro 3, que indicam os requisitos mínimos para considerar um negócio como de impacto.

Quadro 3 - Descrição dos quatro critérios para identificação de um negócio de impacto

Critério	Descrição
Critério 1: Intencionalidade de resolução de um problema social e/ou ambiental	O negócio de impacto expressa de maneira clara a sua intencionalidade (missão/propósito) de resolver (ao menos em parte) um problema social e/ou ambiental.
Critério 2: Solução de impacto é a atividade principal do negócio	A atividade principal do negócio traz uma solução para um problema socioambiental real, sendo essa solução o principal motivo que justifica a existência do negócio.
Critério 3: Busca de retorno financeiro, operando pela lógica de mercado	O negócio opera por meio da lógica de mercado buscando retorno financeiro, ou seja, gera receita própria por meio da venda de produtos e/ou serviços, independentemente do seu formato jurídico. Não depende de subsídios, ainda que possa recebê-los em diferentes etapas de sua jornada como ajudas pontuais.
Critério 4: Compromisso com monitoramento do impacto gerado	O negócio tem compromisso com o monitoramento do impacto socioambiental que gera na sociedade.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Aliança (2015).

Em relação aos princípios estabelecidos em 2015, a redação dos critérios destaca a importância da intencionalidade do propósito no lugar de comunicar o compromisso, incorporando a noção de monitoramento do impacto gerado (critério 4) por meio de indicadores.

A publicação também apresenta os quatro compromissos que os negócios deveriam assumir ao passo que o modelo de negócio é amadurecido, conforme apresentado a seguir no Quadro 4.

Quadro 4 - Compromissos dos negócios de impacto de acordo com o estágio do negócio

Compromisso	Estágios iniciais	Estágios avançados
Compromisso 1: Compromisso com o entendimento do problema e da solução	Identificação de um problema, quem é afetado por ele e a solução proposta.	Maior entendimento do problema e melhorias na solução.
Compromisso 2: Compromisso com a efetividade do modelo de negócio	Compreensão do cliente, sua necessidade, atratividade da solução e tamanho do mercado.	Maior entendimento do potencial de crescimento e noções de organização do negócio.
Compromisso 3: Compromisso com a efetividade do impacto gerado	Clareza do impacto pretendido e indicadores estabelecidos.	Monitoramento/medição do impacto gerado e mapeamento de externalidades negativas.
Compromisso 4: Compromisso com a efetividade da governança	Estabelecimento de práticas mínimas de gestão.	Amadurecimento das práticas de gestão e processo decisório considerando todos os stakeholders.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Aliança (2015).

A Aliança exerce um papel de fomento ao ecossistema de impacto brasileiro, acompanhando e orientando o mercado por meio de recomendações e publicações. Neste caso, a conceituação do que são negócios de impacto norteia onde os investimentos podem ser aplicados.

A publicação **Visões de Futuro para a Agenda de Impacto no Brasil – Recomendações para o avanço dos investimentos e negócios de impacto até 2025**, buscou identificar os pontos de intervenção que poderão avançar e fortalecer o campo. Dentre as 9 recomendações, está a “conexão com a agenda ambiental” onde haja o fomento de negócios que resolvam desafios socioambientais. A Aliança afirma que “haverá cada vez mais recursos financeiros para modelos de negócios com soluções claras e mensuráveis para os desafios ambientais e climáticos dos tempos atuais, incluindo seus impactos nas populações mais vulneráveis” (Aliança, 2021).

O Brasil tornou-se um dos países pioneiros a possuir uma legislação sobre o tema dos negócios de impacto. A Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpecto) foi formalmente instituída pelo Decreto Federal nº 11.646, de 16 de agosto de 2023, e traz as definições a seguir para os conceitos de negócios de impacto, investimentos de impacto e organizações intermediárias:

- a) Negócios de impacto: empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável;
- b) Investimentos de impacto: mobilização de capital público e privado para negócios de impacto;
- c) Organizações intermediárias: instituições que ofereçam suporte aos negócios de impacto e que facilitem e apoiem a conexão entre a oferta por investidores, doadores e gestores, e a demanda de capital por negócios que gerem impacto socioambiental.

A Enimpecto existia desde 2017 enquanto uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil, visando promover um ambiente favorável para o desenvolvimento dos investimentos e negócios de impacto. A partir de 2018, foi instituído um Grupo de Trabalho para elaborar a Estratégia Nacional de Negócios de Impacto por meio da Portaria MDIC nº 1.883, de 25 de setembro de 2018, que culminou na elaboração do decreto federal supracitado.

A Enimpecto possui o seguinte entendimento sobre os critérios para identificação de Negócios de Impacto Socioambiental: o negócio deve existir com a missão de solucionar um problema social e ambiental, deve ter resultado financeiro positivo sustentável e comprovar a geração de impacto socioambiental positivo. De forma que “o retorno financeiro positivo é um meio e não a finalidade do negócio” (Enimpecto, 2023). De acordo com a Enimpecto, a natureza jurídica do negócio ou o tipo de distribuição de dividendos não deve constituir um critério de identificação de um negócio de impacto, a principal premissa é a empresa ser voltada para resolver um problema social. No que tange à economia de impacto, o decreto a descreve como uma

modalidade econômica caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, e contribuam para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo (Brasil, 2023).

No Brasil, além da legislação federal, oito estados e o Distrito Federal possuem legislações de incentivo aos investimentos e negócios de impacto, fruto da articulação interfederativa da Enimpecto com Estados e Municípios no fomento à economia de impacto. O Quadro 5 demonstra quais são eles e as referidas legislações para instituição de políticas de negócios de impacto.

Quadro 5 - Estratégias Subnacionais de Investimentos e Negócios de Impacto

Estado ou Distrito	Lei	Tipos de organizações que podem desenvolver negócios de impacto
Rio Grande do Norte	Lei Estadual nº 10.483 de 04 de fevereiro de 2019	Sociedades com fins econômicos/empresas; Cooperativas; Organizações da Sociedade Civil (OSC); e Associações.
Rio de Janeiro	Lei Estadual nº 8.571 de 16 de outubro de 2019	Pessoas jurídicas com finalidade econômica; cooperativas; organizações da sociedade civil; associação nos termos da legislação brasileira.
Paraíba	Lei Estadual nº 11.869 de 09 de abril de 2021	Pessoas jurídicas com finalidade econômica; cooperativas; organizações da sociedade civil; associação nos termos da legislação brasileira.
Minas Gerais	Lei Estadual nº 23.672 de 03 de julho de 2020	Pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos; cooperativas; organizações da sociedade civil.
Ceará	Lei Estadual nº 17.671 de 23 de novembro de 2021	Não define.
Distrito Federal	Lei Distrital nº 6.832 de 26 de abril de 2021	Não define.
Pernambuco	Lei Estadual nº 17.271 de 21 de maio de 2021	Pessoas jurídicas de direito privado com fins lucrativos; cooperativas; e, organizações da sociedade civil.
Alagoas	Lei Estadual nº 8.471 de 26 de julho de 2021	Pessoas jurídicas com finalidade econômica; e cooperativas.
Espírito Santo	Lei Complementar Nº 1.027, de 23 de dezembro de 2022	Pessoas jurídicas com finalidade econômica; cooperativas; organizações da sociedade civil; associação nos termos da legislação brasileira; fundações; e serviço social autônomo - SSA
Goiás	Lei Estadual nº 21.898/23 de 3 de maio de 2023	Pessoas jurídicas com finalidade econômica; cooperativas; organizações da sociedade civil; associação nos termos da legislação brasileira.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em consulta aos textos das leis, verifica-se que a maioria dos textos utilizam a mesma terminologia “negócios de impacto” e seguem a definição de conceito da legislação federal. Os estados de Pernambuco e Alagoas utilizam a terminologia “negócios de impacto socioambiental”.

Enquanto a Lei do Estado de Pernambuco define os negócios como: “a modalidade de empreendimento que tem como objetivo gerar impacto socioambiental positivo e retorno financeiro ou econômico, de forma sustentável” (Pernambuco, 2021), a Lei do Estado de Alagoas não apresenta uma definição para o conceito, mas explica que

Os empreendimentos que visam gerar impactos socioambientais deverão atuar na promoção do bem-estar da comunidade em que atuam em âmbito local e nacional, nas áreas de defesa do meio ambiente, do consumidor e da livre concorrência; bens e direitos de valor artístico; estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística; interesses difusos ou coletivos; honra, igualdade de gênero e dignidade de minorias; patrimônio público e social; interesses dos seus trabalhadores e fornecedores, alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, devendo observar regras específicas de transparência e governança, nos termos desta Lei (Alagoas, 2021).

Apesar da legislação federal não indicar os tipos de organizações que podem desenvolver negócios de impacto, a maioria das Leis Estaduais possuem essa definição.

Atualmente, o Brasil conta com um Plano Decenal, desenvolvido pela Enimpecto, para implementação de 2023 a 2032, em fase de consulta pública. O texto de introdução do documento reforça o papel dos negócios de impacto como uma resposta para a necessidade de “encontrar modelos econômicos que se alinhem a soluções sustentáveis e equitativas” (Enimpecto, 2024) e defende a economia de impacto como uma oportunidade para alcançar os ODS da ONU. A estimativa, segundo o plano, é que o Brasil tenha cerca de 12,5 mil negócios de impacto identificados em dez anos.

Os NSI se relacionam com os ODS pois apresentam uma resposta à falha do sistema em solucionar questões socioambientais graves como a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a crise ambiental, principalmente diante das projeções sobre mudanças climáticas globais. As áreas de atuação dos negócios sociais são diversas e eles podem se comprometer a atacar questões relacionadas a todos os ODS da Agenda 2030, inclusive criando soluções específicas para as metas dos ODS. Potencializar soluções e impacto positivo por meio dos mecanismos de mercado é o que defende a vertente de Yunus, com o reinvestimento do lucro no próprio negócio, em vez da distribuição na forma de dividendos aos acionistas.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Segundo Prodanov (2013), o delineamento básico da pesquisa, ou desenho da pesquisa, visa identificar como o estudo está estruturado e qual o seu objetivo. A pesquisa descritiva “visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno” (Prodanov, 2013), envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados. O objeto do estudo foram Negócios Sociais e de Impacto (NSI) sediados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

O enfoque na RMRJ justifica-se por se tratar da segunda maior região metropolitana do país, composta por 22 municípios, onde vivem mais de 12 milhões de residentes, o que representa 74% da população do estado do Rio de Janeiro (Casa Fluminense, 2024). As áreas urbanas têm a previsão de duplicar a sua população até 2050 (ONU-Habitat, 2017), o que aumentará os desafios para a sustentabilidade das cidades e o enfrentamento à persistência da pobreza, da desigualdade e da degradação ambiental em uma grande metrópole. Outrossim, o Rio de Janeiro foi um dos primeiros estados a ter uma política de fomento para negócios de impacto aprovada e possui uma rede de organizações que fomentam os negócios de impacto socioambiental em toda a região metropolitana, o Rio de Impacto.

Para estimar o tamanho da amostra, consultou-se a plataforma do “Observatório dos Negócios de Impacto Social e Ambiental” (ONISA) e do Sistema B Brasil. Em consulta ao site do ONISA, em abril de 2024, foram identificados 278 NSI na RMRJ, sendo Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias os municípios com mais negócios: 212, 18 e 17, respectivamente. Na mesma data, o catálogo de Empresas B possui 27 empresas certificadas localizadas no estado do Rio de Janeiro.

Os critérios de inclusão para a amostra levaram em conta as seguintes premissas:

- a) Ter sede na RMRJ;
- b) Ter um modelo de negócio com o objetivo prioritário de resolver um problema social e gerar impacto socioambiental positivo;
- c) Ser uma empresa em operação, preferencialmente constituída com um CNPJ.

Quanto aos procedimentos éticos, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRRJ (Anexo A). Devido ao pequeno porte das empresas sociais, muitas vezes sem estrutura organizacional complexa, os seus sócios e proprietários foram diretamente acessados para responderem ao questionário, não havendo a necessidade de

termo de anuência da instituição. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Anexo B) antecedeu as perguntas do questionário online.

4.1 COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado com 25 questões abertas e fechadas, disponibilizado em formato *online* por meio do *Google Forms*.

Os respondentes foram sensibilizados a partir da divulgação feita em redes sociais profissionais, compartilhamento em grupos temáticos e contato direto via e-mail, mensagem direta pelo Instagram e ou site das organizações. A coleta de dados foi iniciada em fevereiro de 2024 e concluída em julho de 2024.

Este estudo priorizou seis ODS, cujas metas apresentam sinergia com a atuação empresarial. Os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 10 (Redução da Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) foram selecionados pela sua relação com a dimensão social, enquanto os ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis) foram selecionados pela sua dimensão econômica e produtiva.

Para a construção do questionário, partiu-se da identificação das metas dos ODS que poderiam ser impactadas positivamente por práticas de sustentabilidade empresarial. Essa análise levou em conta os indicadores de acompanhamento definidos pelo IBGE⁹ e outras referências, como as convenções da OIT ratificadas pelo Brasil¹⁰ e salário-mínimo necessário. Essa abordagem encontra respaldo na proposta do guia **Integrando os ODS nos relatórios corporativos: um guia prático** (GRI, 2018), que indica que o primeiro passo para a integração dos ODS em organizações empresariais é definir metas prioritárias dos ODS de acordo com uma avaliação dos riscos e benefícios para as pessoas e o ambiente, o que deve ser seguido da identificação das metas que a empresa pode contribuir por meio de produtos, serviços ou investimentos. O quadro disponibilizado no Apêndice B relaciona os ODS com as práticas do questionário.

⁹ IBGE. Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em 17 ago. 2025.

¹⁰ Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região. Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil. Disponível em: <<https://ww2.trt2.jus.br/legislacao/convencoes-da-oit>>. Acesso em 17 ago. 2025.

Para definir áreas de atuação com impacto para os ODS, utilizou-se como referência o artigo *Six transformations to achieve the sustainable development goals* (Sachs *et al.*, 2019), que organiza os ODS em seis transformações-chave para implementar as operacionalizar as ações necessárias – por parte dos governos, empresas e sociedade civil – para impulsionar o avanço da Agenda 2030. Com base nas intervenções necessárias listadas no artigo, identificou-se as áreas de impacto que poderiam ser aplicadas em modelos de negócios, compondo assim a questão 17 do questionário, conforme apresentado no Quadro 6 abaixo.

Quadro 6 - Quadro adaptado das seis transformações para alcançar os ODS

Transformações	Intervenções aplicáveis a modelos de negócio	Resultados intermediários
1. Educação, gênero e desigualdades	Desenvolvimento na primeira infância	Educação e capital humano
	Ensino fundamental e médio	
	Formação profissional e ensino superior	
	Educação Ambiental	
	Trabalho e renda para grupos em vulnerabilidade social	Trabalho decente e renda para grupos vulneráveis
2. Saúde, bem-estar e demografia	Pesquisa e desenvolvimento	Inovação
	Cobertura universal de saúde	Saúde
	Comportamentos saudáveis e determinantes sociais da saúde	
3. Descarbonização da energia e Indústria sustentável	Acesso à energia limpa	Acesso à energia para todos
	Geração de eletricidade zero carbono	Descarbonização da energia
	Eficiência energética	
	Eletificação e combustíveis carbono neutro	
	Redução da poluição atmosférica	Ar e Água limpos
4. Alimentos, terra, água e oceanos sustentáveis	Sistemas agrícolas e de pesca eficientes e resilientes que apoiem dietas saudáveis e meios de subsistência agrícolas	Uso sustentável da terra, oceanos e sistema alimentares
	Proteção de biodiversidade terrestre e marinha, incluindo florestas	
	Promoção de alimentos saudáveis, incluindo proteínas alternativas	
	Comércio e cadeias de abastecimento compatíveis com o desenvolvimento sustentável	
	Uso sustentável do solo e da água	
5. Cidades e comunidades sustentáveis	Gerenciamento de resíduos e economia circular	Serviços de infraestrutura de transporte, água e saneamento
	Mobilidade sustentável e redes de transportes	Resiliência urbana
	Adaptação e resiliência urbana	
6. Revolução digital	Inclusão e infraestrutura digitais	Tecnologias

Transformações	Intervenções aplicáveis a modelos de negócio	Resultados intermediários
para o desenvolvimento sustentável	Mobilização de tecnologias digitais para alcançar todos os ODS	digitais e infraestrutura

Fonte: Adaptado pela Autora.

Com relação às práticas de sustentabilidade com impacto positivo, a referência utilizada foi a ferramenta *SDG Action Manager*, desenvolvida pelo Pacto Global e pelo B Lab, disponibilizada online e de forma gratuita para monitoramento e planejamento do impacto de empresas em relação aos ODS. No total, foram pesquisadas 35 práticas nas seguintes áreas: monitoramento de impacto, gestão de colaboradores, governança e *compliance*, e gestão ambiental.

Quadro 7 - Quantidade de práticas pesquisadas por área

Áreas	Nº de questões
Monitoramento de impacto	8
Gestão de colaboradores	8
Governança e <i>Compliance</i>	5
Gestão ambiental	14

Fonte: Elaborado pela autora.

Desta forma, o instrumento de pesquisa (Apêndice A) buscou identificar as características dos NSI existentes na RMRJ, desde as nomenclaturas e orientação ao lucro até o perfil das lideranças e a motivação para a criação do negócio, além de observar se estes negócios atuavam em áreas que impulsionam transformações-chave para a Agenda 2030 e se adotavam as práticas de sustentabilidade elencadas. A última pergunta avaliou a percepção sobre o questionário de pesquisa para identificar se participar da pesquisa gerou reflexão sobre práticas que poderiam vir a ser adotadas no negócio.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados quantitativos coletados foi conduzida pelo cálculo dos percentuais obtidos para as questões fechadas, gerando gráficos para melhor observação. A questão aberta

sobre os problemas que os NSI buscam resolver (questão 7) teve seus dados categorizados em temáticas, servindo para validar as respostas fornecidas sobre as intervenções-chave que impactam os ODS (questão 17) e verificar a relação com as nomenclaturas adotadas pelos negócios pesquisados (questão 6).

Quanto às práticas de sustentabilidade, verificou-se o percentual de respostas positivas para cada prática elencada no questionário, considerando que essas práticas são adotadas pelos NSI pesquisados. Para melhor visualização dos resultados, as práticas foram divididas por áreas: monitoramento de impacto, gestão de colaboradores, governança e *compliance*, e gestão ambiental. As práticas da área de gestão ambiental foram subdivididas em: recursos naturais e clima; e resíduos e cadeia de suprimentos.

Para verificar a hipótese desta pesquisa, de que as práticas de sustentabilidade de negócios podem contribuir com a territorialização dos ODS em nível local, foi utilizado o quadro do Apêndice B, no qual estão relacionados os ODS de enfoque do estudo, as metas nacionais que poderiam ser impactadas pela atuação empresarial e as práticas de sustentabilidade elencadas no instrumento de pesquisa.

5 RESULTADOS

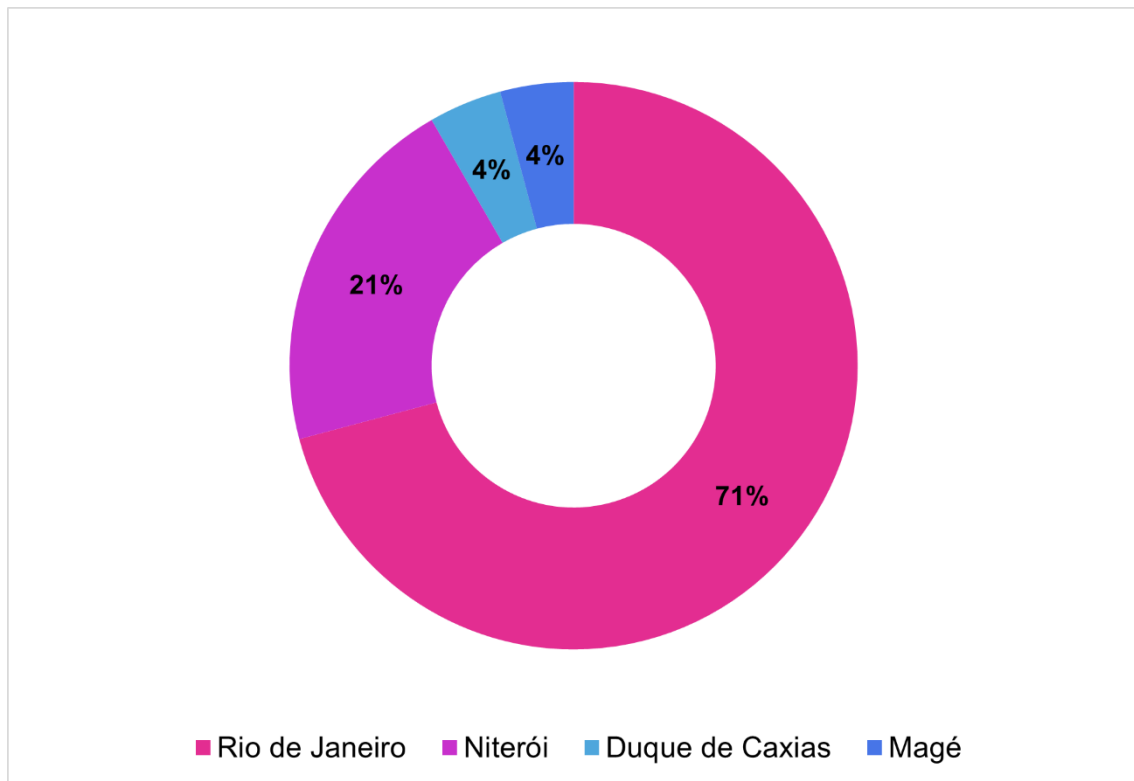
5.1 NOTA SOBRE A AMOSTRA ANALISADA

A partir da qualificação da pesquisa, houve a tentativa de expandir a aplicação do questionário para outras localidades visando aumentar o tamanho da amostra, porém o número de respostas recebidas foi baixo (apenas quatro novas respostas) e optou-se por manter o enfoque da pesquisa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Deste modo, a pesquisa atingiu o número de 24 respostas válidas.

5.2 PERFIL DOS NEGÓCIOS SOCIAIS E DE IMPACTO

Negócios de apenas quatro dos 21 municípios que compõem a RMRJ participaram da pesquisa. A Figura 4 demonstra a localização das sedes dos NSI participantes, com concentração no município do Rio de Janeiro (71%), seguido de Niterói (21%), Magé e Duque de Caxias (4% cada).

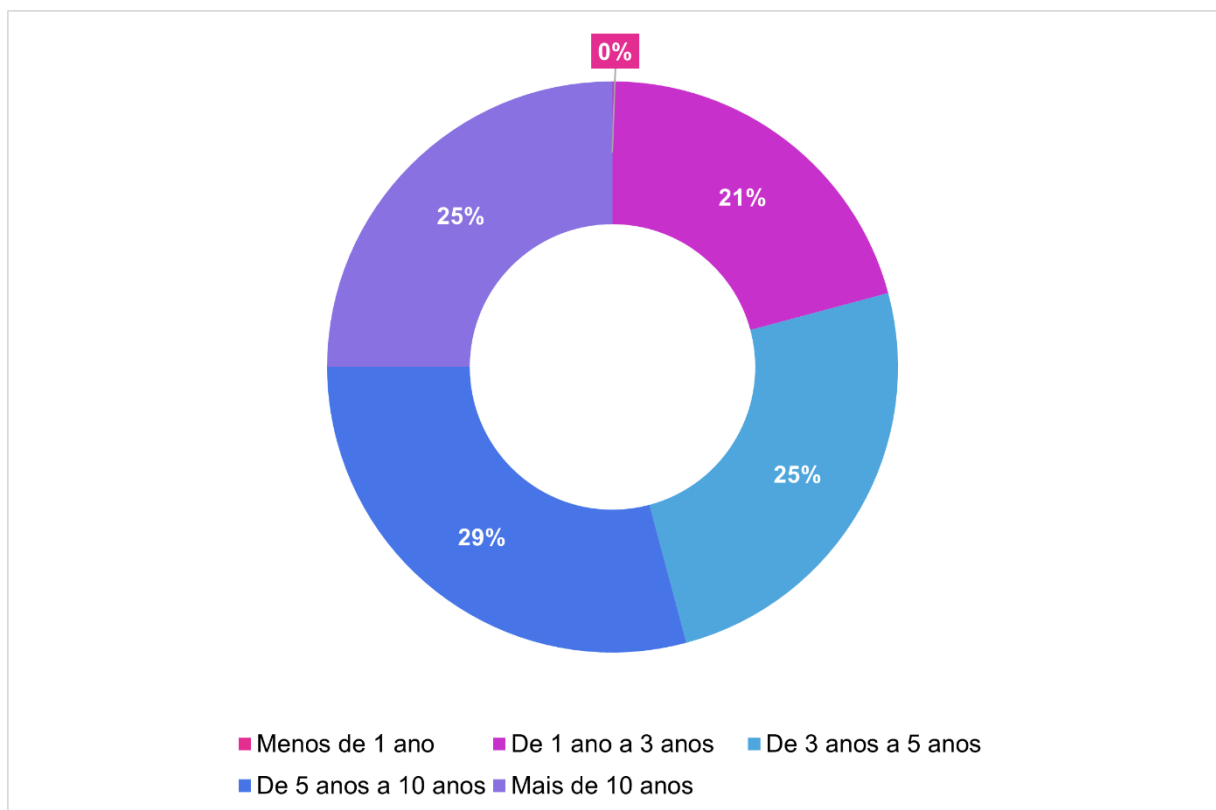
Figura 4 - Gráfico de localização das sedes dos Negócios Sociais de Impacto nos municípios do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao tempo de existência, observa-se que a maioria dos NSI pesquisados têm mais de cinco anos de operação, indicando que estão consolidados no mercado: 29% estão com 5 a 10 anos de atividades, 25% atuam a mais de 10 anos. Os negócios com menos tempo de existência, entre 1 e 5 anos, somam 46% da amostra. Nenhum respondente declarou ter menos de um ano de existência. A Figura 5 apresenta o gráfico de tempo de existência dos NSI pesquisados.

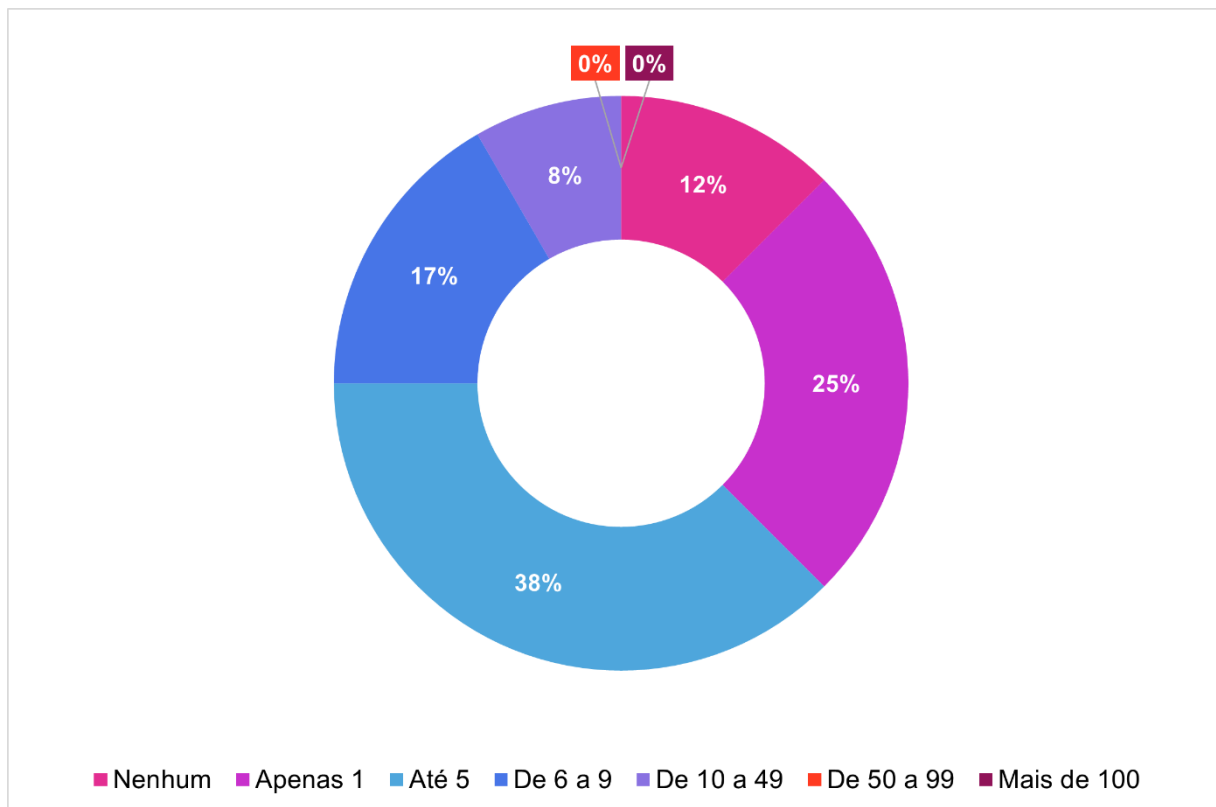
Figura 5 - Gráfico de tempo de existência dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

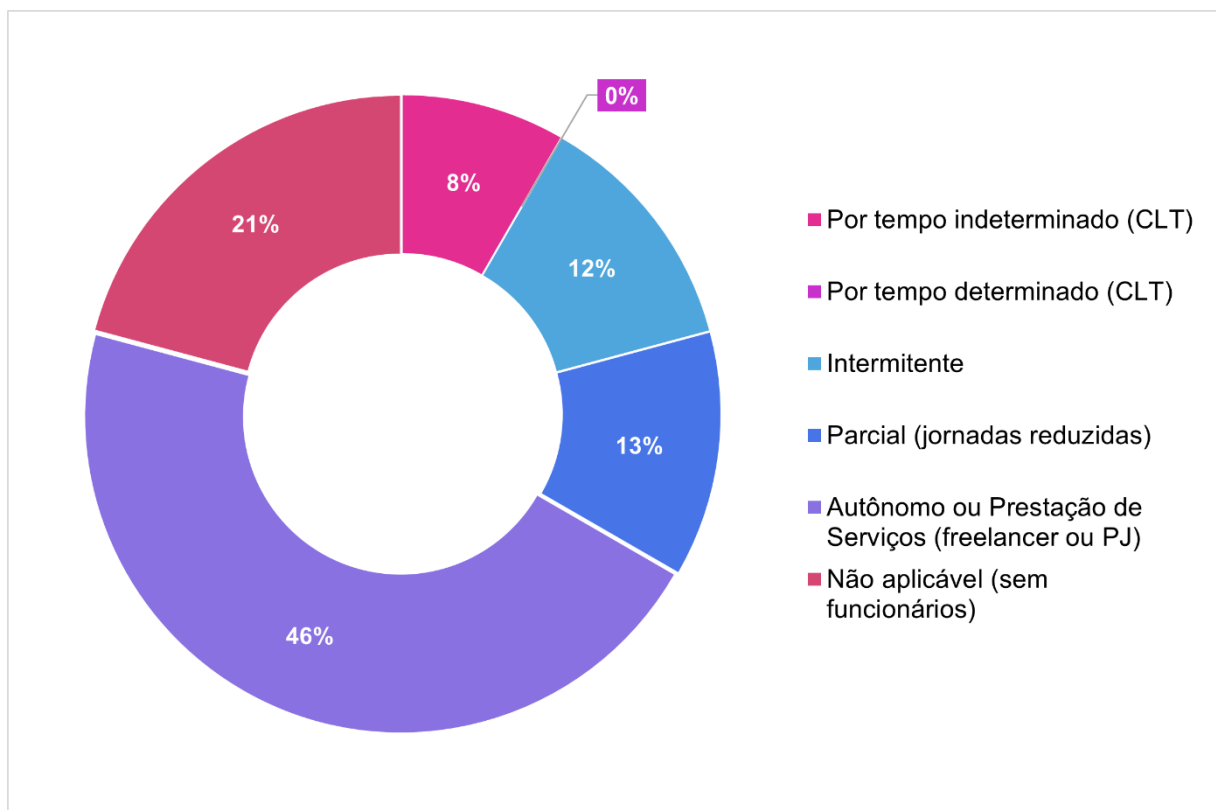
Apesar da consolidação no mercado, pelo tempo de existência declarados, as empresas pesquisadas têm poucos funcionários, conforme apresentado no gráfico da Figura 6. Verificou-se que 38% operam com até cinco funcionários e 37% com apenas um colaborador ou nenhum. O principal modelo de contratação de colaboradores é por autônomos ou prestadores de serviço (46%) e apenas 8% afirma contratar com vínculo CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) por tempo indeterminado. A Figura 7 apresenta os resultados sobre os tipos de contratação adotados.

Figura 6 - Gráfico de número de funcionários dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

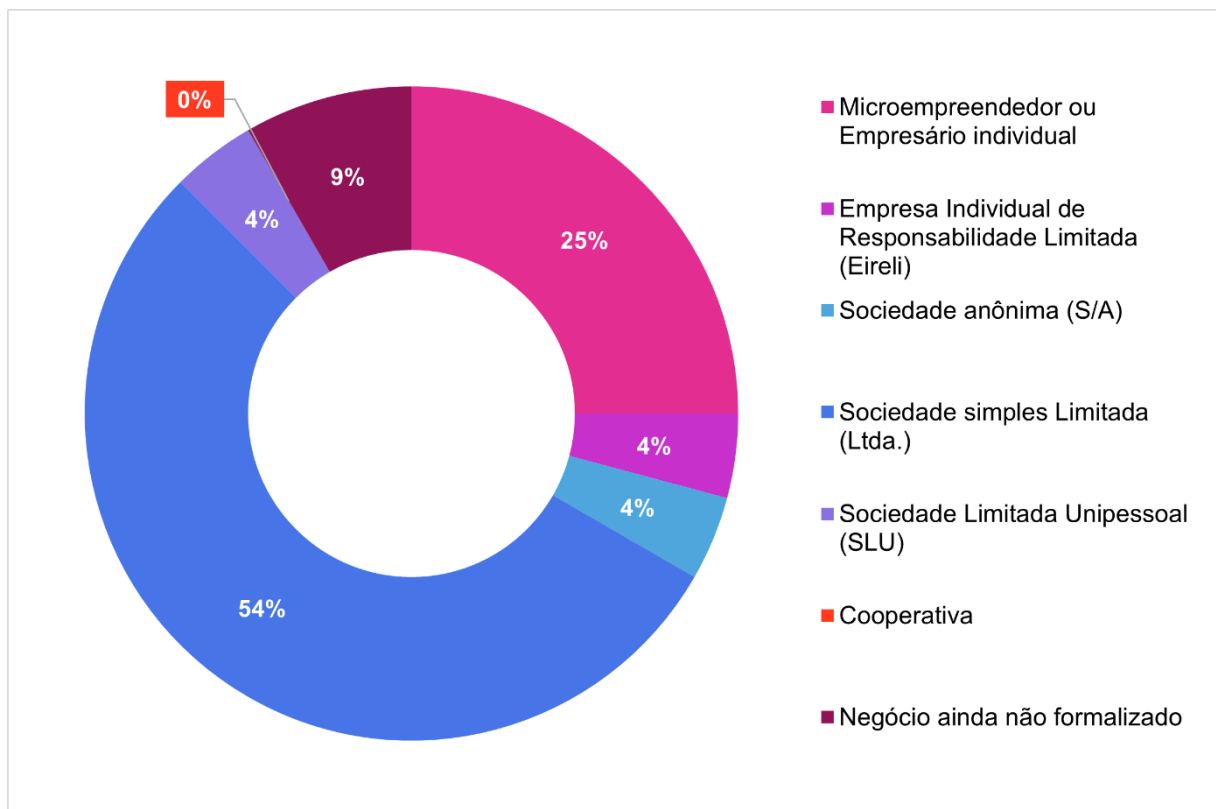
Figura 7 - Gráfico de tipo de contratação prioritária dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 8 apresenta o percentual das respostas recebidas sobre a natureza jurídica. Em termos de formalização, há uma predominância do modelo de Sociedade Simples Limitada – Ltda (54%), seguida de Microempreendedor ou Empresário Individual (25%), totalizando 79% da amostra. Embora afirmem estar em operação, 9% dos NSI ainda não estão formalizados. A única opção sem nenhuma resposta foi “Cooperativa”.

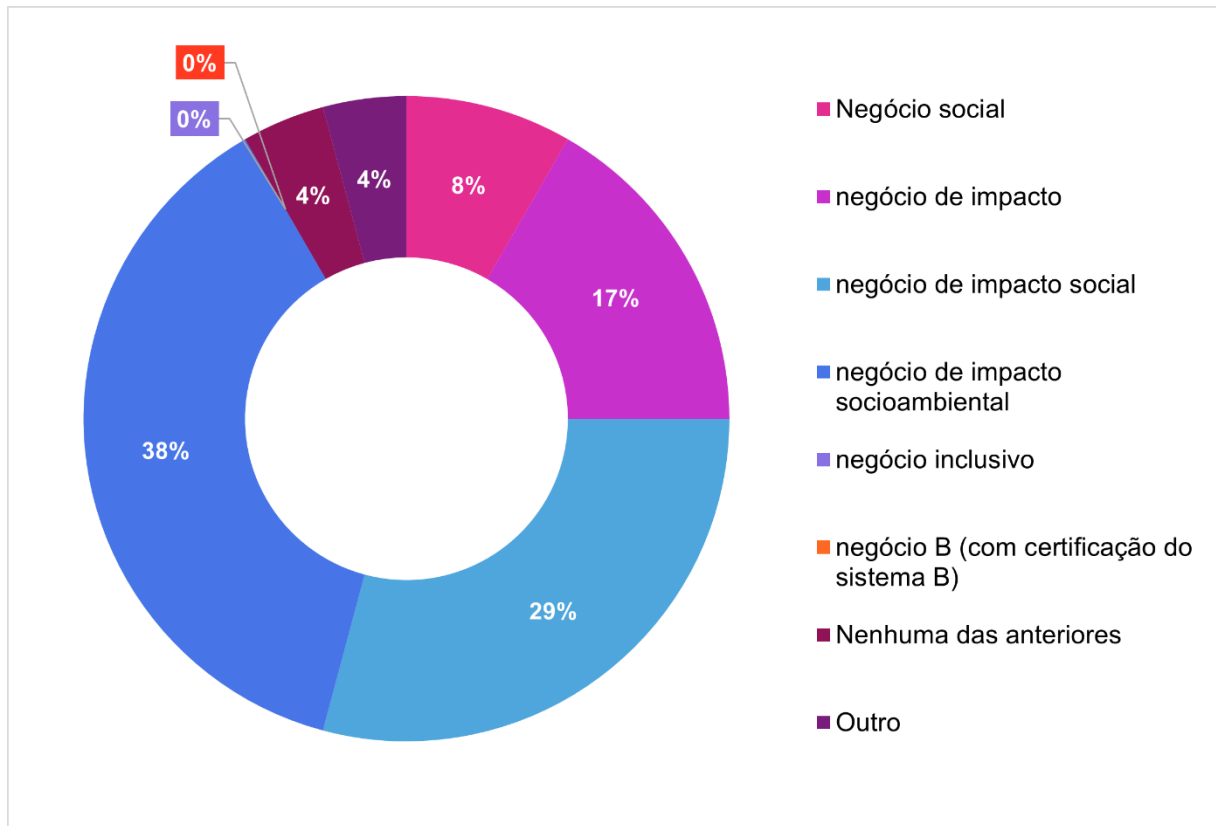
Figura 8 - Gráfico do tipo de natureza jurídica dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

As nomenclaturas adotadas pela maioria (84%) dos negócios pesquisados demonstram a relação com o conceito de impacto: 29% se declaram como “negócio de impacto social”, 38% como “negócio de impacto socioambiental” e 17% como “negócio de impacto”. A opção “Outro” foi selecionada por um negócio denominado “Agência de comunicação especializada em impacto”. A Figura 9 apresenta todos os resultados obtidos.

Figura 9 - Gráfico de nomenclaturas dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

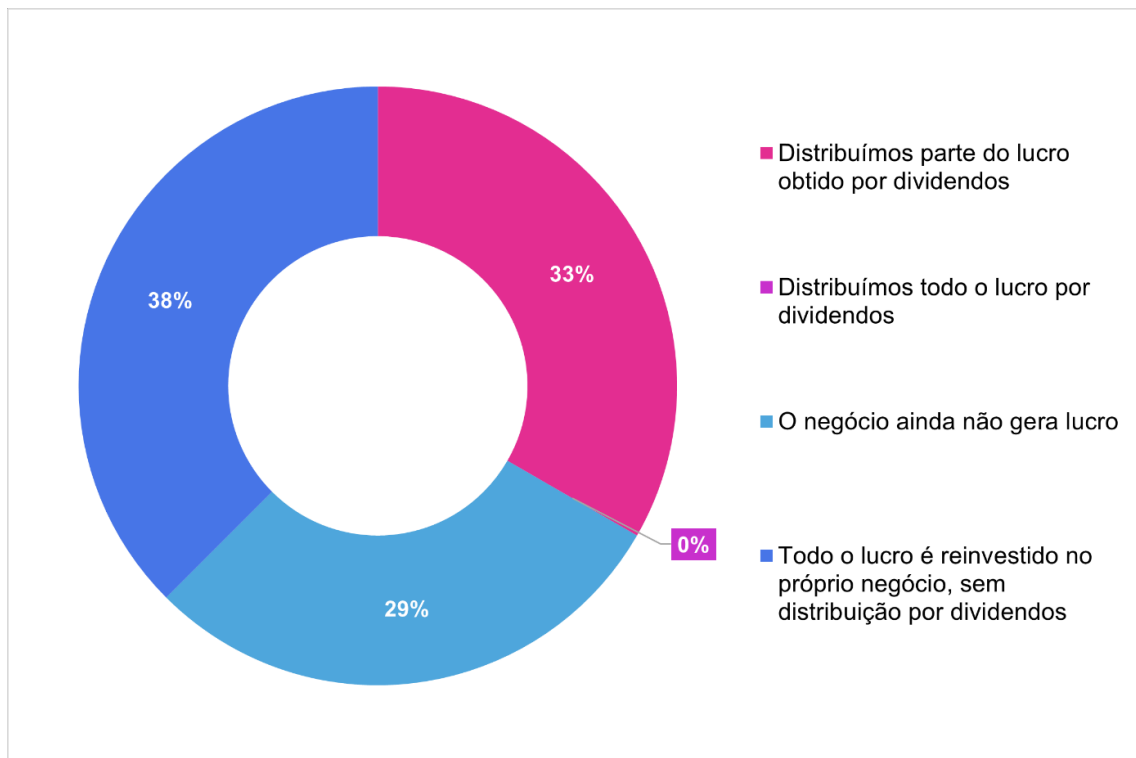
Ao relacionar as nomenclaturas adotadas às categorias das atividades (Quadro 8) a partir da pergunta aberta “Conte sobre o problema que o seu produto/serviço resolve”, observou-se o seguinte: (a) Negócios de Impacto estão orientados para soluções técnicas ambientais; (b) Negócios de Impacto Social empreendem atividades voltadas para inclusão social; (c) Negócios de Impacto Socioambiental, de fato, reúnem as dimensões sociais e ambientais, mantendo enfoque técnico para a áreas ambiental ao mesmo tempo que atacam temas relevantes para a sociedade, como biodiversidade e economia verde; (d) Negócios Sociais, por sua vez, parece mais direcionada para questões de direitos básicos, como acesso à água e cadeia de produção justa.

Quadro 8 - Relação entre as nomenclaturas adotadas e as atividades

Nomenclatura	Atividades
Negócio de impacto	gerenciamento de áreas contaminadas, energia solar, economia de água, acesso à água tratada.
Negócio de impacto social	acesso à justiça, inclusão social, diversidade no mercado de trabalho, educação, tecnologia, inclusão social, consultoria em projetos socioculturais, marketplace, geração de renda, inclusão social, logística reversa, inclusão social, acessibilidade.
Negócio de impacto socioambiental	Investimentos, serviços de consultoria, educação ambiental, ecossistemas marinhos, poluição plástica, sistemas alimentares sustentáveis, biotecnologia, resíduos sólidos, agricultura, algicultura, insumos para indústria, reutilização de óleo vegetal, geração de renda, produtos verdes, gerenciamento de resíduos, coleta seletiva, geração de renda no campo, biodiversidade, economia verde, <i>upcycling</i> .
Negócio social	cadeia de produção justa, vestuário, acesso à água, saneamento básico.
Outro	serviços de consultoria, serviços de comunicação.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Quanto à orientação ao lucro, conforme o gráfico da Figura 10, verificou-se que 38% dos negócios pesquisados não são orientados pelo lucro, de modo que reinvestem todo o lucro no próprio negócio, enquanto 33% distribuem parte do lucro por dividendos e 29% ainda não geram lucro. Nenhuma resposta indicou a distribuição de todo lucro por dividendos.

Figura 10 - Gráfico de orientação ao lucro dos Negócios Sociais e de Impacto

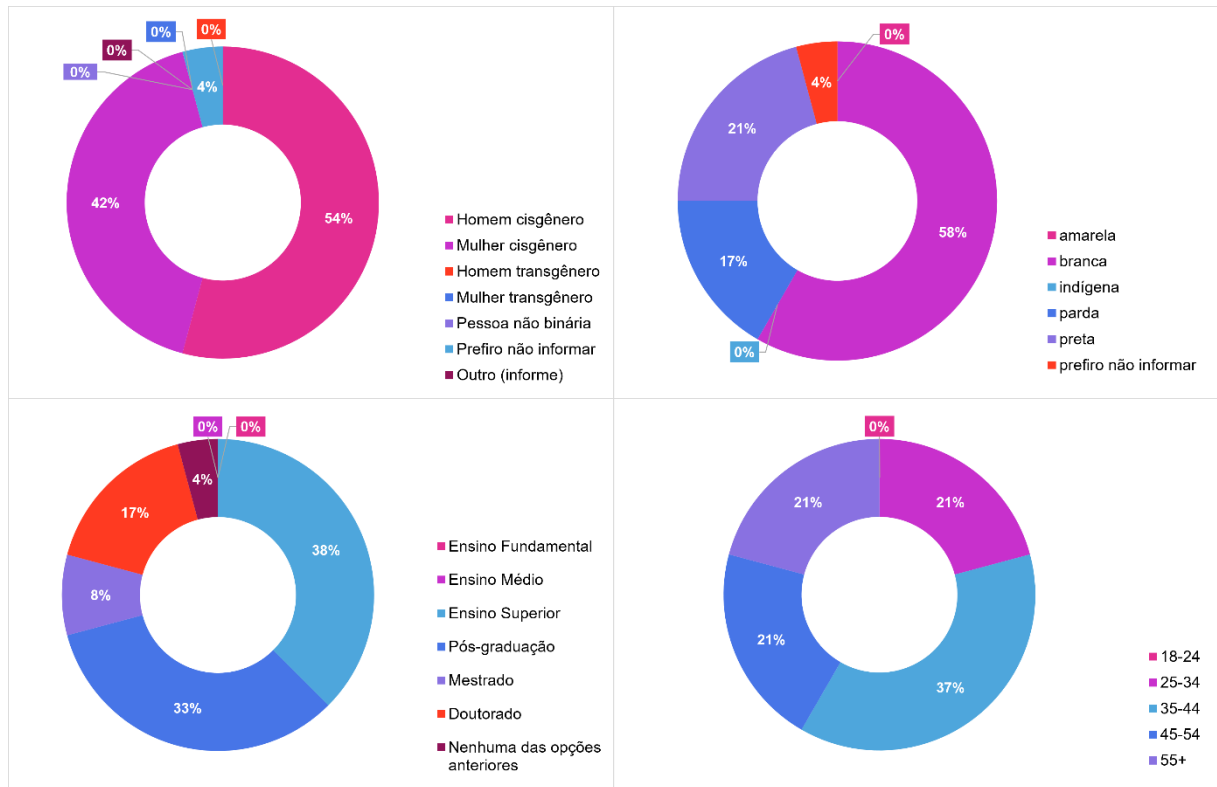
Fonte: Elaborado pela autora.

5.3 PERFIL DEMOGRÁFICO DAS LIDERANÇAS

O perfil das lideranças é composto em sua maioria por homens cisgênero (54%) e pessoas autodeclaradas brancas (58%), com idade entre 35 e 44 anos (37%). A maior parte das lideranças possui pelo menos ensino superior completo (38%), 33% com pós-graduação, 8% com mestrado, 17% com doutorado. Apenas um respondente (4%) não se enquadrava nas opções de escolaridade apresentadas. Destaca-se que não foram registradas lideranças que se identificam como transgênero ou não binárias ou com faixa etária de 18 a 24 anos.

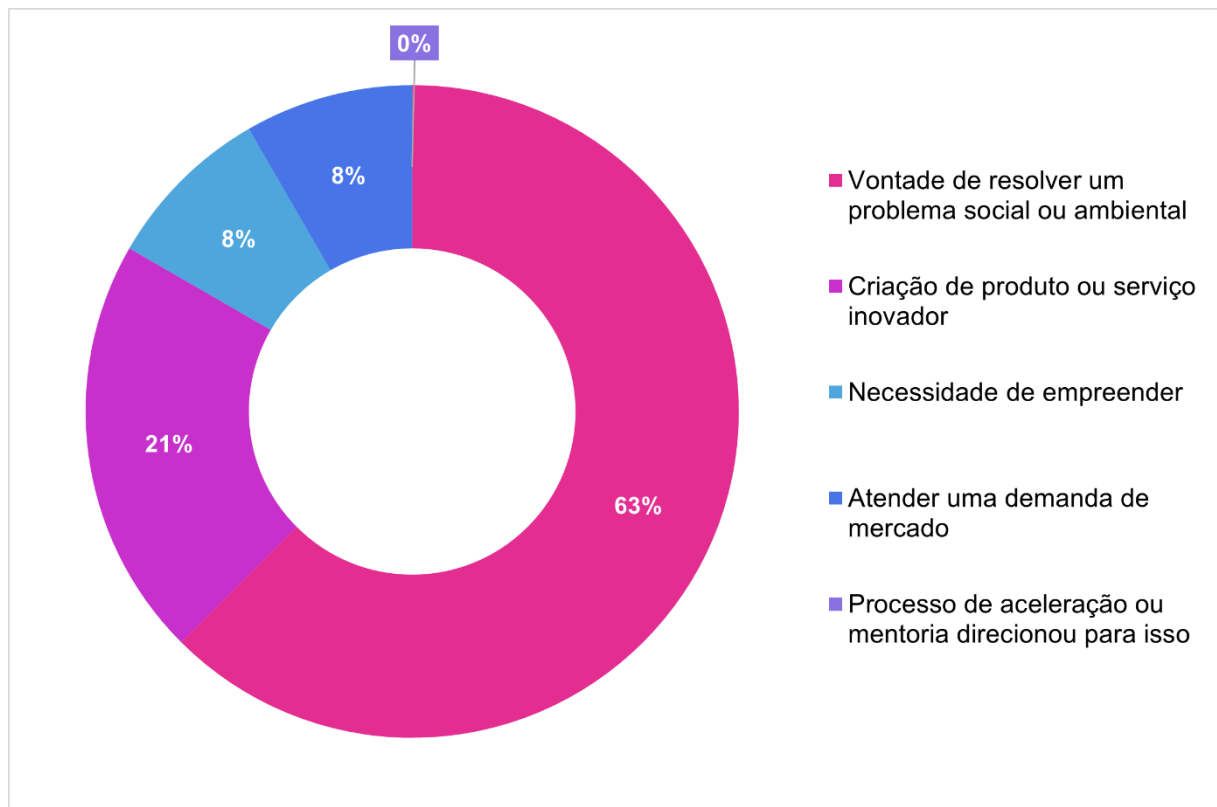
A principal motivação para criação do negócio foi “vontade de resolver um problema social ou ambiental” (63%), seguido de “criação de um produto ou serviço inovador” (21%). Nenhum respondente selecionou a opção “Processo de aceleração ou mentoria direcionou para isso”. A Figura 12 apresenta os percentuais de respostas para essa pergunta.

Figura 11 - Perfil demográfico das lideranças dos Negócios Sociais e de Impacto: gênero, cor, escolaridade e faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 12 - Gráfico da principal motivação para criação dos Negócios Sociais e de Impacto

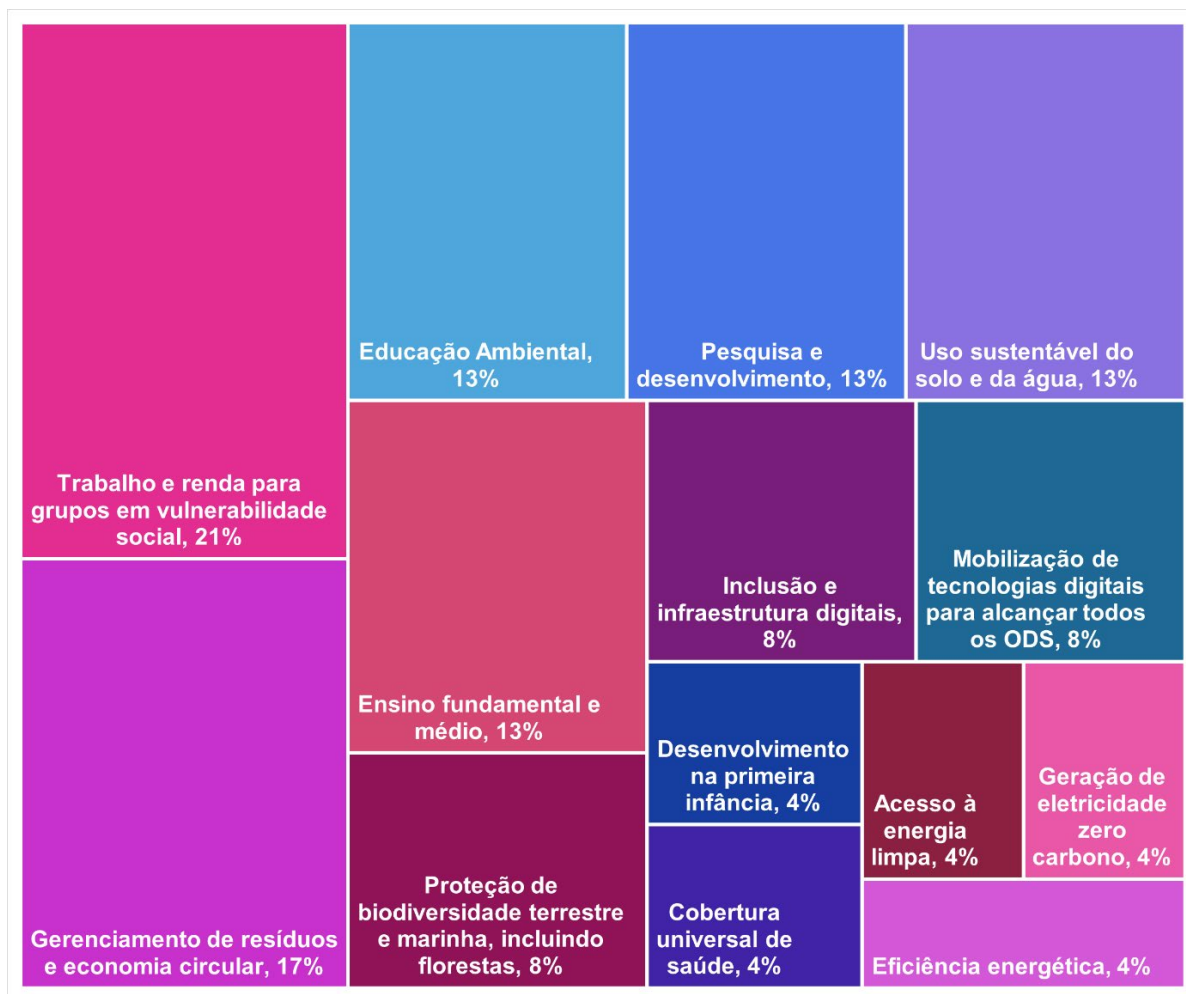


Fonte: Elaborado pela autora.

5.4 INTERVENÇÕES-CHAVE PARA ALCANÇAR OS ODS

A análise das intervenções-chave priorizadas pelos NSI em sua atuação demonstrou um enfoque nos temas: a) Trabalho e renda para grupos em vulnerabilidade social (21%); e b) Gerenciamento de resíduos e economia circular (17%). Educação ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento, Uso sustentável do solo e da água e atividades relacionadas ao ensino formal (fundamental e médio) obtiveram 13% de adesão cada, o equivalente a três menções. A Figura 13 apresenta todas as atividades priorizadas pelos negócios sociais pesquisados. As atividades não mencionadas foram: Sistemas agrícolas e de pesca eficientes e resilientes; Comércio e cadeias de abastecimento sustentáveis; Formação profissional e ensino superior; Redução da poluição atmosférica; e Promoção de alimentos saudáveis, incluindo proteínas alternativas.

Figura 13 - Gráfico de intervenções-chave indicadas como atuação prioritária pelos negócios sociais e de impacto



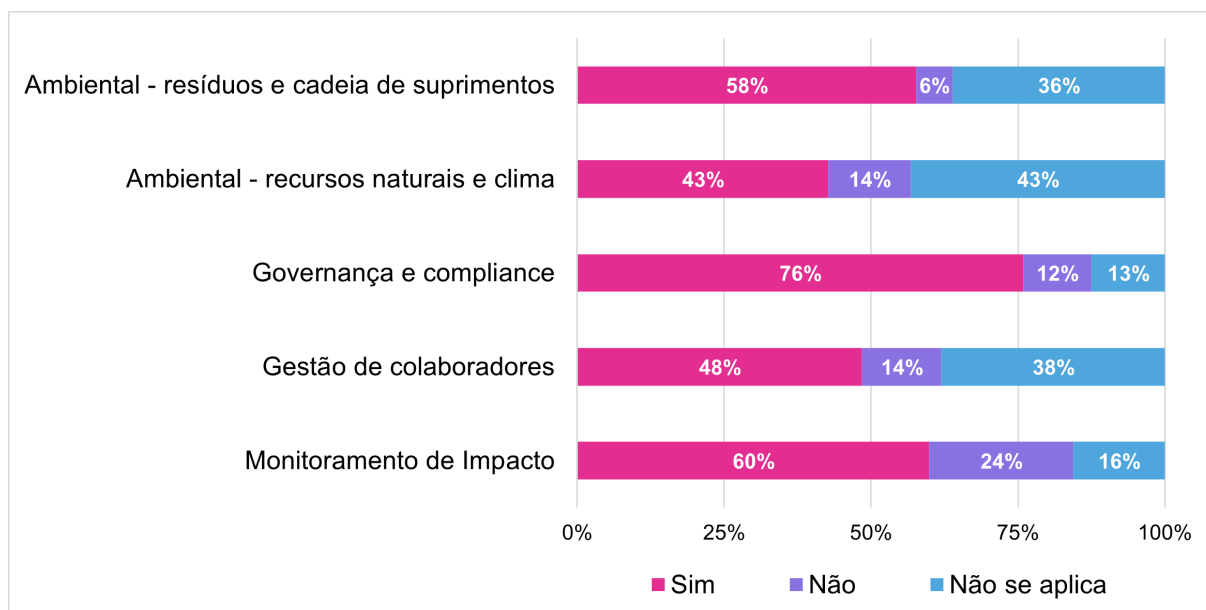
Fonte: Elaborado pela autora.

5.5 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE ADOTADAS PELOS NEGÓCIOS

A partir da autodeclaração dos NSI pesquisados a respeito da adoção ou negativa das práticas de sustentabilidade elencadas no instrumento de pesquisa, constatou-se que, em média, cada negócio adota 19 das 35 práticas pesquisadas e 11 das práticas não seriam aplicáveis aos modelos de negócio operados pelos NSI pesquisados.

Ao analisar a adoção das práticas em cada área, 76% dos NSI afirma adotar as práticas de governança e *compliance* pesquisadas e 60% declara adotar as práticas de monitoramento de impacto (Figura 14). Destaca-se que tais práticas representam principalmente medidas de implementação em nível de planejamento, existência de políticas formalizadas e posicionamento ou transparência frente às partes interessadas.

Figura 14 - Gráfico de adesão às práticas de sustentabilidade consolidadas por tema



Fonte: Elaborado pela autora.

As práticas mais implementadas pelos NSI são:

- 92% explicam o propósito de impacto social e ambiental na missão, visão e valores institucionais (Monitoramento de impacto);
- 92% afirmam colaborar com a erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão e do trabalho infantil em toda a sua cadeia de fornecedores (Governança e *compliance*); e
- 87% declaram possuir metas ou objetivos relacionados às temáticas dos ODS

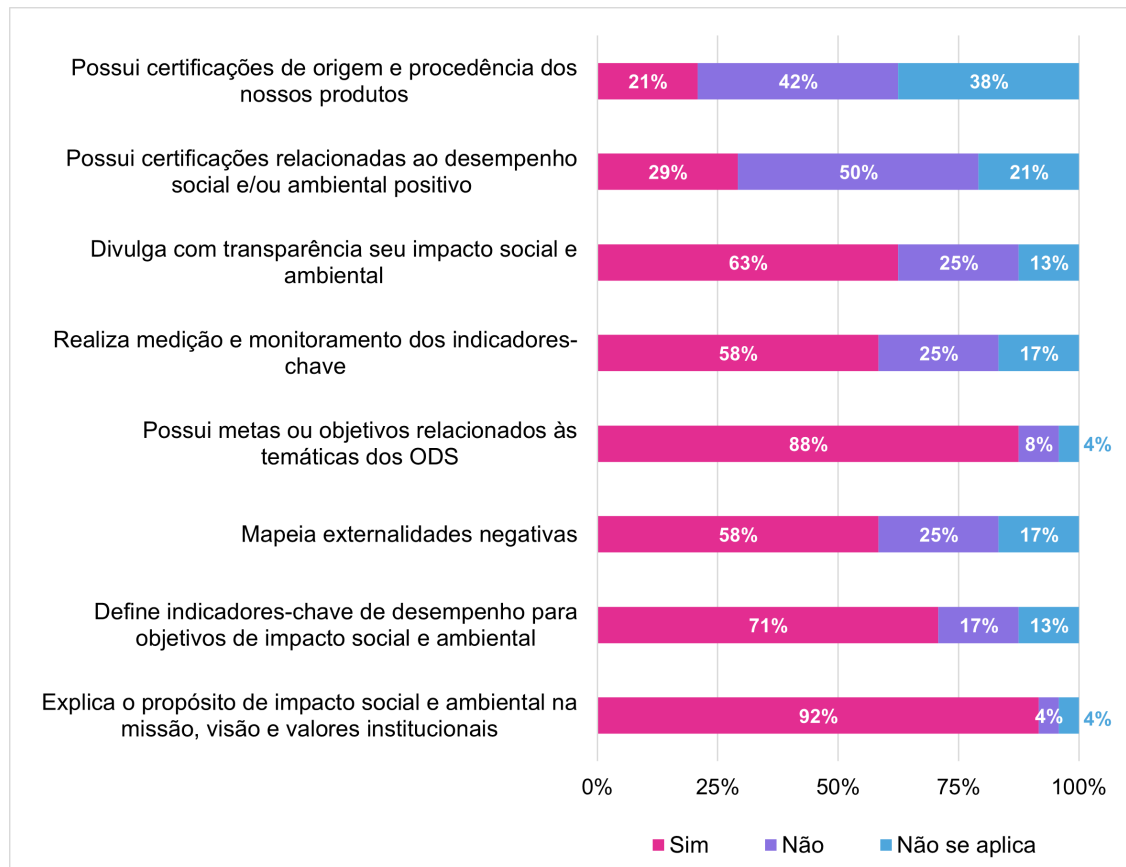
para monitoramento de impacto.

Já no que se refere às práticas menos adotadas, destaca-se:

- d) 17% realizam inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- e) 21% declaram possuir certificações de origem e procedência dos nossos produtos; e
- f) 21% afirmam implementar sistema de gestão ambiental monitorado.

Na área de monitoramento de impacto (Figura 15), além da adesão à publicização do propósito de impacto social e ambiental e da existência de metas que dialogam com os ODS, destaca-se que: 71% dos negócios definiram indicadores-chave de desempenho para acompanhar seu impacto social e ambiental (ODS 16, Meta 16.6); e 58% realizam a medição e monitoramento destes indicadores (ODS 16, Meta 16.6), além de mapear externalidades negativas. Os menores percentuais de adesão se apresentam nos itens sobre a existência de certificações (ODS 8, Meta 8.4; ODS 12, Meta 12.2).

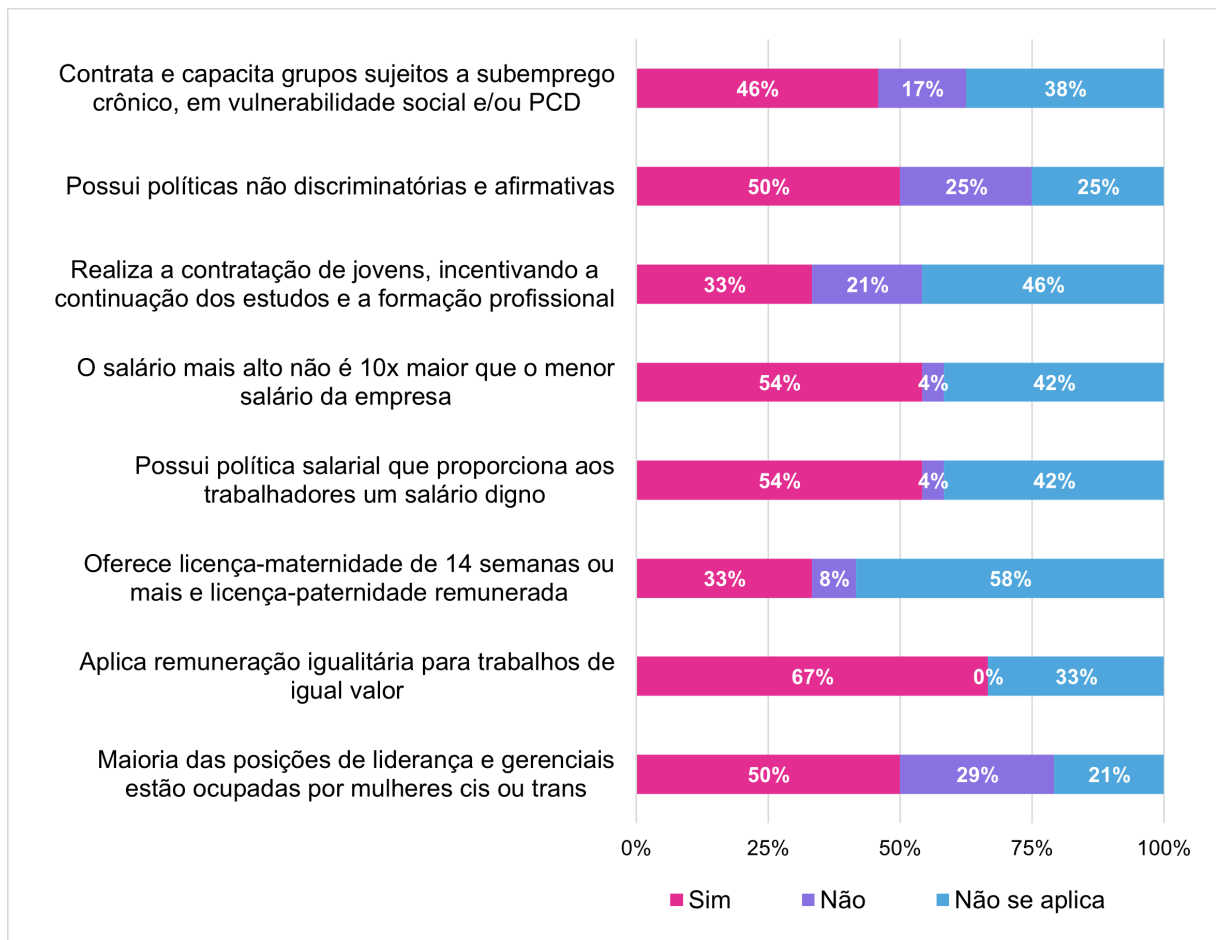
Figura 15 - Gráfico de adesão às práticas de Monitoramento de Impacto dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

A análise das práticas de gestão de colaboradores (**Figura 16**) demonstrou que 67% dos NSI afirma aplicar remuneração igualitária para trabalhos de igual valor (ODS 5, Meta 5.1) e 50% declaram que mulheres cis ou trans ocupam as posições de liderança (ODS 5, Meta 5.5). Destaca-se que 54% afirmam aplicar política salarial para garantia da dignidade dos colaboradores (ODS 10, Meta 10.4). Nesta área, cabe ressaltar que apesar de 46% dos NSI afirmarem contratar profissionais autônomos ou prestadores de serviços e apenas 8% afirmarem ter funcionários contratados no regime CLT por tempo indeterminado, verificou-se a declaração de adoção de práticas associadas ao regime CLT, como salário-mínimo necessário e licença-maternidade. Neste caso, pode-se entender que já foram realizadas contratações nesses moldes em outro momento ou que possuem a intenção de agir de acordo com essas práticas. A ausência de políticas não-discriminatórias, afirmativas e inclusivas por parte dos negócios indicam espaço para melhorias nesse sentido.

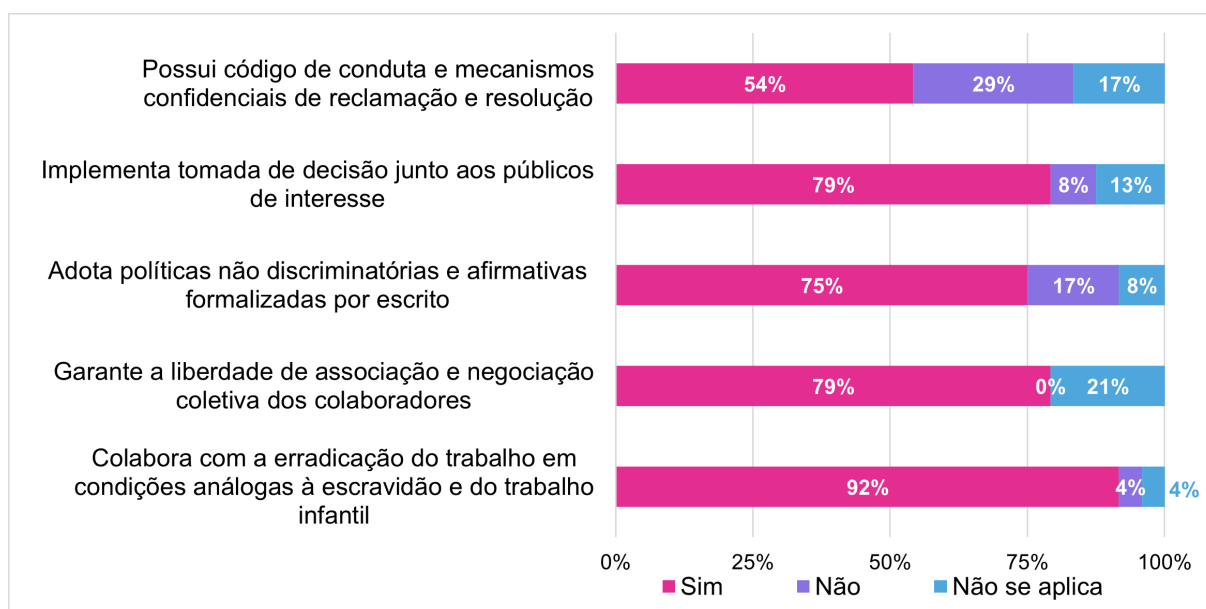
Figura 16 - Gráfico de adesão às práticas de Gestão de Colaboradores dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à governança e *compliance*, das cinco práticas pesquisadas, quatro delas tiveram mais de 75% de adesão (Figura 17). O menor percentual de adoção (54%) foi para a existência de código de conduta e mecanismos de reclamação e resolução (ODS 16, Meta 16.6). Já o maior percentual (92%) foi para a prática de colaboração com a erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão e do trabalho infantil (ODS 8, Meta 8.7). Cabe observar que há uma limitação do instrumento de pesquisa em não especificar os mecanismos para esse tipo de colaboração, por exemplo: verificação do cadastro de empregadores na chamada Lista Suja do Trabalho Escravo¹¹ e a própria formalização de códigos de conduta para fornecedores.

Figura 17- Gráfico de adesão às práticas de Governança e Compliance dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

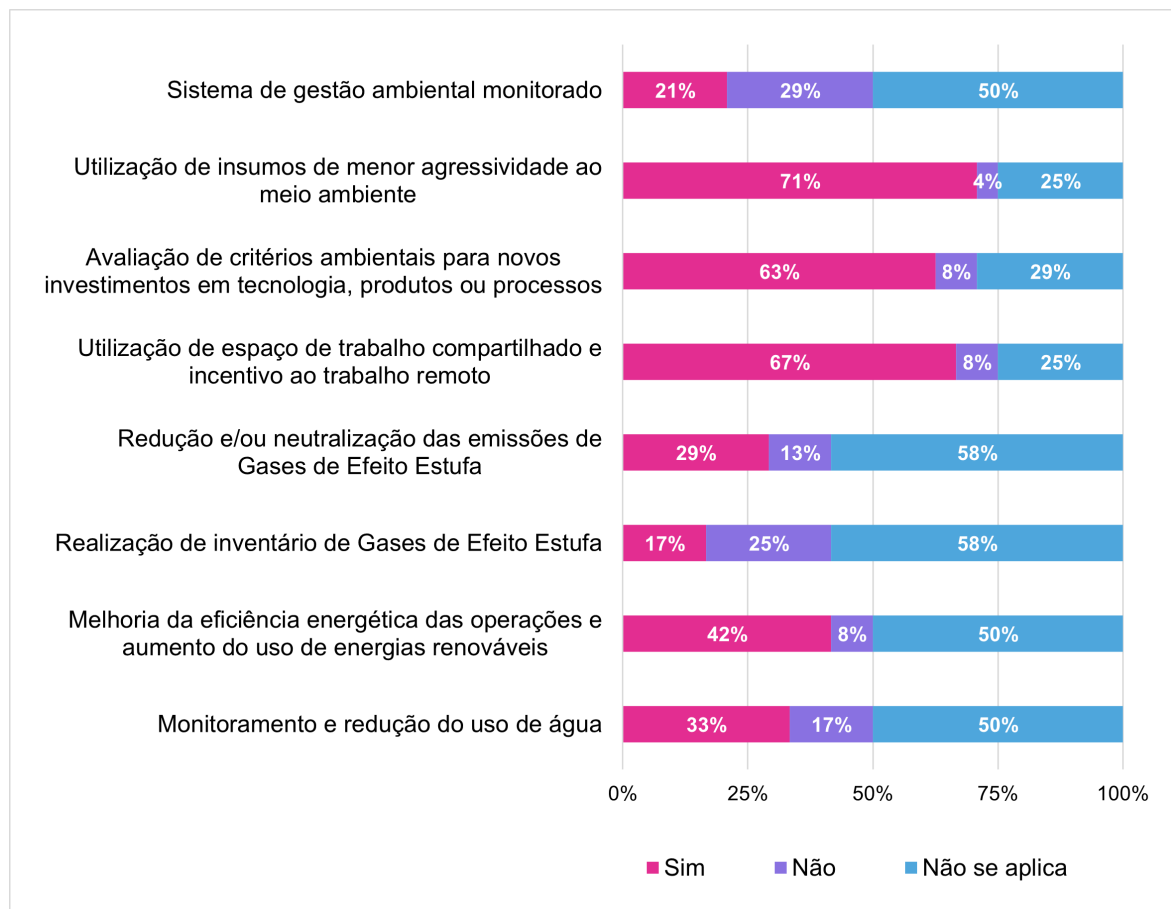
Em relação às práticas de gestão ambiental, observa-se que as práticas que mais complexas em termos de implementação ou técnicos são menos adotadas. Nessa categoria, obteve-se os maiores percentuais da opção “Não se aplica”.

Conforme o gráfico da Figura 18, no tema de recursos naturais e clima, 71% afirmam utilizar insumos de menos agressividade ao meio ambiente (ODS 12, Meta 12.5) e 67% afirmam utilizar espaços de trabalho compartilhado e incentivar o trabalho remoto (ODS 9, Meta 9.4). As práticas relacionadas à redução e/ou neutralização das emissões de gases do efeito estufa

¹¹ Ministério do Trabalho e Emprego. Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>>. Consulta em 18 agosto 2025.

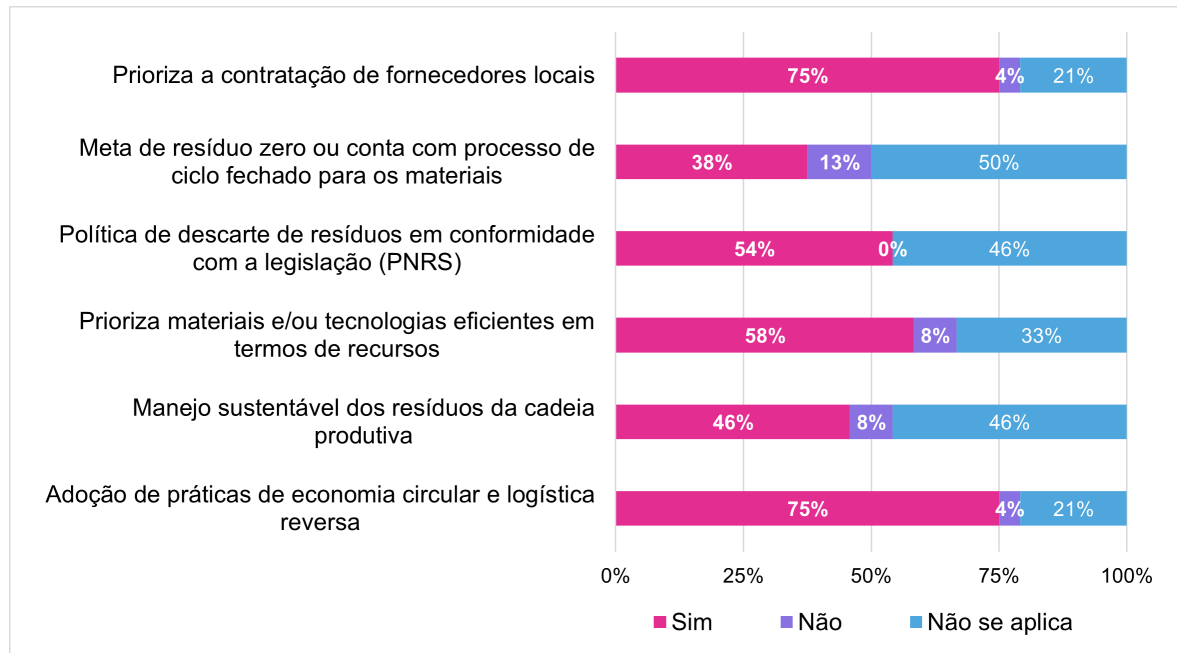
(GEE), incluindo a realização de inventário de GEE (ODS 9, Meta 9.4, e ao uso eficiente de água e energia (ODS 12, Meta 12.2) registraram baixa adesão. Para o tema de resíduos e cadeia de suprimentos (Figura 19), 75% dos NSI afirmam priorizar a contratação de fornecedores locais (ODS 9, Meta 9.1) e adotar práticas de economia circular e logística reversa (ODS 12, Meta 12.1).

Figura 18 - Gráfico de adesão às práticas de Gestão Ambiental: Recursos Naturais e Clima dos Negócios Sociais e de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 19 - Gráfico de adesão às práticas de Gestão Ambiental - Resíduos e Cadeia de Suprimentos dos Negócios Sociais e de Impacto

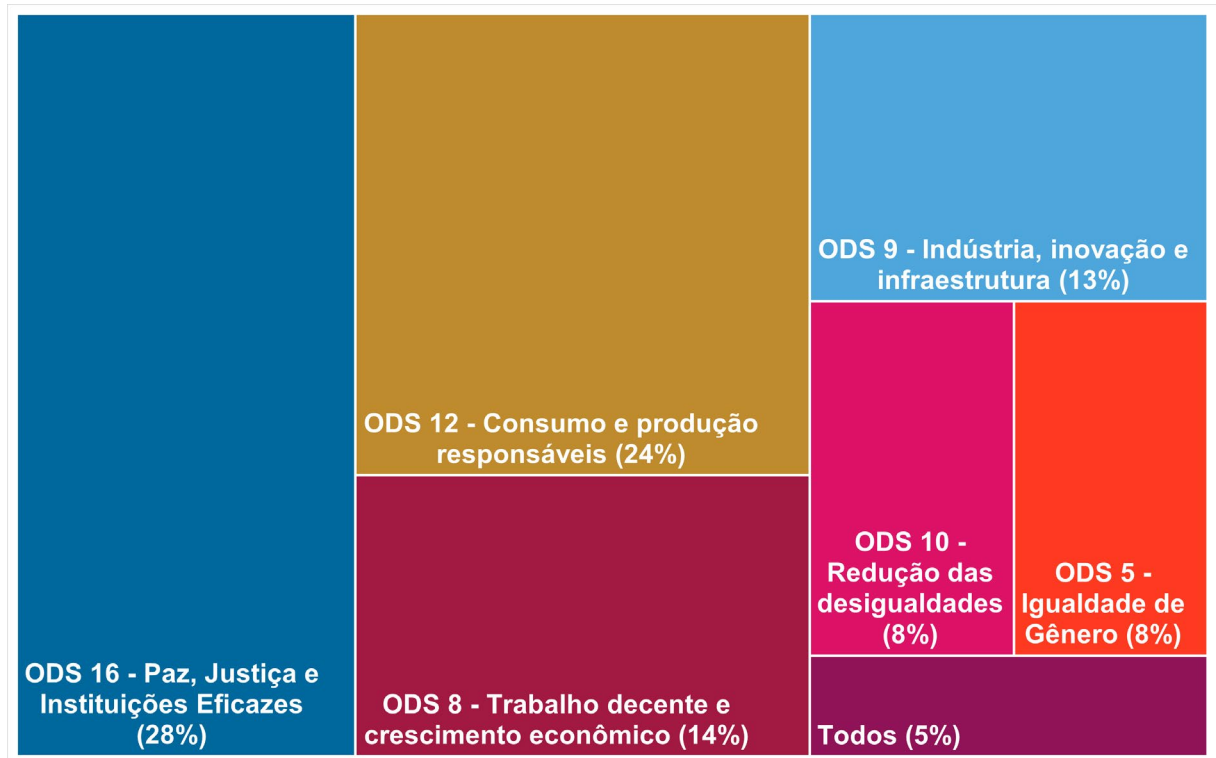


Fonte: Elaborado pela autora.

5.6 CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS PESQUISADOS

Por meio da contabilização das respostas positivas para cada prática adotada, foi gerado o gráfico da Figura 20. O gráfico apresentado demonstra o percentual de práticas adotadas para cada ODS, de modo que todos os ODS e metas pesquisados recebem contribuições em algum nível. O ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) é o mais impactado pelas práticas implementadas pelos NSI da região, com 28% do total das práticas mapeadas. Em seguida, o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) aparece com 24% e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) com 14%. Pode-se afirmar, com base na proposta de análise praticada, que os NSI atuam na promoção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas (ODS 16), de padrões de produção e consumo responsáveis (ODS 12) e do trabalho decente para todos e todas (ODS 8) na RMRJ.

Figura 20 - Gráfico dos ODS mais impactados pelas práticas adotadas pelos Negócios Sociais e de Impacto

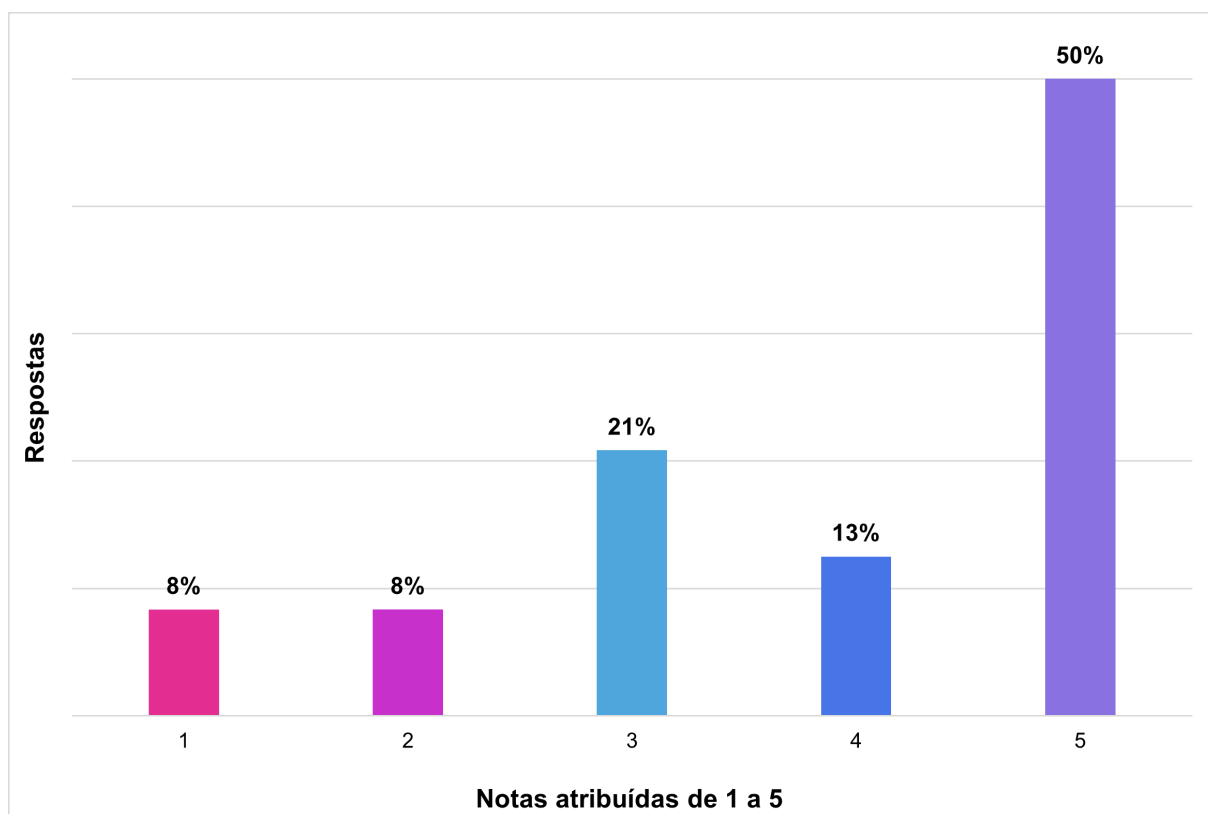


Fonte: Elaborado pela autora.

5.7 PERCEPÇÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A proposta de avaliação sobre a participação da pesquisa, realizada ao final do questionário, foi positiva, demonstrando que as práticas apresentadas poderiam vir a ser adotadas em seus negócios no futuro. O gráfico da Figura 21 apresenta as notas de 1 a 5 atribuídas pelos respondentes, onde 50% dos respondentes atribuíram a nota cinco ao questionário. Um deles também fez a seguinte solicitação em campo aberto do formulário: “Aproveito esse espaço para pedir uma cópia do formulário preenchido, visto que muitas práticas citadas aqui são de nosso interesse para implementação futura”.

Figura 21 - Gráfico de resultado da avaliação do questionário da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

6 PRODUTO TÉCNICO: Cartilha

A produção da cartilha, como produto técnico da dissertação, teve o objetivo de consolidar informações importantes sobre os negócios sociais e de impacto para inspirar microempreendedores e lideranças de pequenas e médias empresas, mesmo que sejam empresas convencionais. A proposta é incentivar a criação de novos negócios com propósito, além de auxiliar negócios já existentes a recalcularem suas estratégias para uma atuação com impacto socioambiental positivo. O questionário, apresentado em formato de lista de boas práticas, pode funcionar como ferramenta de aprendizado e inspiração para negócios.

Uma cartilha é entendida como um tratado elementar de qualquer matéria¹². Trata-se de “uma publicação de caráter informativo ou pedagógico, constituída de linguagem clara e objetiva em conteúdo e forma” (Giordani, 2024) e não deve ultrapassar 20 páginas. Giordani sugere que o texto verbal ocupe 50 a 60% da obra e o não verbal, tais quais imagens, gráficos e ilustrações coloridas etc. entre 40% e 50%. O material deve ainda possuir linguagem adequada e o tema abordado deve ser “delimitado, relevante e com nível de aprofundamento adequado ao público-alvo a que se destina” (Giordani, 2024).

O conteúdo da cartilha percorrerá pelos conceitos estabelecidos pela Enimpacto e Aliança, exemplos de negócios sociais de impacto com diferentes naturezas jurídicas, sugestões de práticas de sustentabilidade para dar os primeiros passos, uma breve explicação sobre como iniciativas locais podem contribuir com metas globais como os ODS e recomendação de *links* úteis.

O conteúdo da cartilha, cujo título é “Cartilha para negócios que querem gerar impacto socioambiental positivo”, encontra-se no APÊNDICE C – CONTEÚDO DA CARTILHA.

¹² Significado para o verbete Cartilha do Dicionário Brasileira da Língua Portuguesa Michaelis.

7 DISCUSSÃO

Para iniciar este capítulo, cabe ressaltar que esta pesquisa não atingiu um número suficiente de respostas para qualificar uma amostra representativa de NSI e produzir conclusões generalizadas sobre os NSI. Contudo, com as 24 respostas válidas, foi possível obter um panorama do cenário para discutir os resultados, conforme veremos a seguir.

Porto *et al.* (2022) sinalizaram também a baixa adesão dos gestores de NSI em participar do seu estudo. De fato, há poucos levantamentos e bases de dados consolidadas sobre os NSI no Brasil. O levantamento mais difundido é o da Base de Impacto (Pipe Social; Quintessa, 2023), por tratar-se de uma chamada nacional com patrocinadores e apoiadores de divulgação. Trata-se de um mapeamento baseado na autodeclaração e a amostra é delimitada com base nas seguintes premissas: intencionalidade de resolver um problema social e/ou ambiental, ter a solução de impacto como a principal atividade do negócio, buscar retorno financeiro e ter compromisso em monitorar o impacto gerado. Por isso, para discutir parte dos nossos resultados sobre os NSI, utilizaremos esses dados da pesquisa nacional (Pipe Social; Quintessa, 2023).

No Mapa da Base de Impacto, datado de 2023, 10% dos 1.011 negócios mapeados estavam localizados no estado do Rio de Janeiro, ou seja, cerca de 101 negócios em operação.

Por sua vez, o Observatório de Negócios de Impacto Social e Ambiental (ONISA) registrava, em abril de 2024, a maior concentração dos 387 negócios nos municípios do Rio de Janeiro (54%), Niterói (5%) e Duque de Caixas (4%). Em 2025, passou a ter 409 cadastros de negócios publicados¹³, com aumento de 4% na cidade do Rio de Janeiro (ONISA, 2024).

A maior concentração dos NSI na cidade do Rio de Janeiro é similar aos resultados que foram obtidos neste estudo e corrobora com os dados do Mapa da Base de Impacto, que apontam que 59% dos negócios estão localizados nas capitais dos estados (Pipe Social; Quintessa, 2023). Isso se deve especialmente pelo fato de as capitais dos estados serem também os seus centros econômicos, concentrando funções variadas, principalmente do ponto de vista de infraestrutura e logística, mercado consumidor e de possíveis investidores.

O **perfil dos negócios sociais e de impacto** está composto por negócios com certo grau de maturidade (54% com mais de 5 anos) – devido ao tempo de existência –, mas ainda de pequeno porte, operando com nenhum (12%) ou com poucos funcionários (75% com até 5

¹³ Disponível em: <https://riodeimpacto.com.br/observatorio>. Acesso: 07 out. 2025.

funcionários). Na configuração de pequeno porte, muitas vezes os negócios contam apenas com microempreendedores ou empresários individuais (25% dos NSI) e optam por modelos de contratação flexíveis (46% contratam profissionais autônomos ou prestadores de serviço).

Em relação ao modelo de contratação, observou-se similaridades com o Mapa da Base de Impacto, onde 68% utilizam equipe composta por *freelancer* ou prestador de serviços pontuais e 12% estão compostas apenas pelo empreendedor (nenhum funcionário) (Pipe Social; Quintessa, 2023). Deste modo, o tamanho dos negócios é um limitador para o possível impacto que causariam.

No Brasil não existe um tipo de natureza jurídica específico para negócios sociais e de impacto, estes podem utilizar-se dos modelos jurídicos já existentes na legislação. Em todo caso, observar como se dá essa formalização é relevante. Apenas 9% dos negócios pesquisados ainda não estão formalizados e há uma representatividade considerável de microempreendedores e empreendedores individuais (25%) ou microempresas. Estes formatos possuem teto de faturamento menor e limitações para contratação de funcionários pelos moldes CLT. Entretanto, os MEI chegam a impactar em 10% o PIB per capita de grandes capitais, evidenciando sua relevância para o desenvolvimento econômico local (Tavares, Bach e Walter, 2023). Por sua vez, outros formatos de empresa, como a Sociedade Limitada, 54% em nossa amostra, apontam para maior solidez dos negócios, relacionada à faixa de faturamento.

Cabe destacar que a única opção de natureza jurídica não selecionada foi “cooperativa”, um formato que possui uma intencionalidade similar aos NSI, pois trata-se do exercício de atividades econômicas de interesse comum, sem objetivo de lucro, podendo exercer qualquer tipo de serviço, operação ou atividade (Brasil, 1974; IBGE, 2021). Outros estudos também identificaram baixo número de cooperativas atuando no campo dos NSI (Pipe Social; Quintessa, 2023; Sousa e Iizuka, 2018), o que pode ser explicado pela diferenciação entre os empreendimentos ligados à economia solidária e aos ligados ao conceito dos negócios sociais, observada por Mello (2018), onde os empreendimentos da economia solidária não se identificariam como negócios.

os empreendimentos do campo da economia solidária têm forte posicionamento contrário *mainstream* ideológico capitalista, contrapondo-se ao caráter mais afastado desse *spectrum* por parte dos empreendimentos de impacto que notadamente se orientam mais voltados ao pragmatismo das problemáticas sociais de populações, setores e territórios que dão base às suas operações empresariais, estando um tanto distantes dos debates ideológicos mais aguerridos, como vemos nos da economia solidária (Mello, 2018).

Por outro lado, o cooperativismo configura um campo específico e regulamentado pela Lei Geral das Cooperativas¹⁴, pela Nova Lei das Cooperativas de Trabalho¹⁵, entre outras. Segundo (Biscaro, Hernandez e Santos, 2023), está pautado nos valores de solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade, empregando menos de 0,5% da população economicamente ativa. Um dos aspectos legais, indicados pelos autores, que justificaria a baixa existência de cooperativas no campo dos NSI é a exigência de pelo menos 20 pessoas para se constituir uma cooperativa. Neste sentido, as cooperativas evocam um empreendimento coletivo, que se distancia da noção do empreendedorismo individual, percebido em nossa amostra.

Cezere, Santos e Souza (2023) destacam a relevância da gestão de NSI com princípios da economia solidária para os impactos socioambientais e econômicos percebidos pelos stakeholders no caso da Justa Trama, uma cooperativa de algodão agroecológico que atua desde o plantio até a produção e venda de peças de vestuário.

A Justa Trama é um exemplo relevante de negócio de impacto social enquanto cooperativa, pois

nasceu prioritariamente com o propósito de gerar benefício social aos públicos interessados e à sociedade na qual está inserido, beneficiar os trabalhadores, ser economicamente autossustentável e distribuir aos cooperados excedente de renda. [...] Além disso, a Justa Trama é economicamente autossustentável, e, quando há excedente do resultado financeiro das atividades do ano, denominado como sobras, é distribuído às cooperativas e associações que fazem parte da CCJT, podendo ser essa sobra distribuída aos trabalhadores ou reinvestida no negócio. (Cezere, Santos e Souza, 2023)

A questão da orientação ao lucro é tida como uma prerrogativa do modelo de negócio social de Yunus (2008). Como afirma Moingeon *et al* (2010), “quando o objetivo é construir um negócio social, seu modelo de negócios deve ser alterado da geração de lucro financeiro tradicional para a geração de lucro social” (Moingeon, Yunus e Lehmann-Ortega, 2010). Os dados da amostra indicam esta prática pela maior parte dos NSI (37,9%), bem como a distribuição de apenas parte do lucro (34,5%). A questão que fica em aberto é se o reinvestimento é necessário para garantir a existência do negócio ou aplicado com a intencionalidade de ampliar o impacto positivo.

¹⁴ LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm >. Acesso em: 19 out. 2025.

¹⁵ LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

Sobre reinvestimento do lucro, os dados do Mapa de Impacto (Pipe Social; Quintessa, 2023) revelam que 49% dos negócios definem que o lucro pode ser distribuído em parte ou totalmente por dividendos, enquanto 25% definem o reinvestimento no negócio como padrão, 10% não sabem e 16% não responderam. Já o mapeamento de Silva (2018), também em nível Brasil, aponta que 92% dos negócios não têm restrição na distribuição de lucros entre os sócios. O autor aponta que essa característica pode indicar que, no Brasil, a criação dos modelos de impacto social segue uma proposta diferente da pautada por Yunus. Em consulta ao site institucional da Yunus Negócios Sociais¹⁶ no Brasil, observa-se que não há menção à obrigatoriedade de reinvestimento do lucro para a oferta de investimentos aos negócios sociais, apesar de afirmar que o “negócio social visa a geração de lucro que, reinvestido, fortalece a missão social da empresa” (Yunus Negócios Sociais, 2025). Isso sugere que o aspecto de reinvestimento do lucro não seria um fator determinante da nomenclatura “negócio social”.

No que tange às nomenclaturas utilizadas pelos negócios, a maioria utiliza o termo “impacto”. Nesse sentido, pode-se entender que a ampla difusão do conceito de “impacto” possui uma relação direta com a influência do campo de investimentos e, por conseguinte, do monitoramento de impacto. Ao passo que a adição de “social”, “ambiental”, “socioambiental”, “inclusivo” ou “ambiental” revelaria o tipo de atuação do negócio. Tendo em vista a definição e nomenclatura formalizadas por meio da Enimpacto, Alperstedt, Andion e Pires (2021), afirmam que os negócios de impacto desafiam as normas atuais das classificações organizacionais, visto que as classificações existentes não explicam de forma unânime este fenômeno dos empreendimentos sociais, “que, embora seja antigo, ressurgiu a partir de novos formatos organizacionais” (Alperstedt, Andion e Pires, 2021).

Neste estudo, o **perfil das lideranças** – com predominância de pessoas com alto grau de escolaridade e experiência acumulada pela faixa etária entre 35 e 44 anos – está alinhado ao perfil descrito no Mapa de Impacto (Pipe Social; Quintessa, 2023): maioria branca (49%), homens (51%), com grau de instrução acima da graduação (61%) e faixa etária predominante entre 30 e 44 anos (49%). Por sua vez, um estudo conduzido no sul da Bahia, apresenta maior representatividade de mulheres (66%), 100% dos entrevistados com nível de pós-graduação e predominância da narrativa do empreendedorismo por necessidade, com 83% dos empreendedores dependendo da atividade do negócio como única fonte de renda (Bertoldo, Araújo e Stelzer, 2025). De modo geral, pode-se compreender que a falta de diversidade, principalmente em aspectos de cor e gênero, e a alta escolaridade para ocupar cargos de

¹⁶ Yunus Negócios Sociais. Disponível em: <https://www.br.yunussb.com/>. Acesso em 24 ago. 25.

liderança, refletem a estrutura social vigente. Quanto à redução das desigualdades socioeconômicas, que são estruturais no Brasil, o GTSC A2030 aponta que as iniciativas para diminuir as desigualdades econômicas, regionais, de raça e gênero ainda são ineficientes, quando analisada a conjuntura das questões sociais relacionadas ao ODS 10 (GTSC A2030, 2024). A promoção de políticas públicas que corrijam essas distorções é essencial.

A principal motivação citada pelas lideranças para a criação do negócio – vontade de resolver um problema social ou ambiental (64%) – reforça a noção de que o propósito de impacto orienta os NSI. Porto *et al.* (2022) apontam que o surgimento de empreendimentos sociais deriva de fatores pessoais e de oportunidade, “quando os empreendedores se deparam com uma problemática e precisam buscar soluções para resolvê-la” (Porto *et al.*, 2022). Malpelli, Ciccarino e Moraes (2017) observam, a partir dos dados e das percepções obtidas por meio de entrevistas, que:

O cerne do negócio social é o propósito, a missão da empresa, que se materializa no impacto gerado. O motor para geração desse impacto é a paixão do empreendedor, sua identificação com a causa, que vai além do retorno financeiro, essa paixão gera a resiliência necessária para superar os desafios de empreender, nesse caso, com ambidestria, promovendo o impacto social por meio de uma atividade econômico financeira sustentável (Malpelli, Ciccarino e Moraes, 2017).

Nota-se, na amostra, a ausência do reconhecimento da influência do processo de aceleração ou de mentoria para a criação do negócio de impacto. Aqui, cabe pontuar que não foi questionado se os NSI pesquisados passaram por processos de incubação ou mentoria, contudo, por tratar-se de uma pesquisa focada na RMRJ, que possui um ecossistema de impacto proeminente, era esperada a participação de negócios impactados pelas atividades das organizações do Rio de Impacto, por exemplo.

Esse dado reforça o propósito inerente dos empreendedores, ao mesmo tempo que evidencia uma oportunidade para as incubadoras e aceleradoras de negócios fomentarem modelos de negócio que priorizem a geração de impacto positivo. Os NSI demonstram um grande potencial de inovação, uma vez que “acabam explorando públicos ou demandas que antes não eram atendidas, pois não se via em tal atividade a geração de valor econômico” (Damario, Higashi e Comini, 2017). Barros, Formicki e Czarnotta argumentam que:

ainda que haja uma intencionalidade de impacto não formalizada [...] atores como aceleradoras, academia e investidores são relevantes para evidenciar, a tais empreendedores, que seus negócios proporcionam impacto socioambiental, favorecendo o acesso a redes, investimentos e oportunidades direcionadas para este perfil de empreendimento (Barros, Formicki e Czarnotta, 2024).

Um exemplo de geração de valor econômico a partir de uma atividade com impacto socioambiental relevante, é o trabalho realizado pela Marulho Eco¹⁷, um negócio social que coleta redes de pesca usadas e as transforma em produtos por meio de *upcycling*¹⁸ com a mão de obra local de comunidades na Ilha Grande, Rio de Janeiro. Assim, o negócio atua diretamente no problema ambiental da pesca fantasma por redes de pesca perdidas ou descartadas no oceano.

As **principais atividades de impacto** pesquisadas, adaptadas a partir do artigo *Six transformations to achieve the SDGs* (Sachs *et al.*, 2019), demonstram que os modelos de negócios dos NSI podem, de fato, contribuir com as transformações necessárias para alcançar os ODS propostas pelo artigo. A partir dos resultados obtidos na questão 17, constatou-se um maior potencial de impacto na área de Educação, Gênero e Desigualdades, da qual quatro atividades são implementadas pelos NSI pesquisados: Trabalho e renda para grupos em vulnerabilidade social (21%); Pesquisa e desenvolvimento (13%); Ensino fundamental e médio (13%); e Educação Ambiental (13%).

O aspecto de contribuição às metas nacionais dos ODS neste estudo foi avaliado a partir das **práticas socioambientais** relacionadas aos ODS pesquisados, as quais os NIS declararam adotar em suas operações. De modo geral, evidenciou-se que as práticas com maior adesão estão associadas a questões de posicionamento enquanto as práticas de monitoramento, mensuração e certificação possuem baixa adesão. Sucupira e Mello (2020) afirmam que as métricas de impacto social são uma questão recorrente, seja pelo desafio de mensuração ou pela dificuldade de gerar impacto de uma maneira sustentável economicamente. Neste sentido, retoma-se a importância dos mecanismos de apoio aos novos NSI, já que “muitas vezes o empreendedor, especialmente os da base da pirâmide, não possui recursos para pagar um serviço de assessoria e encontra dificuldade no primeiro momento de entender a importância desse apoio” (Sucupira e Mello, 2020).

Adicionalmente, Limeira (2017) comenta a dificuldade de monitoramento dos impactos até mesmo pelas aceleradoras em relação às empresas aceleradas, “devido à dificuldade de coleta dos dados, altos custos envolvidos e benefícios pouco tangíveis” (Limeira, 2014). Portanto, estas acompanham prioritariamente as taxas de sobrevivência e de sucesso a partir dos investimentos captados e lucro.

¹⁷ Marulho Eco. Disponível em: <http://marulhoeco.com.br/>.

¹⁸ Atividade que transforma materiais descartados em produtos com uma nova finalidade.

Segundo Brandão, Cruz e Arida (2014) o fortalecimento do campo dos NSI depende da capacidade de demonstrar o impacto gerado para afirmar, assim, a sua identidade e diferencial. Lazzarini e Barki (2019) compreendem que “o processo de avaliação de impacto é, por vezes, complexo, custoso e exige tempo e dedicação. Por isso, nem sempre é a prioridade de um empreendedor” (Lazzarini e Barki, 2019).

No **monitoramento de impacto**, a maioria dos negócios (88%) demonstrou comprometimento com os ODS, informando possuir metas e objetivos relacionados. De forma geral, cerca de dois terços afirmam definir indicadores de desempenho, mas o número cai em relação à medição e monitoramento destes indicadores (58%). A imensa maioria afirma explicar o propósito de impacto na missão, visão e valores, enquanto esse número é de apenas 68% no Mapa de Impacto (Pipe Social; Quintessa, 2023). No Mapa, o percentual de negócios sem indicadores ou objetivos de impacto social é de 27%, enquanto negócios que afirmam ter indicadores, mas ainda não realiza a medição de maneira formal equivalem a 31% da amostra, demonstrando uma similaridade ao comportamento da amostra deste estudo.

Quanto às certificações, 21% informam não ser aplicáveis certificações relacionadas ao desempenho social e/ou ambiental e 38% em relação a origem e procedência de produtos. Contudo, as certificações compreendem um “processo sistematizado de acompanhamento e avaliação de que um produto, processo ou serviço atende a requisitos preestabelecidos em normas e regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade” (Nunes, 2018), de modo que seriam aplicáveis a qualquer tipo de negócio.

Os resultados indicam que cerca da metade dos NIS respondentes poderia ter certificações, mas não possui, o que pode ser explicado principalmente pelo pequeno porte dos negócios aqui consultados e pelos tipos de empreendimentos, com predominância de consultorias. O custo de implementação, por escassez de recursos financeiros, a ausência de conhecimento e suporte para implementação, além da centralização das atividades administrativas em uma só pessoa, também são apontados como fatores limitadores na obtenção de certificações (Paula, Luppi e Silva, 2022; Moura, 2021).

Em relação à transparência, que é também uma prática de governança, 63% informaram divulgar seu impacto social e ambiental com transparência, mas 13% selecionaram a opção não se aplica.

Quanto à transparência, Oliveira e Fukayama (2019) apontam que:

Como exemplo, todo e qualquer negócio de impacto social deveria primar pela transparência, seja na relação com seu quadro de colaboradores, com seu público-alvo, com o mercado de um modo geral, com seus fornecedores e comunidade onde está inserido. E há diversas formas de garantir tal transparência: umas mais complexas e também arrojadas (tal como instalação de comitês com representantes dos diversos atores envolvidos para discussão de assuntos sensíveis de interesse de todos), outras mais acessíveis (tal como publicação de relatórios em site), com diferentes custos de implementação, mas capazes de garantir o mesmo objetivo. Assim, todo e qualquer negócio de impacto, independentemente do estágio de desenvolvimento, tem a capacidade de garantir transparência em seu modelo de negócio (Oliveira e Fukayama, 2019).

Na **gestão de colaboradores**, foram observadas divergências entre as respostas das questões sobre número de funcionários e tipo de contratação dos funcionários, que se refletiram na autodeclaração sobre as práticas as quais se referiam a contratação pelos moldes da CLT. Nesse sentido, avalia-se que algumas das respostas positivas em relação a estas práticas podem indicar apenas a intenção de adoção ou relatar ações pontuais, que não configuram práticas recorrentes.

De forma geral, os NSI respondentes demonstraram não considerar aplicável realizar boas práticas de **gestão ambiental**, tais como inventários e redução de gases de efeito estufa, que são formas eficientes de contribuir com a mitigação da crise climática. Além disso, houve disparidade entre o número de respostas para outras práticas neste mesmo quesito. Por exemplo, quase um terço dos NSI afirmaram utilizar insumos de menor agressividade ambiental, mas menos de um quarto afirmaram implementar um sistema de gestão ambiental monitorado. Ao mesmo tempo, observou-se uma incongruência entre a alta adesão declarada a práticas de economia circular (mais de um quarto) e a baixa adesão ao manejo sustentável de resíduos da cadeia produtiva (menos da metade).

Por sua vez, no Mapa de Impacto, 47% afirmaram não realizar inventários de GEE, mas possuir a intenção, e 17% não consideraram necessária a realização dos inventários. Já em nossa amostra, o percentual declarado “não se aplica” destoou consideravelmente, sendo de 58%. Uma justificativa possível é a quantidade de negócios prestadores de serviços não tangíveis, como consultorias.

Essas inconsistências também podem sugerir que as declarações de adoção das práticas ambientais podem estar mais relacionadas ao posicionamento ou intenção das lideranças, do que a protocolos formais de implementação e mensuração.

Dentre todos os temas pesquisados, **governança e compliance** tiveram o maior percentual de adesão (76%) e o menor percentual de não se aplica (13%). Foi possível notar,

mais uma vez, que práticas que demandam implementação e monitoramento apresentaram uma retração na afirmação sobre adoção. Este é um ponto de atenção, visto que, na adoção de instrumentos de governança, é importante que eles sejam de fato implementados e monitorados, e não apenas formalizados (Oliveira e Fukayama, 2019).

Neste estudo, por mais que tenha se realizado uma consulta sobre práticas específicas de governança e *compliance*, entende-se que todas as práticas socioambientais adotadas pelos negócios possuem relação direta com a governança do negócio, considerando-se que “no caso dos negócios de impacto, é ainda mais recomendável a aplicação de práticas de boa governança corporativa, tendo em vista o impacto social e ambiental que se busca com a operação, além do retorno financeiro” (Oliveira e Fukayama, 2019). Há de se considerar também que práticas de sustentabilidade que proporcionam economia no uso de água, de energia ou uso racional dos recursos, por exemplo, auxiliam na sustentabilidade financeira dos negócios em questão.

Um estudo de caso da empresa Mercur (Conrad e Ávila, 2024), exemplifica um negócio convencional que adotou uma estratégia de negócio sustentável para minimizar impactos negativos e obter resultados econômicos favoráveis. Demonstra o papel da governança em adotar práticas sustentáveis e ações voltadas ao bem-estar das pessoas, tanto dentro da organização quanto para a comunidade, além de estabelecer direcionamentos estratégicos que priorizavam, por exemplo, o uso de insumos renováveis, o consumo de matérias do mercado nacional, o fim de testes com organismos vivos e a criação de premissas de logística reversa. No aspecto do *compliance*, a empresa restringiu o seu fornecimento a empresas que fabricavam produtos prejudiciais à saúde das pessoas ou que causassem impacto negativo à sociedade, tais como tabaco, agrotóxicos, bebidas alcoólicas etc. (Conrad e Ávila, 2024)

Por fim, a análise de contribuição das práticas socioambientais adotadas pelos NSI pesquisados se deu a partir da análise de metas e indicadores nacionais e do entendimento que práticas implementadas em nível local teriam incidência no processo de localização ou territorialização dos ODS. Esta é uma forma de demonstrar como ações locais podem contribuir com questões nacionais ou globais.

Os ODS convocam as empresas a avançarem no desenvolvimento sustentável por meio dos seus investimentos, das soluções que desenvolvem, e das práticas que adotam. O enfoque nos NSI traz luz para empresas que contribuem para os ODS a partir das suas atividades principais, por se tratar de negócios com propósito de gerar impacto socioambiental positivo com modelos de negócio projetados para evitar impactos negativos.

7.1 LIMITAÇÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS

O método de coleta via formulário online proporciona, em teoria, maior alcance e facilidade aplicação, entretanto revelou-se ineficiente para esta amostra. Outros mapeamentos, não acadêmicos, contam com recursos de divulgação e oportunidades de divulgação, sendo mais atraentes para o público respondente.

Considera-se, que a realização de estudos qualitativos, por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças de NSI de pequeno porte, poderia contribuir significativamente para uma compreensão mais aprofundada da amostra, em termos de suas limitações, estratégias e implementação de boas práticas de sustentabilidade.

Além das limitações da amostra, é necessário considerar a possibilidade de que os dados coletados não assegurem plena confiabilidade sobre as práticas de sustentabilidade efetivamente implementadas pelos NSI. A identificação de inconsistências nas respostas relacionadas às práticas de gestão de colaboradores, sugere que parte das informações coletadas sobre as práticas pode não refletir com precisão a realidade dos negócios. Avaliou-se que algumas as respostas positivas em relação às práticas de sustentabilidade podem indicar apenas a intenção de adotar ou relatar ações pontuais, que não se configuram práticas recorrentes. Buscou-se correlacionar os dados com o mapeamento mais recente e amplo da realidade nacional, de todo modo, não foi possível produzir conclusões generalizadas sobre os NSI da RMRJ.

Contudo, a hipótese de que os NSI adotam práticas que contribuem para a localização dos ODS pode ser confirmada, considerando que a pesquisa buscou a autodeclaração dos respondentes sobre as práticas implementadas e foi possível fazer uma relação com as metas da Agenda 2030.

- a) Refletiu-se também sobre a oportunidade de melhorias no instrumento de pesquisa, tais como:
- b) segmentação entre práticas de posicionamento e de implementação;
- c) reformulação da redação de questões para maior entendimento e assertividade;
- d) limitar a possibilidade de selecionar o campo “não se aplica” ou solicitar uma justificativa para análise mais aprofundada;
- e) desenvolvimento da metodologia de análise antes da elaboração do questionário;

- f) consideração de indicadores de desenvolvimento sustentável praticados na localidade da pesquisa;

Ademais, observa-se que caso fosse dado enfoque a determinados aspectos do modelo de negócio ou a apenas um dos ODS, seria possível realizar uma análise mais aprofundada e focada sobre determinada característica. Para estudos futuros, recomenda-se a adoção de estratégias metodológicas complementares para a identificação das práticas de sustentabilidade, tais como:

- a) realização de grupos focais de diálogo;
- b) acesso a banco de dados de organizações que concentrem as informações sobre os NSI;
- c) análise documental de relatórios de sustentabilidade;
- d) realização de estudo de caso sobre um dos modelos de negócios para aprofundar incongruências nas respostas;

A metodologia para correlação de práticas de sustentabilidade com os ODS demonstra potencial para ser aplicada em outros estudos, especialmente por considerar a adaptação das metas globais para a realidade brasileira e tomar como base os indicadores nacionais de monitoramento disponibilizados pelo IBGE. Sugere-se que estudos futuros sobre localização dos ODS, observem indicadores específicos. No caso da RMRJ existe a publicação Perfis Municipais 2024¹⁹ da metrópole fluminense e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades²⁰.

Por fim, as limitações da pesquisa aqui apresentadas podem auxiliar a elaboração de novos projetos de pesquisa que visem mapear NIS ou práticas empresariais.

¹⁹ Casa Fluminense. Perfis Municipais 2024. Disponível em: <https://mailchi.mp/casafluminense/perfis-municipais-2024>.

²⁰ Instituto Cidades Sustentáveis. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>.

8 CONCLUSÕES

Avalia-se que esta pesquisa cumpriu seu propósito ao buscar identificar e traçar um panorama dos NSI e seu potencial de localização de práticas que promovem a transformação social e a preservação ambiental.

Apesar das limitações levantadas, a partir da autodeclaração dos respondentes sobre as práticas de sustentabilidade implementadas pelos negócios, a pesquisa demonstrou que os NSI demonstram familiaridade com a Agenda 2030 e possuem a intenção de alinhar suas práticas a ela. Eles atuam em atividades que mobilizam as transformações necessárias para alcançar os ODS e implementam práticas que, em algum nível, impactam os ODS. As práticas possuem maior adesão ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), caracterizado por metas que dialogam com questões referentes ao posicionamento das organizações.

A principal contribuição deste trabalho encontra-se na metodologia desenvolvida para correlacionar as práticas de sustentabilidade com metas e indicadores dos ODS, adaptados à realidade brasileira. Neste sentido, entende-se que esta abordagem pode ser replicada tanto em pesquisas futuras quanto por empresas e outras organizações em estudos sobre a sinergia dos NSI com a Agenda 2030 ou sobre indicadores de impacto.

Do ponto de vista das práticas organizacionais de comunicação sobre alinhamento com os ODS, destaca-se a importância de uma abordagem que evidencie metas específicas e indicadores correspondentes aos ODS a fim de observar contribuições reais aos objetivos em questão, não se restringindo apenas a uma associação geral com as temáticas dos ODS.

Finalmente, espera-se que os resultados apresentados e a cartilha elaborada contribuam com a difusão do tema e a ampliação do ecossistema de negócios sociais e de impacto, inspirando novos empreendimentos e incentivando a adoção de práticas de sustentabilidade alinhadas com as necessidades globais de desenvolvimento mais sustentável, ético e justo para *todes* até e após 2030.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. C. A.; MOREIRA, V. F. **Negócios de Impacto Social: um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais e internacionais (2009-2018)**. XXII SEMEAD – Seminários em Administração. [S.l.]: [s.n.]. 2019.
- ALAGOAS. **Lei nº 8.471, de 26 de julho de 2021**. 2021., 2021. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.al.gov.br/storage/files/diary/2021/07/DOEAL-2021-07-27-SUPLEMENTO-Kqa9hGUxMtqe61gQU-6qYebK120by76u9UsZ79PRhZJqeB1E0IzRK.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ALIANÇA. **Carta de Princípios para negócios de impacto no Brasil**. Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto. [S.l.]. 2015.
- ALIANÇA. **O que são negócios de impacto**. Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto. [S.l.]. 2019.
- ALIANÇA. **Visões de Futuro para a Agenda de Impacto no Brasil – Recomendações para o avanço dos Investimentos e negócios de impacto até 2025**. Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto. [S.l.]. 2021.
- ALIANÇA. A Aliança. **Aliança pelo Impacto**, 2023. Disponível em: <<https://aliancapeloimpacto.org.br/a-alianca>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, M. C.; PIRES, P. K. **EMPRESAS SOCIAIS OU NEGÓCIOS DE IMPACTO? MODELOS TEÓRICOS**. XXIV SemeAd Seminários em Administração. [S.l.]: [s.n.]. 2021.
- ASHOKA. Empreendedorismo social. **Ashoka**, 2024. Disponível em: <<https://www.ashoka.org/pt-br/focus/empreendedorismo-social>>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- BARKI, E., RODRIGUES, J., COMINI, G. M. Negócios de Impacto: Um Conceito em Construção. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, 9, n. 4, 2020. 477-501. Acesso em: 8 dez. 2023.
- BARKI, E.; COMINI, G. M.; TORRES, H. G. **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- BARKI, E. Negócios de impacto: tendência ou modismo? **GV EXECUTIVO**, 14, n. 1, mai. 2015. 14-17. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/49183>>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- BARROS, F.; FORMICKI, G. R.; CZARNOTTA, R. A importância do território na caracterização dos negócios de impacto socioambiental em periferias. **Gestão & Regionalidade**, 40, n. Especial, 2024. e20249345. Disponível em: <https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/9345>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BERTOLDO, R.; ARAÚJO, A. P. M.; STELZER, J. **Negócios de impacto social atuantes no sul da Bahia: caracterização e narrativas de empreendedores sociais**, Florianópolis, 16, jan./dez. 2025. 01-16. Disponível em: <<https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/2023>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BISCARO, C.; HERNANDES, J. F. M.; SANTOS, L. M. L. Um estudo comparativo entre o cooperativismo brasileiro e países de referência mundial. **Cooperativismo & Desarrollo**, Bogotá, Colombia, 31, mai-ago 2023. 1-22. Disponível em: <<https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/4384>>. Acesso em: 7 out. 2025.

BRANDÃO, D.; CRUZ, C.; ARIDA, A. L. **Métricas em negócios de impacto social: Fundamentos**. [S.l.]: ICE - Instituto de Cidadania Empresarial; MOVE - Avaliação e Estratégia, 2014. Disponível em: <https://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/metricas_negocios_impacto_social_ICE_MOVE.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1972**. 1974. Brasil, 1974. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5764&ano=1971&ato=fa6EzYU50MjRVT8a7>>. Acesso em: 24 agosto 2025.

BRASIL. **Decreto No. 11.646, de 16 de agosto 2023**. 2023., 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11646.htm>. Acesso em: 8 dez. 2023.

BRASIL. COP29 termina com acordo sobre nova meta de financiamento climático global. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, 26 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/cop29-termina-com-acordo-sobre-nova-meta-de-financiamento-climatico-global>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18. **Ministério da Igualdade Racial**, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CASA FLUMINENSE. **Perfis municipais 2024: Rio de Janeiro**. Casa Fluminense. [S.l.]. 2024.

CEZERE, M. L. S.; SANTOS, A. C. M. Z.; SOUZA, A. C. A. A. Negócio de Impacto Social com Gestão de Economia Solidária: Um Estudo de Caso Brasileiro da Rede Justa Trama. **Boletim Mercado de Trabalho**, 75, abr. 2023. 2019-236. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/26b9b78d-c029-4da2-9668-f1bd1f81d87f/content>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

COMINI, G. M. **Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 166. 2016.

CONRAD, I.; ÁVILA, L. V. Práticas Sustentáveis no modelo de negócios e seus impactos na competitividade: um estudo de caso na empresa Mercur S.A. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, 2024. 55–70. Disponível em:

<<https://revista.domalberto.edu.br/index.php/revistadecontabilidade/fda/article/view/1028>>. Acesso em: 5 out. 2025.

DAMARIO, E.; HIGASHI, L. N.; COMINI, G. M. A Competitividade e os Desafios dos Negócios Sociais: Um Estudo de Casos do Brasil e de Bangladesh. **XX SEMEAD Seminários em Administração**, nov. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333666395_XX_SEMEAD_Seminarios_em_Administracao_A_Competitividade_e_os_Desafios_dos_Negocios_Sociais_Um_Estudo_de_Casos_do_Brasil_e_de_Bangladesh>. Acesso em: 24 ago. 2025.

EBERHARDT, F. L. M.; JÚNIOR, O. M. Avaliação da sustentabilidade administrativa e política do projeto Localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, 22, n. 1, jan/mar. 2025. Disponível em: <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/3748>>.

ELKINGTON, J. 25 Years Ago I Coined the Phrase "Triple Bottom Line". Here's Why It's Time to Rethink It. **Harvard Business Review**, 2019. Disponível em: <<https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

ENIMPACTO. Enimpecto. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/enimpecto>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

ENIMPACTO. **Plano Decenal 2023-2032**. Estratégia Nacional de Economia de Impacto. [S.l.]. 2024.

FERREIRA, G. G. T.; TAVARES, F. **Natureza líquida**: as modelagens marcárias e a publicidade verde. Curitiba: Appris, 2017.

FREY, K. *et al.* **Objetivos do desenvolvimento sustentável**: desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista. Santo André: EdUFABC, 2020. Disponível em: <<https://editora.ufabc.edu.br/downloads/download/5-livros-em-pdf/5-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-desafios-para-o-planejamento-e-a-governanca-ambiental-na-macrometropole-paulista>>.

GIORDANI, A. T. **Normas Editoriais da Editora UENP**: orientações aos autores: manuais e cartilhas. Jacarezinho: Editora UENP, 2024. Disponível em: <<https://uenp.edu.br/editora-como-publicar/eduenp-normas-editoriais/26908-normas-editoriais-da-editora-uenp-orientacoes-aos-autores-manuais-e-cartilhas>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

GRAMEEN DANONE. Who we are. **Grameen Danone**, 2023. Disponível em: <<https://www.grameendanone.net/who-we-are>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

GRI. **Integrando os ODS nos relatórios corporativos: um guia prático**. Global Reporting Initiative. [S.l.]. 2018.

GRI; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WBCSD. **Guia dos ODS para as empresas: diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios**. [S.l.]. 2014.

GTSC A2030. **VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil.** Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. [S.l.]. 2024.

IBGE. **Comissão Nacional de Classificação: Cooperativa.** 2021., 2021. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2021/33844-2021-214-3-cooperativa?_gl=1*tpburp*_ga*NzUzODc2ODY2LjE3NTU2MjI4NDM.*_ga_0VE4HSDTTT*czE3NTYwMzcyNjIkbzMkZzEkdDE3NTYwMzczNDEkajU5JGwwJGgw>. Acesso em: 24 ago. 2025.

IBGE. **Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país.** 2023., 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

IPCC. **Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese.** Painel Intergovernamental sobre mudança do clima. [S.l.], p. 21. 2023.

IPEA. **Agenda 2030 - ODS: Metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. 2018.

LANDER, E. Com o tempo contato: crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. In: Dilger, G.; Lang, M.; Folgo, J. P. (orgs.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LAZZARINI, S. G.; BARKI, E. Avaliação de impacto social. In: Bark, Edgard; Comini, Graziella Maria; (org.), Haroldo da Gama Torres **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

LIMEIRA, T. M. V. **O papel das aceleradoras de impacto no desenvolvimento dos negócios sociais no Brasil.** ICE, FGV EAESP. São Paulo. 2014.

MALPELLI, D. C.; CICCARINO, I.; MORAES, A. B. G. M. Um estudo de caso sobre o perfil do empreendedor nos negócios apoiados pela Yunus Negócios Sociais no Brasil. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, 5, n. 84, dez. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330639903_Um_estudo_de_caso_sobre_o_perfil_do_empreendedor_nos_negocios_apoiados_pela_Yunus_Negocios_Sociais_no_Brasil>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MELLO, R. E. S. **Incubadoras universitárias de negócios de impacto social: origens, diferenças e desafios.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018.

MOINGEON, B.; YUNUS, M.; LEHMANN-ORTEGA, L. Building Social Business Models: Lessons from the Grameen Experience. **Long Range Planning**, 43, n. 2-3, abr. 2010. 308-325. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262002643_Building_Social_Business_Models_Lessons_from_the_Grameen_Experience>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MOURA, C. A. **ISO14.001 em pequenas e médias empresas: uma revisão.** 2021. 21p. São Vicente, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ecal2d5c-4317-46ff-a37d-8747fbfc5947/content>>. Acesso em: 7 out. 2025.

NUNES, M. F. Análise da contribuição das certificações ambientais aos desafios da Agenda 2030. **Revista Internacional de Ciências**, Rio de Janeiro, 08, jan-jun 2018. 27-46. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/ric/article/view/30754/24887>>. Acesso em: 7 out. 2025.

OLIVEIRA, A. F. *et al.* **Negócios de Impacto Social e os Pilares da Sustentabilidade.** Sustentare & WIPIS. [S.l.]: [s.n.]. 2023.

OLIVEIRA, F. R. S.; FUKAYAMA, M. Governança e estrutura jurídica. In: Barki, Edgard; Comini, Graziella Maria; Torres, Haroldo da Gama **Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 341-366. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.researchgate.net/profile/Haroldo-Torres-2/publication/337167406_Negocios_com_Impacto_Socioambiental_no_Brasil/links/5ddd4dbda6fdcc2837ec0d97/Negocios-com-Impacto-Socioambiental-no-Brasil.pdf%3D341&sa=D&source=>.

ONISA. **Observatório dos Negócios de Impacto Social e Ambiental.** 2024., 2024. Acesso em: abr. 2024.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Organização das Nações Unidas. [S.l.]. 2015.

ONU. **Acordo de Paris sobre o Clima.** Organização das Nações Unidas. [S.l.]. 2015b.

ONU. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional.** Organização das Nações Unidas. [S.l.]. 2016.

ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana.** [S.l.]. 2017.

ONU-HABITAT. Localizing the SDGs, 2024. Disponível em: <<https://sdglocalization.org>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

PAULA, A. C. B.; LUPPI, L.; SILVA, P. M. GESTÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO ACERCA DAS PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS ADOTADAS PELAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE TANGARÁ DA SERRA/MT. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, 11, nov. 2022. 30-50. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/9075>. Acesso em: 7 out. 2025.

PERNAMBUCO. **Lei nº 17.271, de 21 de maio de 2021.** 2021., 2021. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=414729>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PIPE SOCIAL; QUINTESSA. **4º Mapa de Impacto de Negócios de Impacto**. [S.l.]. 2023.

PIRES, L.; SANTOS, L. M.; MOSTAGI, N. Negócios Sociais em Foco: o Caso da Yunus Social Business. **Desenvolvimento Em Questão**, 17, n. 47, 2019. 102-119. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6846>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PNUD. **Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, p. 64. 2021.

PORTO, G. *et al.* Empreendedorismo social: análise de negócios de impacto no Brasil. **Revista de Administração de Roraima**, 12, 2022. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/adminrr/article/view/7251>>. Acesso em: 2025 out. 5.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2013. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

RAWORTH, K. A safe and just space for humanity. **Oxfam Discussion Papers**, 2012. Disponível em: <<https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/210490/dp-a-safe-and-just-space-for-humanity-130212-en.pdf?sequence=13&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

RICHARDSON, K. *et al.* Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances*. **Science Advances**, 9, n. 37, 13 set. 2023. Acesso em: 25 mar. 2024.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. **Ecology and Society**, 14, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G.; COMINI, G. Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Publicação Nacional e Internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, 3, n. 1, 2014. 85-105. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/8994>>. Acesso em: 15 out. 2019.

SACHS, J.D. *et al.* Six Transformations to Achieve the Sustainable Development Goals. **Nature Sustainability**, 2019. Disponível em: <https://files.unsdsn.org/190830-Six-Transformations_working-paper.pdf>. Acesso em: 25 out 2019.

SACHS, J.D. *et al.* **Sustainable Development Report 2025: Financing Sustainable Development to 2030 and Mid Century**. SDSN, Dublin University. [S.l.]. 2025.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2002.

SOUSA, C.; IIZUKA, E. (2018). Mapeamento de negócios sociais e organizações congêneres no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, dez. 2018. Acesso em: 24 ago. 2025.

STEFFEN, W. *et al.* The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, mar. 2015.

SUCUPIRA, G. A.; MELLO, R. E. S. Negócios de Impacto Socioambiental: desafios e estratégias para uma economia solidária. **Dignidade Re-Vista**, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50803/50803.PDFXXvmi>>. Acesso em: 5 out. 2025.

TAVARES, M. F. B.; BACH, T. M.; WALTER, S. A. A relação entre atividades empreendedoras e o crescimento econômico: uma análise comparativa entre capitais brasileiras. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, n. v. 22, n. 1, 2023. 21–45. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rgplp/article/view/86051>>. Acesso em: 19 out. 2025.

TELÉSFORO, J. Confissões do capitalismo "verde": lucrando com a tragédia climática e com placebos ESG. In: (org.), Laura Luedy **Tempo fechado: capitalismo e colapso ecológico**. 1. ed. ed. [S.l.]: Boitempo, 2025.

UNDP. **SDG Impact Standards: Glossary**. United Nations Development Programme. [S.l.]. 2023.

WALCHHÜTTER, S.; IIZUKA, E. S. Tensões Organizacionais Inerentes como Elemento Distintivo à Natureza dos Negócios Sociais. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, ago. 2019. 129-143. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2019V21n53p129>>. Acesso em: 30 out. 2019.

YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS. **Yunus Negócios Sociais**. 2025., 2025. Disponível em: <<https://yunusns.com/fundo-yunus-negocios-sociais/>>. Acesso em: 24 ago. 2025.

YUNUS, M. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2008.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA LIDERANÇAS DE NEGÓCIOS SOCIAIS

- 1) A sede da empresa está localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro? Seleção de UF e Município (Se não for RMRJ, encerra pesquisa)
- 2) Qual o tempo de existência da empresa? Selecione: Menos de 1 ano; De 1 ano a 3 anos; De 3 anos a 5 anos; De 5 anos a 10 anos; Mais de 10 anos; Meu negócio ainda está em fase de desenvolvimento/ ideação (encerra pesquisa).
- 3) O modelo de negócio tem o objetivo prioritário de gerar impacto social e/ou ambiental positivo? Opções: Sim; Não (encerra pesquisa).
- 4) Qual é a natureza jurídica da empresa? Selecione. Opções: Microempreendedor ou Empresário individual; Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli); Sociedade anônima (S/A); Sociedade simples Limitada (Ltda.); Sociedade Limitada Unipessoal (SLU); Cooperativa; Negócio ainda não formalizado; Outro (informe).
- 5) Quantos colaboradores a empresa possui (excluindo sócios)? Selecione: Nenhum; Apenas 1; Até 5; De 6 a 9; De 10 a 49; De 50 a 99; Mais de 100.
- 6) Qual é a nomenclatura utilizada para descrever o negócio? Selecione: negócio social; negócio de impacto; negócio de impacto social, negócio de impacto socioambiental; negócio inclusivo; negócio B (com certificação do sistema B); Nenhuma das anteriores; Outro (informe).
- 7) Conte sobre o problema que o seu produto/serviço resolve. Campo para preenchimento.
- 8) Você é a pessoa fundadora ou uma liderança do negócio? Sim (abre seção “A Liderança”); Não (passa para a próxima seção)
- 9) Qual é o seu cargo? Campo para preenchimento.
- 10) Com qual gênero você se identifica? Selecione: Homem cisgênero, Mulher cisgênero, Homem transgênero, Mulher transgênero, Pessoa não binária; Prefiro não informar; Outro (informe).
- 11) Conforme a classificação do IBGE, qual é a sua cor? Selecione: amarela, branca, indígena, parda, preta, prefiro não informar.

- 12) Qual é a sua escolaridade? Selecione a sua última formação completa: Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Superior; Pós-graduação; Mestrado; Doutorado; Nenhuma das opções anteriores.
- 13) Qual é a sua faixa etária? Selecione: 18-24; 25-34; 35-44; 45-54; 55+
- 14) Qual foi a principal motivação para a criação do negócio? Selecione: Vontade de resolver um problema social ou ambiental; Criação de produto ou serviço inovador; Necessidade de empreender; Atender uma demanda de mercado; Processo de aceleração ou mentoria direcionou para isso; Outro (informe).
- 15) Quais são as práticas adotadas no modelo de negócio quanto à orientação ao lucro e ao reinvestimento do lucro? Selecione: Todo o lucro é reinvestido no próprio negócio; Distribuímos parte do lucro obtido por dividendos; Distribuímos todo o lucro por dividendos; O negócio ainda não gera lucro.
- 16) Qual é o principal tipo de contratação dos funcionários? Selecione: Por tempo indeterminado (CLT), Por tempo determinado (CLT), Intermitente, Parcial (jornadas reduzidas), Autônomo ou Prestação de Serviços (freelancer ou PJ), Não aplicável (sem funcionários).
- 17) Seu negócio atua prioritariamente com alguma das intervenções-chave descritas a seguir? Selecione até três opções: Desenvolvimento na primeira infância; Ensino fundamental e médio; Formação profissional e ensino superior; Educação ambiental; Pesquisa e desenvolvimento; Cobertura universal de saúde; Comportamentos saudáveis e determinantes sociais da saúde; Acesso à energia limpa; Geração de eletricidade zero carbono; Eficiência energética; Eletrificação e combustíveis carbono neutro; Redução da poluição atmosférica; Sistemas agrícolas e de pesca eficientes e resilientes que apoiem dietas saudáveis e meios de subsistência agrícolas; Proteção de biodiversidade terrestre e marinha, incluindo florestas; Promoção de alimentos saudáveis, incluindo proteínas alternativas; Comércio e cadeias de abastecimento compatíveis com o desenvolvimento sustentável; Uso sustentável do solo e da água; Gerenciamento de resíduos e economia circular; Mobilidade sustentável e redes de transportes; Adaptação e resiliência urbana; Inclusão e infraestrutura digitais; Mobilização de tecnologias digitais para alcançar todos os ODS; Trabalho e renda para grupos em vulnerabilidade social; Nenhuma das opções anteriores;
- 18) Selecione todas as práticas relacionadas ao monitoramento do impacto adotadas pelo negócio (Opções: Sim, Não, Não se aplica): Explicamos nosso propósito de impacto social e

ambiental na nossa missão, visão e valores institucionais; Definimos indicadores-chave de desempenho para os objetivos de impacto social e ambiental pretendidos; Mapeamos externalidades negativas; Temos metas ou objetivos relacionados às temáticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Realizamos a medição e monitoramento dos indicadores-chave; Divulgamos com transparência o impacto social e ambiental que geramos; Possuímos certificações relacionadas ao desempenho social e/ou ambiental positivo; Possuímos certificações de origem e procedência dos nossos produtos;

19) Selecione todas as práticas relacionadas à gestão de colaboradores do seu negócio (Opções: Sim, Não, Não se aplica): A maioria das posições de liderança e gerenciais estão ocupadas por mulheres cis ou trans; Aplica remuneração igualitária para trabalhos de igual valor (Convenção Nº 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração); Oferece licença-maternidade remunerada de 14 semanas ou mais (Convenção Nº 183 da OIT sobre Proteção à Maternidade) e licença-paternidade remunerada; Possui uma política salarial que proporciona aos trabalhadores um salário digno, baseada no estudo de salário-mínimo necessário (DIEESE); O salário mais alto não é 10x maior que o menor salário da empresa; Realiza a contratação de jovens (de 14 a 24 anos), incentivando a continuação dos estudos e a formação profissional; Possui políticas não discriminatórias e afirmativas formalizadas por escrito que norteiam as contratações e a atuação dos profissionais; Contrata e oferece capacitação para grupos sujeitos a subemprego crônico, pessoas com deficiência e/ou pessoas em condição de vulnerabilidade social (refugiados e imigrantes, ex-detentos etc.);

20) Selecione todas as práticas relacionadas à governança e *compliance* adotadas pelo seu negócio (Opções: Sim, Não, Não se aplica): Colabora com a erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão e o trabalho infantil em toda a sua cadeia de fornecedores; Garante a liberdade de associação e negociação coletiva dos colaboradores; Adota políticas não discriminatórias e afirmativas formalizadas por escrito que levam em conta idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra; Implementa tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa, envolvendo os públicos de interesse (comunidade, clientes, funcionários, fornecedores etc.); Prioriza a contratação de fornecedores locais; Possui mecanismos confidenciais de reclamação e resolução; Possui código de conduta disponível para fornecedores e públicos de interesse.

21) Selecione todas as práticas relacionadas às questões ambientais implementadas na operação do seu negócio (Opções: Sim, Não, Não se aplica): Monitoramento e redução do uso de água; Melhoria da eficiência energética das operações e aumento do uso de energias

renováveis; Realização de inventário de Gases de Efeito Estufa; Redução e/ou neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa; Utilização de espaço de trabalho compartilhado (coworking) e incentivamos o trabalho remoto com o objetivo de reduzir deslocamentos; Avaliação de critérios ambientais mínimos ao planejar novos investimentos em tecnologia, produtos ou processos; Utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente; Adoção de práticas de economia circular e logística reversa; Sistema de gestão ambiental monitorado; Manejo sustentável dos resíduos da cadeia produtiva; Priorização de materiais e/ou tecnologias eficientes em termos de recursos em nossa cadeia de suprimentos; Política de descarte de resíduos em conformidade com a legislação (PNRS) priorizando a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada; Meta de resíduo zero ou conta com um processo de ciclo fechado para os materiais.

- 22) Existe alguma outra prática, não mencionada acima, que você considere relevante para contribuição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?
- 23) Qual é o seu nome?
- 24) Qual é o Nome Fantasia da empresa?
- 25) O quanto responder este questionário lhe fez refletir sobre práticas que podem vir a ser adotadas pelo seu negócio em um futuro próximo? Selecionar de 1 (pouco) a 5 (muito).

APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS PRÁTICAS COM OS ODS E SUAS METAS

Questão	ODS	Meta ODS	Práticas de sustentabilidade	Sim	Não	Não se aplica
MONITORAMENTO DE IMPACTO						
Q1	16	16.6	Explica o propósito de impacto social e ambiental na missão, visão e valores institucionais	27	1	1
Q2	16	16.6	Define indicadores-chave de desempenho para objetivos de impacto social e ambiental	20	6	3
Q3	16	16.6	Mapeamos externalidades negativas	16	9	4
Q4	Todos	Todos	Possui metas ou objetivos relacionados às temáticas dos ODS	26	2	1
Q5	16	16.6	Realiza medição e monitoramento dos indicadores-chave	17	8	4
Q6	16	16.6	Divulga com transparência seu impacto social e ambiental	18	8	3
Q7	8	8.4	Possui certificações relacionadas ao desempenho social e/ou ambiental positivo	9	15	5
Q8	12	12.2	Possui certificações de origem e procedência dos nossos produtos	6	14	9
GESTÃO DE COLABORADORES						
Q9	5	5.5	Maioria das posições de liderança e gerenciais estão ocupadas por mulheres cis ou trans	15	9	5
Q10	5	5.1	Aplica remuneração igualitária para trabalhos de igual valor	21	0	8
Q11	5	5.4	Oferece licença-maternidade remunerada de 14 semanas ou mais e licença-paternidade remunerada	12	2	15
Q12	10	10.4	Possui política salarial que proporciona aos trabalhadores um salário digno	16	3	10
Q13	10	10.4	O salário mais alto não é 10x maior que o menor salário da empresa	17	2	10
Q14	8	8.6	Realiza a contratação de jovens, incentivando a continuação dos estudos e a formação profissional	13	5	11
Q15	10	10.2 e 10.3	Possui políticas não discriminatórias e afirmativas que norteiam as contratações e a atuação dos profissionais	15	8	6
Q16	8	8.5 e 8.9	Contrata e capacita grupos sujeitos a subemprego crônico, pessoas com deficiência e/ou pessoas em condição de vulnerabilidade social	13	7	9
GOVERNANÇA E COMPLIANCE						
Q17	8	8.7	Colabora com a erradicação do trabalho em condições análogas à escravidão e o trabalho infantil	27	1	1
Q18	8	8.8	Garante a liberdade de associação e negociação coletiva dos colaboradores	23	0	6
Q19	16	16.b	Adota políticas não discriminatórias e afirmativas formalizadas por escrito	21	6	2
Q20	16	16.7	Implementa tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa junto aos públicos de interesse	23	2	4
Q21	16	16.6	Possui código de conduta para públicos de interesse e mecanismos confidenciais de reclamação e resolução	15	10	4
AMBIENTAL - RECURSOS NATURAIS E CLIMA						
Q22	12	12.2	Monitoramento e redução do uso de água	9	6	14
Q23	12	12.	Melhoria da eficiência energética das operações e aumento do uso de energias renováveis	11	4	14
Q24	9	9.4	Realização de inventário de Gases de Efeito Estufa	5	8	16
Q25	9	9.4	Redução e/ou neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa	8	5	16
Q26	9	9.4	Utilização de espaço de trabalho compartilhado e incentivo ao trabalho remoto	19	3	7
Q27	9	9.4	Avaliação de critérios ambientais para novos investimentos em tecnologia, produtos ou processos	19	3	7
Q28	12	12.1	Utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente	21	1	7
Q30	12	12.4	Sistema de gestão ambiental monitorado	5	11	13
AMBIENTAL - RESÍDUOS E CADEIA DE SUPRIMENTOS						
Q29	12	12.1	Adoção de práticas de economia circular e logística reversa	23	1	5
Q31	12	12.4	Manejo sustentável dos resíduos da cadeia produtiva	15	2	12
Q32	12	12.1	Priorização de materiais e/ou tecnologias eficientes em termos de recursos	18	2	9
Q33	12	12.4	Política de descarte de resíduos em conformidade com a legislação (PNRS)	16	0	13
Q34	12	12.5	Meta de resíduo zero ou conta com um processo de ciclo fechado para os materiais	11	5	13
Q35	9	9.1	Prioriza a contratação de fornecedores locais	23	1	5

APÊNDICE C – CONTEÚDO DA CARTILHA

Apresentação: Este material reúne orientações para negócios com potencial de garantir que o impacto positivo gerado pelo negócio seja maior do que o negativo. Todos os tipos de empresa, independente da sua natureza jurídica, podem ter um propósito e contribuir com a transformação da sociedade e proteção do meio ambiente.

Conceito principal: Você já ouviu falar em Negócios Sociais ou Negócios de Impacto? São negócios com propósito de contribuir positivamente em questões sociais e/ou ambientais, gerando impacto socioambiental positivo com seus produtos ou serviços. Esses empreendimentos são financeiramente sustentáveis e optam por reinvestir todo o lucro ou parte dele no próprio negócio para ampliar o seu impacto positivo.

Conceitos relacionados: De acordo com a Enimpecto²¹, conheça os principais conceitos relacionados ao ecossistema de impacto.

Economia de impacto - modalidade econômica caracterizada pelo equilíbrio entre a busca de resultados financeiros e a promoção de soluções para problemas sociais e ambientais, por meio de empreendimentos com impacto socioambiental positivo, que permitam a regeneração, a restauração e a renovação dos recursos naturais e a inclusão de comunidades, e contribuam para um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo;

Investimentos de impacto - mobilização de capital público e privado para negócios de impacto;

Negócios de impacto - empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável; e

Organizações intermediárias - instituições que ofereçam suporte aos negócios de impacto e que facilitem e apoiem a conexão entre a oferta por investidores, doadores e gestores, e a demanda de capital por negócios que gerem impacto socioambiental.

Critérios para identificação: Será que o meu negócio é (ou pode se tornar) de impacto? Conheça os quatro critérios para identificar um negócio de impacto, segundo a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto²².

²¹ Estratégia Nacional de Economia de Impacto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11646.htm

²² Saiba mais: <https://aliancapeloimpacto.org.br/>

Intencionalidade de resolução de um problema social e/ou ambiental - O negócio de impacto expressa de maneira clara a sua intencionalidade (missão/propósito) de resolver (ao menos em parte) um problema social e/ou ambiental.

Solução de impacto é a atividade principal do negócio - A atividade principal do negócio traz uma solução para um problema socioambiental real, sendo essa solução o principal motivo que justifica a existência do negócio.

Busca de retorno financeiro, operando pela lógica de mercado - O negócio gera receita própria por meio da venda de produtos e/ou serviços, independentemente do seu formato jurídico. Não depende de subsídios, ainda que possa recebê-los em diferentes etapas de sua jornada como ajudas pontuais.

Compromisso com monitoramento do impacto gerado - O negócio tem compromisso com o monitoramento do impacto socioambiental que gera na sociedade.

Exemplos para inspirar: Conheça alguns negócios inspiradores! São modelos de negócios que promovendo impacto e transformação social pela venda de produtos e oferta de serviços.

Marulho - é um negócio de base comunitária, ou seja, uma iniciativa que tem o objetivo de promover o desenvolvimento social em suas comunidades. Desenvolvida na Ilha Grande, busca resolver a poluição plástica no mar, coletando redes de pesca descartadas e transformando em produtos confeccionados pela comunidade. Um destaque das práticas da Marulho é ser transparente não só sobre o seu impacto, mas também sobre a precificação dos produtos, evidenciando que o objetivo não é o lucro. Qual nomenclatura utiliza? Negócio de Impacto Socioambiental. Para conhecer: fazermarulho.com.br/porque/

Justa Trama - É uma cooperativa no segmento de confecção presente em cinco estados com 700 cooperados/associados. Ela conecta desde a cadeia produtiva do algodão agroecológico até confecções para produzir uma moda mais justa e sustentável. Um destaque das práticas da Justa Trama é que todos os empreendimentos da cadeia produtiva praticam os preceitos da economia solidária e comércio justo. Qual nomenclatura utiliza? Empreendimento da economia solidária. Para conhecer: justatrama.com.br/sobre-nos/

Troca! - É uma empresa que organiza processos de recrutamento e seleção inclusivos para grupos de diversidade. Sua missão é unir pessoas e empresas na construção da equidade social. Um dos destaques das práticas da Troca é que além de promover a inclusão produtiva no mercado de trabalho, realizam um acompanhamento visando o desenvolvimento pessoal e

profissional de pessoas em vulnerabilidade social. Qual nomenclatura utiliza? Negócio de impacto social. Para conhecer: sejatroca.com/quem-somos

Conheça também os negócios mapeados pelo Observatório dos Negócios de Impacto Social e Ambiental do Estado do Rio de Janeiro em riodeimpacto.com.br/observatorio

Relação com os ODS: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam os maiores desafios da sociedade para que o mundo se torne mais justo e não deixe ninguém para trás. Por mais que o prazo até 2030 esteja curto e ameaçado por tensões políticas, guerras, perda de biodiversidade e crise climática, todo esforço é bem-vindo. Empreendedores e negócios de qualquer tamanho podem se inspirar nos 17 objetivos para gerar impacto socioambiental positivo, criar negócios com propósito e reduzir externalidades negativas. Para criar indicadores reais de contribuição com os ODS, vá além dos temas e observe as metas específicas.

Boas práticas: Veja, na lista a seguir, que qualquer negócio, mesmo os convencionais, podem melhorar seu impacto adotando boas práticas de sustentabilidade que contribuem com os ODS.

- e) Compromisso com o impacto: temos um propósito de impacto social e/ou ambiental evidenciado nos textos da missão, visão e valores; temos objetivos relacionados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou outros indicadores sociais, como o Índice de Progresso Social.
- f) Monitoramento do impacto: definimos e monitoramos indicadores-chave de desempenho para os objetivos de impacto social e ambiental pretendidos; possuímos certificações de origem e procedência dos nossos produtos (se aplicável) ou de desempenho socioambiental positivo;
- g) Governança: mapeamos e monitoramos externalidades negativas do modelo de negócio e das operações envolvidas, incluindo a cadeia de abastecimento; temos código de conduta e políticas não discriminatórias e afirmativas registrados por escrito e divulgados com transparência para os públicos de interesse.
- h) Resíduos e cadeia de suprimentos: adotamos critérios de economia circular e logística reversa na aquisição de suprimentos e na fabricação de produtos (se aplicável); temos meta de resíduos zero e priorizamos materiais e/ou tecnologias eficientes em termos de recursos em nossa cadeia de suprimentos.
- i) Eficiência de recursos: monitoramos e reduzimos o uso de água; implementamos ações de eficiência energética nas operações e/ou fazemos uso de energias

renováveis

- j) Clima: utilizamos espaços de trabalho compartilhados (coworking) e incentivamos o trabalho remoto; realizamos o inventário de gases de efeito estufa para medir a pegada de carbono da organização e/ou desenvolvemos ações de redução ou neutralização de emissões.

ANEXO A – MEMORIAL DA PESQUISA

Essa pesquisa começou em 2019, mas foi interrompida entre 2022 e 2023. No primeiro momento, realizou-se a aplicação do formulário de pesquisa durante a pandemia e a pesquisa, organização e atualização do Guia de Instituições de Apoio a Negócios de Impacto Socioambiental²³ da iniciativa Rio de Impacto, publicado pela iniciativa Rio de Impacto. Nesse momento havia a intenção de analisar também as características do ecossistema de impacto do Rio de Janeiro e sua influência na localização dos ODS a partir das capacitações, mentorias e formações oferecidas aos empreendedores sociais da RMRJ. Também foram realizadas entrevistas com representantes das organizações que ofereciam estes serviços gratuitamente.

Após o reingresso no programa, no segundo semestre de 2023, o projeto de pesquisa foi atualizado e aprovado novamente junto ao CEP, com enfoque delimitado na pesquisa junto aos negócios sociais e de impacto da região. Algumas atividades relevantes para a construção desta pesquisa e complementares à formação no PPGPDS foram realizadas neste período:

- a) Pesquisa, organização e atualização do Guia de Instituições de Apoio a Negócios de Impacto Socioambiental da iniciativa Rio de Impacto, publicado pela iniciativa Rio de Impacto.
- b) Curso de Extensão “Negócios de Impacto Socioambiental (NIS)”, ministrado pelo Departamento de Administração da PUC-Rio, no período de 15/04/2020 a 17/06/2020 com carga horária de 45 horas, que gerou o Glossário NIS²⁴, uma produção colaborativa de parte dos alunos.
- c) Participação na formação em mudanças climáticas, *Climate Reality Leadership Corps* do *The Climate Reality Project*, entre março e julho de 2020.
- d) Participação no 5º Seminário de Negócios de Impacto, no dia 25 de novembro de 2020, para apresentação do Guia supracitado²⁵.
- e) Redação para publicação²⁶ sobre o 5º Seminário de Negócios de Impacto.
- f) Disciplina eletiva Democracia, desigualdades e direitos do curso de pós-graduação do projeto “Saber comum”, do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ,

²³ Disponível em: <https://www.scribd.com/document/485772325/Guia-Rio-de-Impacto-2020>

²⁴ Glossário disponível em: http://cemp.iag.puc-rio.br/wp-content/uploads/2020/10/glossario_nis_puc-rio_vs-final-16.10.pdf

²⁵ A gravação está disponível no canal do YouTube do Fórum da Alerj de Desenvolvimento do Rio: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=291fVn4GD7I>.

²⁶ Publicação disponível em: <https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/publicacoes-4/item/54-como-medir-os-impactos-dos-negocios-sociais-e-ambientais-ferramentas-de-apoio-e-historias>

com carga horária de 45 horas, em abril de 2021.

- g) Curso de Treinamento em Relatos de Sustentabilidade GRI, ministrado pela COPPEAD UFRJ, realizado em dezembro de 2021 com carga horária de 16 horas.

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PESQUISAS EM AMBIENTE VIRTUAL

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada “Contribuições dos Negócios Sociais para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Rio de Janeiro Metropolitano”. O objetivo desta pesquisa é identificar quais são as práticas de negócios de impacto socioambiental que estão alinhadas e podem contribuir com a implementação dos ODS em nível local, na região metropolitana do Rio de Janeiro. O (a) pesquisador(a) responsável por esta pesquisa é Monique Costa de Lima, mestranda, e André Felipe Nunes de Freitas, Professor Titular, do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a realização da pesquisa, e asseguro que seu nome será mantido no mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a.

As informações serão obtidas da seguinte forma: coleta de dados via questionário online hospedado no Google Forms, com duração estimada de 10 minutos sobre características do negócio social e práticas de impacto socioambiental. É importante informar que a sua participação é totalmente voluntária e você tem o direito de não responder a qualquer questão sem necessidade de explicação ou justificativa.

Sua participação envolve os seguintes riscos: Alguma questão apresentada no questionário online pode gerar constrangimento ou incômodo ao participante. Existe também o risco de compartilhamento indevido de dados devido a alguma interrupção nos serviços de nuvem contratados, falhas nos servidores, erros humanos, vírus e/ou invasões, entre outros que possam causar danos colaterais não previstos, por se tratar de uma coleta de dados em ambiente virtual. Dito isto, a pesquisadora responsável reitera que apenas ela e seus orientadores terão acesso aos dados brutos coletados nesta pesquisa.

Sua participação é fundamental para contribuir com a identificação de práticas de sustentabilidade com impacto positivo para a Agenda 2030. Os benefícios da pesquisa passam pela difusão do conceito de negócios sociais e de impacto socioambiental e ampliação do conhecimento sobre o tema no que diz respeito às práticas de sustentabilidade destes negócios. Gostaríamos de inspirar, com os resultados da pesquisa, novos negócios sociais e práticas mais

alinhadas com a Agenda Global 2030, contribuindo para a ampliação do ecossistema de negócios de impacto na Região Metropolitana.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para escolher participar ou não, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer problema ou prejuízo, não acarretando penalidade alguma para você.

Caso você desista de participar da pesquisa, você poderá solicitar a exclusão dos dados coletados a qualquer momento. Nesse caso, você deverá enviar e-mail para mqlima@ufrj.br, solicitando a exclusão dos seus dados coletados. Caso você desista, eu, na condição de pesquisador responsável, assumo o compromisso de retirar seu consentimento, assim como excluir seus dados da pesquisa e do banco de dados.

Você não será remunerado por participar da pesquisa. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante.

Você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa quando ela terminar, caso tenha interesse.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador através do(s) telefone(s) 21 99295-5768 e pelo e-mail mqlima@ufrj.br. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone

(21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua, e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Declaro estar de acordo em participar da presente pesquisa e que foram esclarecidas as dúvidas relacionadas aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos metodológicos, assim como os riscos e benefícios, sabendo que posso desistir a qualquer momento, durante e após a realização da pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, desde que mantida em sigilo minha identidade.

Se aceitar participar, você deve salvar e/ou imprimir este documento para o caso de precisar destas informações no futuro.

☐ Concordo ☐ Não concordo

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos, informando que enviaremos uma via desse Registro de Consentimento para o e-mail do participante.

*Este registro foi elaborado com base no modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

ANEXO C – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Contribuições dos Negócios Sociais para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Rio de Janeiro Metropolitano

Pesquisador: MONIQUE COSTA DE LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75905623.7.0000.0311

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.609.486

Apresentação do Projeto:

O(A) pesquisador(a) relata:

Este estudo se propõe a avaliar a contribuição dos negócios sociais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a nível local, na região metropolitana do Rio de Janeiro, por meio do mapeamento e identificação dos negócios sociais, de suas características, lideranças, áreas de atuação e práticas com aderência às metas dos ODS. Visa também investigar o entendimento do conceito de negócios sociais, que ainda está em desenvolvimento, do ponto de vista das organizações que fomentam o setor na região. Justifica-se, portanto, pela importância desse novo modelo organizacional de atuação empresarial, que surge como uma alternativa do sistema capitalista vigente e pode ser representativo para a geração de impacto socioambiental positivo e para a transformação das realidades sociais ao ter como missão a geração de benefícios sociais e ambientais, colaborando, assim, com os esforços da Agenda 2030, anunciada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), para promoção do desenvolvimento sustentável.

O(A) pesquisador(a) apresenta a seguinte equipe de pesquisa:

ANDRE F N FREITAS e FLAVIA SOUZA ROCHA

Trata-se de um projeto que abordará os negócios sociais, em vista de investigar as suas características e práticas que podem contribuir para a implementação dos ODS. Será realizada uma análise quantitativa e qualitativa de natureza exploratória-descritiva a partir da aplicação de um questionário aos negócios sociais mapeados na RMRJ. A metodologia consistirá em três etapas:

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar

Bairro: ZONA RURAL

CEP: 23.897-000

UF: RJ

Município: SEROPEDICA

Telefone: (21)2681-4749

E-mail: eticacep@ufrj.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)**



Continuação do Parecer: 6.609.486

coleta de dados por meio de questionário; tratamento e análise dos dados coletados em campo; e compreensão e discussão de resultados. A amostra prevê pesquisa com 106 participantes de pesquisa. Critério de Inclusão:

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa são a localização da empresa, desde que esteja na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e que o seu modelo de negócio tenha o objetivo prioritário de gerar impacto social e/ou ambiental.

Critério de Exclusão:

Os critérios de exclusão são negócios que estão em fase de planejamento ou ideação, que ainda não estão em plena operação. Além disso serão desconsideradas as respostas fornecidas por pessoas que não possuem cargos de liderança no negócio, tais como: sócios, fundadores, diretores e gerentes.

Metodologia de Análise de Dados:

A metodologia de análise de dados a ser empregada utilizará análise de conteúdo para as perguntas abertas e análises dos percentuais obtidos nas respostas das perguntas fechadas. A partir das respostas serão analisadas as características dos negócios sociais, nomenclaturas adotadas, perfil e motivação dos fundadores e a relação das práticas de sustentabilidade adotadas pelas empresas com as metas dos ODS selecionadas nesta pesquisa, conforme detalhado no projeto (item 3.1).

Objetivo da Pesquisa:

O(A) proponente descreve como objetivos:

Objetivo Primário:

Identificar como os negócios sociais do Rio de Janeiro e região metropolitana contribuem para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Objetivo Secundário:

Investigar o entendimento sobre o conceito de negócios sociais;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos previstos na pesquisa são mínimos. Alguma questão apresentada no questionário online pode gerar constrangimento ou incômodo ao participante. Caso o participante se sinta desconfortável durante a pesquisa, poderá optar por interromper a sua participação a qualquer momento.

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrrj.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)**



Continuação do Parecer: 6.609.486

Existe também o risco de compartilhamento indevido de dados devido a alguma interrupção nos serviços de nuvem contratados, falhas nos servidores, erros humanos, vírus e/ou invasões, entre outros que possam causar danos colaterais não previstos, por se tratar de uma coleta de dados em ambiente virtual.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa passam pela ampliação da difusão do conceito de negócios sociais e de impacto socioambiental e do conhecimento sobre o tema no que diz respeito às práticas de sustentabilidade destes negócios. Gostaríamos de inspirar, com os resultados da pesquisa, novos negócios sociais e práticas mais alinhadas com a Agenda Global 2030, contribuindo para a ampliação do ecossistema de negócios de impacto na Região Metropolitana.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata de um projeto em terceira submissão, cujas pendências foram atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo atende a todas as especificações exigidas para apreciação do Comitê de Ética.

Recomendações:

Recomenda-se que o pesquisador acompanhe a tramitação do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil com regularidade, atentando-se às diferentes fases do processo e seus prazos:

- a) quando da pendência, o pesquisador terá até 30 dias para responder às demandas e relatoria;
- b) quando da aprovação, o pesquisador deverá submeter relatórios parciais a cada semestre;
- c) quando da necessidade de emendas ou notificações no projeto, consultar a Norma Operacional 001/2013 - Procedimentos para Submissão e Tramitação de Projetos.
- d) quando da finalização do projeto, submeter relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências sinalizadas anteriormente foram atendidas pela pesquisadora.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPESQUISAMonique_modificado.pdf	09/01/2024 11:20:30	Tania Mikaela Garcia Roberto	Aceito
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	21/12/2023		Aceito

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrrj.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO
(UFRRJ)**



Continuação do Parecer: 6.609.486

Básicas do Projeto	ETO_2237299.pdf	11:29:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE_ambientevirtual_UFRRJ_v2.doc	21/12/2023 11:28:50	MONIQUE COSTA DE LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPESQUISAMoniqueNov23_v2.docx	21/12/2023 11:28:44	MONIQUE COSTA DE LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoMonique.pdf	07/11/2023 09:25:31	MONIQUE COSTA DE LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SEROPEDICA, 10 de Janeiro de 2024

Assinado por:

**Valeria Nascimento Lebeis Pires
(Coordenador(a))**

Endereço: BR 465, KM 7, Zona Rural, Biblioteca Central, 2º andar
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 23.897-000
UF: RJ **Município:** SEROPEDICA
Telefone: (21)2681-4749 **E-mail:** eticacep@ufrrj.br